

MARIA CECÍLIA MASSELLI n/383

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Maria Cecília Masselli e aprovada pela Comissão Julgadora em

Data: 17 de novembro de 1994

Assinatura: Zilda de B. P. de Ant.

**EXTENSÃO RURAL: NOVAS PERSPECTIVAS
A PARTIR DA SITUAÇÃO DE ASSENTAMENTO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1994

4106146



Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração Ciências Sociais Aplicadas à Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini.†

Comissão Julgadora:

Zilda de B. V. De art.

Arquitetura

Subj. de Matemática

AGRADECIMENTOS

A Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, minha orientadora, por ter sempre acreditado - ou me levado a crer - que eu poderia seguir adiante com a pesquisa, mesmo quando a situação parecia tão adversa; também, por ter sido sempre tão otimista, paciente e compreensiva com meus tempos e contratempos.

A Profa. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, integrante da banca do exame de qualificação, por ter me ajudado a construir os caminhos da pesquisa através de leituras atentas, longas conversas e o livre acesso a sua biblioteca; mas, principalmente, por ter me acolhido de forma tão carinhosa entre seus afetos.

A Profa. Dra. Maria Conceição D'Incao pelas várias leituras, discussões e valiosas contribuições ao longo do trabalho, bem como pelas mandioquinhas e caipirinhas.

Ao Prof. Dr. Salvador Sandoval, integrante da banca do exame de qualificação, pelas valiosas contribuições.

A Nadir, Claudinha, Vanda, Marina, Da. Maria e Cida, funcionárias da Pós-Graduação, por não terem economizado sorrisos, gentilezas e favores por todo o tempo que precisei delas.

Ao CNPq e ao FAEP por terem contribuído financeiramente com este trabalho.

Aos colegas de trabalho da EMATER-RO (escritório central em Porto Velho, regional e local de Pimenta Bueno) com quem compartilhei as questões que deram início ao trabalho.

A Élide Camargo Signoreli, "minha" psicanalista, por ter me ajudado a me estruturar para que eu pudesse estruturar esta dissertação.

Ao Carlão, meu compadre, por ter viabilizado o trabalho de campo e, através da sua prática, contribuído com inúmeras reflexões.

Ao Paulinho, Vadi, Cardia, João Lourenço, Calixto, Ulisses, Zuza, Lourenço Tenório, Miltinho, aos "Jorges", bem como ao Diniz e ao João Caboclo que não esperaram pela conclusão do trabalho, pela enorme colaboração que prestaram; e aos demais do assentamento de Sumaré I (e II), pela agradável acolhida.

A Márcia e Helô por alimentarem nossos afetuosos "laços de compadrio" com ombros, ouvidos e cafezinhos.

A Odila, minha mais amiga que prima, por ter feito com que eu sentisse como minha a sua casa; também pelas correções de português e tantas coisas mais.

A Ianê, minha prima "aristocrática", por ter me indicado a Faculdade de Educação quando eu vagava de uma universidade a outra buscando respostas para minhas indagações; por ter feito de mim sua "office-girl" quando eu não podia ser pesquisadora, e por ter me ajudado a tomar decisões importantes quando eu não podia fazê-lo sozinha.

A Berenice e ao Sérgio, por terem me "socorrido" quando eu mais precisei de ajuda.

A Eloísa e Alfredo, meus pais, pelo enorme apoio e constante incentivo para que eu pudesse buscar na universidade (e no divã) respostas às perguntas que tanto me incomodavam.

Ao Fred, por ter sido meu companheiro em todas as horas.

Agradeço especialmente a Flávia, minha filha, que durante tantos e tão precisos anos, partilhou sua mãe com a pesquisa.

Aos demais parentes e amigos, pela incansável "torcida".

*À Flávia e ao Fred,
porque eu os amo.*

RESUMO

A "abertura democrática" dos anos 80 permitiu que os técnicos da extensão rural criticassem o autoritarismo do Estado; entretanto, eles continuaram enfrentando dificuldades para atender o que acreditavam ser os interesses dos agricultores.

A partir do estudo da relação entre técnicos e agricultores na situação de assentamento, constatamos que a maior dificuldade para se democratizar a prática extensionista se encontra nos técnicos perceberem o autoritarismo de que eles mesmos são portadores. Porém, o estabelecimento de relações mais democráticas não depende somente dos técnicos, mas também dos agricultores assumirem o papel de sujeitos na construção de uma nova extensão rural.

A análise da relação entre técnicos e assentados em Sumaré I permitiu verificar a viabilidade desta nova extensão rural.

RÉSUMÉ

L'"ouverture démocratique" des années 80 a permis que les techniciens des organismes de vulgarisation critiquent l'autoritarisme de l'Etat; cependant, ils ont continué à éprouver des difficultés à répondre aux intérêts des agriculteurs.

A partir de l'étude de la relation entre techniciens et agriculteurs dans le cadre d'un "assentamento" de réforme agraire, nous observons que le plus grand obstacle à la démocratisation des travaux de vulgarisation, c'est que les techniciens ne s'aperçoivent pas de l'autoritarisme dont ils sont eux-mêmes porteurs. Cependant, l'existence de relations plus démocratiques ne dépend pas seulement des techniciens, mais aussi des agriculteurs qui doivent assumer le rôle de sujets dans la construction d'une nouvelle vulgarisation.

L'analyse de la relation entre techniciens et agriculteurs dans l'"assentamento" de Sumaré I a permis de vérifier que cette nouvelle vulgarisation est viable.

"O técnico, o professor, o intelectual, o cientista que se presume identificado com o pobre, o explorado, que escolhe o explorado como tema dos seus trabalhos, das suas preocupações, freqüentemente o faz segundo categorias, critérios de interpretação e de entendimento das coisas que são os da classe dominante. Ou seja, a perspectiva, a racionalidade da classe dominante impregnou a nossa inteligência. É ela que tem curso nas universidades. É ela que fala nas universidades. É a lógica do capital que fala dentro da universidade. E me parece que uma coisa importante - já que a gente quer se identificar com o explorado, oprimido e tudo o mais... e acho que o importante politicamente - é resgatar plenamente o ponto de vista dele. Ou seja, fazer com que esse ponto de vista, a lógica do oprimido, tenha lugar no mundo da reflexão científica, técnica, etc. Porque às vezes há pessoas muito bem intencionadas, mas a construção da interpretação que elas fazem é segundo uma lógica que não tem nada a ver com aquilo que está sendo vivido e interpretado pelo próprio oprimido. Quer dizer, eu acho que só a gente quer ser voz do oprimido. O oprimido pode ser voz dele mesmo. É só a gente ficar atento para ouvi-la e entendê-la. Acho que essa é a questão básica."

José de Souza Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	4
1. A prática extensionista: da experiência pessoal à pesquisa.....	5
2 O estudo da nova situação: o caso de Sumaré	18
3 Construção do material empírico: o permanente ir e vir	22
CAPÍTULO II - A EXTENSÃO RURAL NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	32
1 A modernização da agricultura como solução para o desenvolvimento industrial.....	33
2 O papel da extensão rural na modernização da agricultura	35
3 Um breve histórico da extensão rural no Brasil.....	36
4 Especificidade da assistência técnica prestada em São Paulo: Fomento agrícola	39
5 Caracterização da extensão rural tradicional	42
6 Principal consequência do modelo econômico adotado: agravamento da questão agrária	45
CAPÍTULO III - QUESTÃO AGRÁRIA: DOS CONFLITOS SOCIAIS OS EMBATES POLÍTICOS;	49
1 Luta pela terra: movimentos sociais constituidores de sujeitos .	51
2 Políticas de assentamento: A relação do Estado com os movimentos sociais de luta pela terra	55
CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO LIBERTADORA: POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO	67

CAPÍTULO V - OS SUJEITOS DA PESQUISA: TÉCNICOS E

ASSENTADOS DE SUMARÉ I	76
1 Técnicos: militantes da questão agrária	77
1.1 A constituição do "técnico-militante"	77
1.2 Vinculação do técnico ao Estado	85
1.3 Ambiguidades do papel do "técnico-militante".....	89
2 Assentados: categoria em construção	94
2.1 Origem rural: a condição de oprimido	94
2.2 Migração: novas relações com a terra e com as pessoas	99
2.3 Luta pela terra: ação transformadora	103

CAPÍTULO VI - A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES ENTRE TÉCNICOS E ASSENTADOS: AMBIGUIDADES, PROBLEMAS

E CONQUISTAS	111
1 As ambiguidades no plano ideal.....	115
1.1 Assentados: concepções em construção	115
1.2 Técnicos: concepções em conflito.....	126
2. Emergência dos conflitos no plano real	140
2.1 As dificuldades de se estabelecer relações mais democráticas: o exemplo da associação	142
2.2 A questão do conhecimento	173

BIBLIOGRAFIA	197
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi compreender por que, na conjuntura democrática dos anos 80, os técnicos vinculados a instituições públicas de assistência técnica e extensão rural que estavam mobilizados para democratizar sua prática enfrentaram tantas dificuldades nas relações com os pequenos agricultores.

Para desenvolver a pesquisa escolhemos estudar a relação de dois grupos de atores particularmente comprometidos com o processo de democratização das relações entre os trabalhadores e o Estado: os agricultores do assentamento Sumaré I (próximo a Campinas-SP) e os técnicos do DAF (Departamento de Assentamentos Fundiários do Estado de São Paulo) que lhes prestaram assistência desde sua implantação (1984) até a época da pesquisa de campo (1991), através da representação que ambos fazem de suas relações.

No primeiro capítulo abordamos as dificuldades encontradas na prática extensionista frente à democratização institucional da EMATER-RO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia), enquanto experiência pessoal que deu origem a esta pesquisa.

No segundo capítulo buscamos contextualizar, no processo de modernização da agricultura, a extensão rural oficial enquanto reprodução de relações de dominação entre técnicos e agricultores, que teve no agravamento da questão agrária uma de suas mais graves conseqüências.

Em função da acentuação dos conflitos agrários, procuramos

mostrar no terceiro capítulo, a relação dinâmica entre os movimentos sociais de luta pela terra - enquanto constituidores de sujeitos históricos empenhados em transformar a concentrada estrutura fundiária - e as diferentes respostas do Estado enquanto mediador dos conflitantes interesses em jogo.

No quarto capítulo apresentamos algumas idéias do pedagogo Paulo Freire que, além de nos auxiliar a compreender a condição de "oprimidos" a que os pequenos agricultores estiveram historicamente submetidos e a formação dos técnicos enquanto reprodução autoritária do conhecimento científico produzido para atender os interesses dominantes, constituem também instrumentos valiosos para entendermos o processo de superação das relações de dominação e de estabelecimento de relações mais democráticas entre técnicos e trabalhadores.

Através da análise dos relatos dos entrevistados, no quinto capítulo apresentamos os atores pesquisados - assentados e técnicos - nos empenhando em apreender como eles representam os processos de "desvelamento" da realidade pelos quais passaram, ou como eles representam perceber sua constituição enquanto sujeitos capazes de transformar a realidade em que estão inseridos.

E finalmente, para melhor sistematizar a análise das relações entre os técnicos e os assentados, no sexto capítulo optamos por dividir - embora não de forma rígida, mas apenas como recurso analítico - as reflexões em dois planos: o ideal, enquanto representação que fazem de suas aspirações, de como gostariam que fossem suas relações; e o real, enquanto

representação que fazem da concretização de suas relações - as ambiguidades, os conflitos, as contradições que emergem no cotidiano da prática extensionista.

CAPÍTULO I
OS CAMINHOS DA PESQUISA

A idéia de desenvolver o presente estudo sobre a relação entre técnicos e trabalhadores rurais na situação de assentamento surgiu das reflexões acerca das dificuldades por mim vivenciadas na prática extensionista.

Acreditando que tais dificuldades sejam, em grande parte, comuns às vivenciadas por tantos técnicos de campo, para serem melhor compreendidas, inicio este trabalho me empenhando em resgatar, tanto quanto possível, a ingenuidade que permeou meus primeiros contatos com a extensão rural, para em seguida, apresentar o desenvolvimento de percepções mais críticas a respeito dos conflitos com os quais me deparei no cotidiano da prática extensionista.

1. A PRÁTICA EXTENSIONISTA: DA EXPERIÊNCIA PESSOAL À PESQUISA

Enfermeira de graduação, considerei atraente o discurso da EMATER-PR/ACARPA em favor dos pequenos produtores rurais e para lá me dirigi em 1983 em busca do meu primeiro emprego.

Como ninguém aprendia (ao menos na época) ser extensionista na Universidade, a ACARPA investia muito na formação do seu quadro técnico através de cursos denominados "Pré-Serviço" ¹, oportunidade em que, de

1. Durante 60 dias, estive entre os 30 técnicos de nível superior, das mais variadas formações (agrônomos, veterinários, engenheiro florestal, engenheiro de pesca, psicólogas, pedagogas, nutricionistas, economistas domésticas, e enfermeiras), alojados num centro de treinamento, onde nos foram ministrados os seguintes temas: Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Rural; A Extensão Rural no Desenvolvimento Agrícola - A Empresa; Sociologia e Organização Rural; Administração Rural; Juventude Rural; Cooperativismo; Crédito Rural; Comunicação e Metodologia; Dinâmica de Grupo; Planejamento da Ação Extensionista sendo estes submetidos à verificação da aprendizagem e os que seguem, a título de informação: Políticas Agrícolas; Administração de Recursos Humanos; Uso e Manutenção de Veículos e Prevenção de Acidentes. Posteriormente, por mais 30 dias participamos do treinamento específico da área social.

maneira eficiente, a empresa sensibilizava os técnicos para a injusta situação de exclusão em que se encontravam os pequenos produtores rurais e preconizava como solução, o acesso à tecnologia.

A mão-de-obra da extensão rural era então, formada para ser agente de mudança, para agir em nome do Estado. O extensionista era preparado para assumir o trabalho como tendo uma missão nobre: a luta pelos "desfavorecidos".

Assim sendo, cabia ao técnico encontrar a saída para os problemas da pequena produção, que invariavelmente implicava numa mudança de hábito e/ou aquisição de equipamento, o que muitas vezes dependia de um empréstimo bancário. Era através dos números de técnicas ou procedimentos adotados pelos agricultores que se verificava a eficiência da ação do técnico.

Preconizava-se que inicialmente o extensionista deveria "conhecer a realidade a ser trabalhada". Por isso, cada um devia dispor de (ou elaborar) um mapa detalhado das comunidades trabalhadas, contendo a disposição das famílias, dos recursos (igreja, escola, armazém, campo de futebol etc...), bem como da comunidade em relação às outras comunidades e o acesso à sede do município. Isto se fazia convidando individualmente cada família para uma reunião através de visitas domiciliares, oportunidade em que eram feitas as apresentações.

Nesta primeira reunião deveria ser esclarecido o papel da EMATER no local, salientando a importância da união das famílias na busca de informações e benefícios que permitissem o desenvolvimento daquela comunidade. Os agricultores deviam enumerar os problemas enfrentados para, após colocá-los em ordem de prioridade, junto aos técnicos da área

agro-pecuária e social ², elaborarem um plano de ação.

As atividades eram então distribuídas ao longo de 1 ano agrícola (de junho de um ano a maio do próximo) conforme a época mais apropriada para realizá-las. Conforme o tipo de problema levantado, a solução a ser proposta pelo técnico e o número de agricultores interessados em resolvê-lo, o técnico escolhia o método que considerasse mais apropriado para que a sua orientação fosse melhor compreendida e, conseqüentemente, adotada.

Se existisse na própria comunidade (ou arredores) uma experiência que o técnico considerasse bem sucedida frente a determinado problema, esta devia ser valorizada. O técnico se incumbiria de organizar sua difusão. Com este objetivo eram organizadas "Unidades Demonstrativas" que consistiam em escolher uma propriedade agrícola onde o técnico e os agricultores pudessem fazer experiências e divulgar os procedimentos e resultados obtidos. Exemplo: buscar variedades mais apropriadas de sementes, técnicas mais adequadas de cultivo, época mais indicada para o plantio etc...

Na ausência de solução satisfatória por parte dos agricultores frente a um dado problema, cabia ao técnico fornecê-la ou buscá-la junto aos demais técnicos da empresa ou fora dela.

Uma vez encontrada a "solução ideal para aquele problema", a não adoção (da técnica ou procedimento preconizado) pelos produtores só podia ser compreendida - na época - como não entendimento da proposta, ou seja, a falha só podia ser metodológica: ou não se conhecera suficientemente a comunidade a ponto de não utilizar o método mais indicado ou este não fora

2. Cabe esclarecer que nas regiões mais carentes e com predomínio de estabelecimentos rurais menores - como o caso citado - era mais frequente a presença de extensionista da área social trabalhando em conjunto com os extensionistas da área agropecuária. No entanto, se a região fosse muito carente e com alto índice de agricultores não-proprietários - meeiros, arrendatários, agregados, etc. - dificilmente seria assistida pela extensão rural, uma vez que os extensionistas sentiam-se desmotivados diante da impossibilidade dos trabalhadores adotarem as orientações técnicas.

utilizado da forma correta.

Era nesse sentido que o trabalho na Extensão rural se auto-denominava como eminentemente educativo ³, educação esta que

"se destina a 'transmitir' [ou difundir] conhecimentos, valores e normas de conduta das gerações passadas [ou das fontes de conhecimento, do saber e do poder] às gerações presentes, para adaptá-las à sociedade." ⁴

Em linhas gerais, este foi meu primeiro contato com a Extensão rural, com seu discurso aparentemente "bem intencionado" e articulado à prática eficiente e transformadora. Em função disso, por algum tempo estive convencida de estar no lugar certo.

Depois de trabalhar como Extensionista Social Local na EMATER-PR/ACARPA no início dos anos 80, em 86 assumi a Gerência Estadual da área de Bem Estar Social da EMATER-RO, e foi aí que pude participar mais diretamente do processo de abertura democrática que ecoou também na extensão rural.

No contexto mais amplo da sociedade brasileira, aquela época - meados da década de 80 - foi marcada pela emergência das forças democráticas, até então suplantadas por 20 anos de ditadura militar. Foi uma época de grandes embates e avanços nas discussões, quando a Reforma Agrária freqüentou as pautas e mesas de decisões.

Aquele momento histórico criou condições para que, entre os extensionistas, as idéias "humanistas" - apesar da forte e antiga resistência que encontravam entre os "produtivistas" - pudessem, em meio ao intenso conflito que provocavam, em alguma medida ser adotadas.⁵

3. "Extensão é tarefa educacional, ... nada mais é que educação..." RIBEIRO, J.P. Programa de Extensão. *Revista CERES*, Viçosa/UFEMG 10(56): 83-9, jan/jun. 1957.

4. EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Políticas e diretrizes de formação extensionista*. Brasília, DF, julho/1986 (mimeografado para uso interno da empresa).

5. Sobre o conflito entre "humanistas" e "positivistas" na extensão rural ver João Carlos

Foi quando, a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) saiu da neutralidade política a que tivera que se submeter e, contando com a democrática e transformadora gestão de Romeu Padilha de Figueiredo, propôs uma reestruturação metodológica, instrumentalizadora das novas idéias das suas filiadas em cada Estado (EMATER'es).

Para tanto, técnicos e dirigentes da EMBRATER e EMATER-RO ⁶ somaram esforços para levar aos técnicos de campo discussões estruturais que colocassem a ação extensionista em consonância com a "nova sociedade" que emergia.

O esforço totalizador/problematizador, deveria ser coerente e se fazer presente em todas as instâncias da atividade extensionista: a realidade histórica do agricultor, do extensionista e da própria instituição.

A proposta de reestruturação da EMBRATER partia do princípio que a sociedade está organizada segundo uma ordem historicamente determinada; que a realidade é contraditória, com interesses de classe conflitantes; e que os agricultores, possuidores de saber, deveriam ser reconhecidos econômica, social e politicamente.

Assim sendo, a concepção de educação que passou a permear as discussões e, até certo ponto, transformou a própria prática extensionista, considera o homem sujeito de sua ação, ou seja, passou a se basear na Educação Popular ou Libertadora preconizada pelo educador Paulo Freire.

Com efeito, foi na área de comunicação onde primeiro foi possível

CANUTO. "Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER". Dissertação de mestrado, Santa Maria-RS, 1984.

6. Embora desconheça a ação da EMBRATER nas demais filiadas, ocupar o cargo de Gerente Estadual de Bem Estar Social na EMATER-RO em 1986 permitiu-me conhecer mais de perto a reestruturação proposta pela EMBRATER, e a ação desta junto a uma filiada, no caso, Rondônia.

perceber transformações decorrentes das novas idéias. Os materiais didáticos (principalmente panfletos e folderes) que levavam técnicas e procedimentos tidos como ideais foram condenados como "difusionistas".

Passou-se a acreditar que tanto as idéias como o próprio material didático deveria ser construído coletivamente. Para tanto, a empresa investiu em todos os níveis: agricultores se reuniram para colocar sua experiência no papel para que esta se socializasse a nível comunitário e mesmo pudesse ser utilizada em outros municípios; técnicos se reuniram para discutir qual deveria realmente ser o seu papel e assim definir sua relação com os agricultores, com seus pares e com seus superiores.

Ainda em 86, fui incumbida de estruturar a Assessoria Regional de Bem Estar Social no Escritório Regional da EMATER de Pimenta Bueno-RO. Até então, os técnicos dos escritórios regionais da EMATER-RO, tinham como principal tarefa a verificação das atividades desenvolvidas pelos técnicos locais (ou de campo), o que lhes conferia o papel de supervisores. Nesse momento de tantos questionamentos, também os supervisores tiveram oportunidade de se reunir em discussão, o que resultou, logo de saída, na mudança do nome da função: de supervisores passaram a chamar assessores; isto porque, a partir de então, assumiram o papel de trabalhar não como fiscais do trabalho dos técnicos, mas sim como seus colaboradores.

Através de inúmeros confrontos, tanto internos como externos, a extensão rural foi, guardadas as diferenças regionais e locais, desnudando suas contradições.

Temendo a extinção da própria extensão rural, muitos técnicos se aliaram aos mais progressistas, que defendiam que a razão de ser da própria empresa como um todo estava nos pequenos produtores rurais; que se ela (empresa) não fosse útil, importante e até mesmo indispensável ao

seu público, ela se tornaria efetivamente um "elefante branco" que perderia a razão de existir; ficar "olhando para o próprio umbigo" certamente a levaria à extinção.

Assim, ganhou espaço a crítica à antiga hierarquia que colocava os técnicos de campo numa submissa posição de "prestadores de contas" ou fornecedores de números cobrados por seus superiores

Foi nesse contexto, quando parte significativa do corpo técnico da EMATER-RO se colocou em função e à disposição dos técnicos de campo, percebendo que da relação destes com os agricultores dependia a própria existência da empresa, que assumi o cargo de extensionista social no Escritório local da EMATER de Pimenta Bueno-RO.

Parecia que a empresa estava tentando realmente operacionalizar as mudanças. Nos três níveis - local, regional e estadual - havia técnicos que tentavam pôr em prática a relação dinâmica que o novo suporte teórico preconizava entre ação e reflexão. Multiplicavam-se os escritórios locais e com eles, preparavam-se mais e mais técnicos. Investia-se em automóveis, manutenção e combustível. Investiu-se maciçamente no redimensionamento da atividade extensionista.

Cabe aqui salientar, que a partir da década de 70, Rondônia passou a ser uma importante "válvula de escape" para os problemas fundiários do sul do país. Muito se investiu nos Projetos de Colonização e Reforma Agrária para expandir a fronteira agrícola. Nesse contexto,

"a extensão rural tomou para si um papel de agência 'desbravadora' no setor rural. É de grande importância histórica o seu trabalho de incorporação ao sistema econômico de áreas as mais distantes." ⁷

Primeiramente, cabia ao então INCRA ⁸, cadastrar e alocar as

7. CANUTO, João Carlos. ob. cit., p. 68.

8. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

famílias de demandantes em lotes; depois, tinha por obrigação (mas nem sempre o fazia) construir uma estrada, uma escola e um posto de saúde por "Linha" ⁹; feito isso, o INCRA se retirava da área e a EMATER-RO assumia a prestação de assistência técnica aos "colonos" ¹⁰, ou seja, aos beneficiários dos Projetos de Colonização.

O enorme apoio teórico (EMBRATER) e logístico (financiamento internacional: Banco Mundial e outros), por um lado estimulante, mas por outro, colocou sobre os ombros dos técnicos a responsabilidade do sucesso ou fracasso do vultoso empreendimento, que envolvia o destino da empresa, de tantas pessoas e de tantos ideais. Pelo menos era assim que muitos de nós, enquanto técnicos de campo, nos sentíamos.¹¹

Mas, apesar da "boa intenção" minha e dos meus superiores, sentia muita dificuldade para colocar em prática toda aquela teoria. Conversava bastante com as pessoas tentando conhecer as famílias da área que me competia, mas quando partíamos para definir, junto com os agricultores, os problemas da comunidade e o que fazer para enfrentá-los, acabávamos sempre desistindo de insistir em reflexões mais estruturais sobre a condição deles.

Exauridos e absortos no imediatismo, os agricultores não manifestavam interesse em desvendar a gênese de seus problemas, o que dificultava os caminhos de mudanças mais profundas.

A necessidade desta reflexão, quando existia, era muito mais

-
9. A esse respeito ver Sueli de Lourdes COUTO ROSA, (coord.). **Investigação das formas de assentamento em áreas de colonização**. Pimenta Bueno-RO, 1985. (mimeo)
10. A respeito dos colonos ressaltamos o fato de terem obtido terra através de cadastramento no INCRA e não terem passado pelo processo educativo de se organizar para reivindicar terra e outros direitos. Para Maristela ANDRADE et alii, o termo colono, enquanto beneficiário da política de colonização dirigida, "se insere como categoria própria da intervenção estatal na ordenação e reordenação dos recursos fundiários". Maristela ANDRADE et alii. **Coletivização: uma proposta para os camponeses**. Primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias trabalhadoras rurais para fins de reforma agrária. São Paulo, março/89. p. 5. (versão preliminar).
11. Talvez principalmente eu, pela trajetória peculiar que havia percorrido entre os diferentes níveis da empresa: ao invés da tradicional carreira extensionista que vai do nível local para o estadual, eu havia ingressado no estadual e chegado até o local.

percebida no técnico do que no agricultor, que geralmente se encontrava ocupado em procurar soluções para seus problemas mais concretos e urgentes de sobrevivência.

De início me resignei a oferecer os cursos tradicionais da área social da Extensão rural: primeiros socorros, aproveitamento de alimentos, pintura em tecido, corte e costura de tecidos etc.... Tentava utilizar estas oportunidades concretas, que se propunham a resolver problemas de ordem prática e objetiva, como um meio de, a médio prazo, poder trabalhar com questões mais estruturais como organização, consciência, autonomia. Tentava sensibilizá-los a se organizarem para buscar orientações e benefícios junto às entidades e autoridades municipais.

Com o passar do tempo fui percebendo que por mais que me esforçasse eles não entendiam a assistência técnica como um direito e conseqüentemente não tomavam as rédeas do seu encaminhamento. Era frustrante perceber que aquelas reuniões nunca deixaram nem deixariam de ser "as reuniões da EMATER" e que, na ausência da atuação da mesma no local, não existiriam mais.

Nessa mesma época, tive a oportunidade de trabalhar também junto a um grupo de famílias denominadas "assentadas"¹² por terem invadido e conquistado terra (mais recentemente, já na década de 80), constituindo o que o INCRA denominava de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.

Os "assentados", a exemplo dos "colonos", também vieram de todos os cantos do país em busca de terra, buscando ajuda do Estado para

12. Conforme Maristela ANDRADE et alii. ob. cit., p. 8, o termo assentado "denota a ação de terceiros sobre os trabalhadores, ocultando uma ação anterior destes que, antes de serem alocados, fixados, assentados, lutaram renhidamente pelo direito de cultivar a terra. Antes de serem assentados, foram bóias frias, posseiros, pequenos proprietários que perderam suas terras, pequenos arrendatários, todos em busca de terra para cultivar. Estes trabalhadores jamais são lembrados pela burocracia estatal como ocupantes, o que implicaria num reconhecimento de sua ação visando a transformação de terras ociosas em terras de cultivo. Ao caracterizá-los como assentados, o Estado enfatiza sua própria ação sobre aqueles que insistem em considerá-los como beneficiários e não como sujeitos." (grifos da autora).

resolver seus problemas mais prementes de sobrevivência. Mas, ao chegarem em Rondônia, depararam-se com a impossibilidade do INCRA de atender a todos os demandantes. As enormes filas de cadastramento em busca de terra foram se tornando intermináveis, agravando ainda mais a insustentável situação de carências e miséria.

Foi nesse contexto que estas e tantas outras famílias se organizaram para ocupar e produzir em terras ociosas (grilagem), o que gerou muitos conflitos com aqueles que se diziam seus proprietários. Após muita violência, essas famílias conseguiram permanecer legalmente na terra através dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária executados pelo INCRA.

Não que a "luta por aquela terra" os tivesse tornado conscientes dos fatores histórico-estruturais determinantes da sua condição de "excluídos", mas pude então observar que, a vivência da organização para conquistar a terra havia contribuído significativamente para que aquelas famílias discutissem mais seus problemas e se unissem para buscar soluções. A assistência técnica era apenas uma das exigências que faziam ao Estado.

Nesta época, mais que em qualquer outra, a EMATER-RO investiu fortemente nas áreas de assentamento de reforma agrária. Mais importante que toda estrutura criada para fazer chegar até os assentados todos os recursos materiais e financeiros que o Estado se propunha enviar, investiu-se particularmente na formação dos técnicos.

O Pré-Serviço específico para as áreas de assentamentos tornou-se a "menina-dos-olhos" da empresa, como se fosse um laboratório onde coordenadores e treinandos experimentavam, na prática, os novos conceitos de comunicação.

Tentou-se "ensinar" a construir as idéias coletivamente, a partir

da construção coletiva do próprio treinamento; tentou-se também pôr em prática as idéias de participação, de comunicação horizontalizada (coordenadores e treinandos como iguais) e a problematização numa postura dialógica e assim por diante. Houve grande empenho em formar um "novo técnico", aquele que daria um novo sentido à própria extensão rural.

Durante o tempo em que pude acompanhar a ação destes técnicos no campo, um dado novo foi incluído nas minhas questões anteriores: a forma de acesso à terra provocava diferenças interessantes no comportamento dos grupos de agricultores, que iam desde a própria relação com a terra (noção de direitos), a relação com os outros agricultores (organização) e a própria relação com as autoridades (exercício da cidadania!).

Mas e a relação destes agricultores com os técnicos que lhes prestavam assistência? Nem todo processo de discussão dos assentados (reivindicação de terra, de infra-estrutura, de crédito, de assistência técnica) e "boa intenção" dos técnicos parecia ser suficiente para que estabelecessem entre si relações mais democráticas. A grosso modo, a assistência técnica prestada ao assentamento não diferia muito do que vinha sendo feito até então, e criticado.

Eu não era a única técnica a questionar a prática extensionista; refletir sobre a ação era uma postura bastante coerente com aquele momento de "abertura" da empresa. E muito se investiu em reunir os técnicos em ciclos de estudos, debates que propiciassem essa reflexão. Com isso, aumentava cada vez mais a responsabilidade de cada um no sucesso desta empreitada. A sensação era que a empresa estava fazendo tudo que estava ao seu alcance para democratizar a prática extensionista, e que, enquanto técnica, eu era a única responsável por não conseguir democratizar a minha

prática extensionista.

Como equacionar tantas variáveis? A empresa abria espaço para que os técnicos democratizassem sua ação, mas os elementos de reflexão que nos forneciam nos frequentes ciclos de estudos, não "iluminavam" as angustiantes incompreensões que rondavam nosso dia-a-dia.

Já não adiantava mais ficar condenando o autoritarismo do Estado, da extensão rural, das relações de trabalho, etc. O Estado aos poucos se descaracterizava como "o vilão". Era difícil compreender por que, quando o Estado dava mostras de democratizar-se - mesmo que de forma questionável e por tempo limitado - nós, técnicos, não ocupávamos completamente este "espaço democrático"? O que nos impedia de estabelecer relações verdadeiramente democráticas com os agricultores?

A universidade pareceu-me então o melhor caminho, uma vez que, além de propiciar o necessário aprofundamento teórico, permitiria também o amadurecimento destas reflexões em função do distanciamento do cotidiano destas relações.

O Departamento de Ciências Sociais Aplicadas À Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, pareceu-me o espaço apropriado para refletir sobre as relações entre técnicos e agricultores, uma vez que lá, a concepção de processo educativo se ampliava para além das salas de aula e da relação entre professores e alunos.

Mas, embrenhar-me no meio acadêmico condicionou o isolamento do que, inicialmente, constituiu o local da pesquisa: Projetos de Colonização e de Assentamento de Reforma Agrária no município de Pimenta Bueno-RO (a pelo menos 2.000 km de distância da UNICAMP).

As inquietações da vivência anterior como extensionista, não bastou acrescentar referências teóricas para se compreender as implicações

do processo educativo em questão. Era preciso buscar na prática extensionista, elementos processuais da relação entre técnicos e agricultores, para que estes pudessem se relacionar de forma dinâmica com os avanços teóricos que eram efetivados; afinal, nem o problema a ser investigado existia concretamente!

Nesse sentido, foi muito útil a oportunidade de acompanhar sistematicamente o técnico do Estado responsável pelo assentamento de Sumaré I na época (1991), e poder observar a relação dele com os agricultores e suas famílias.

Como o objetivo da pesquisa era estudar a relação educativa que se estabelece entre o técnico "bem intencionado", "engajado politicamente" ou "militante"¹³ e o assentado que lutou para transformar sua condição de excluído, a pesquisa não seria prejudicada pela troca do local, nem pelo fato do técnico ser da área agro-pecuária.¹⁴

Pelo contrário, a possibilidade de pesquisar a representação que os técnicos e assentados de Sumaré I fazem de suas relações revelou-se promissora no sentido de contribuir com as reflexões que me proponho desenvolver neste trabalho: apreender em que medida técnicos "engajados politicamente" que estão vinculados ao Estado e pequenos agricultores que se organizaram para conquistar terra e a obtiveram via assentamento rural conseguem estabelecer entre si uma relação educativa mais democrática, que não a tradicional reprodução das relações de dominação.

A situação de assentamento é interessante de ser estudada no que se refere à relação técnico e agricultores pois, de um lado, a luta pela

13. Técnico-militante: termo utilizado por Maria Conceição D'Incao "para designar o profissional cujo comprometimento político se dá através de sua própria alienação a uma causa política determinada". Ver "Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal", redação preliminar para discussão interna, UNICAMP-FEAGRI, junho/92, p. 7.

14. Os técnicos da área social na extensão rural trabalhavam sempre em equipe com técnicos da área agro-pecuária o que favoreceu intensa troca de experiências e identificação nas dificuldades enfrentadas.

terra, enquanto processo educativo, colaborou na conscientização dos assentados, tornando-os - guardadas as diferenças individuais -, mais críticos e exigentes em suas relações tanto internas (assentado-assentado, assentado-assentamento), como externas (assentados-agentes do Estado, assentados-autoridades políticas etc...) ao assentamento. Embora não possamos nem quantificar nem qualificar esse aprendizado a nível individual, podemos perceber que, ao menos coletivamente, os assentados se prepararam para vivenciar e exigir relações entre iguais, de não mais submissão, mas sim de troca.

Por outro lado, a questão da Reforma Agrária agrupou em torno de si, técnicos mais críticos e politizados - guardando, aqui também, as diferenças individuais -, mais decididos a construir uma nova maneira de atuar junto aos agricultores: uma maneira de não mais submetê-los à política econômica dominante, mas sim apoiá-los em suas ações emancipadoras.

2 O ESTUDO DA NOVA SITUAÇÃO: O CASO DE SUMARÉ

Iniciou-se assim, o estudo "daquele" caso. Se por um lado, estudar "um" caso pode sugerir limitação no que se refere à representatividade dos dados levantados, por outro lado, pode ampliar significativamente as possibilidades de aprofundamento na complexidade das relações que se estabelecem entre os técnicos e os assentados, que é o que nos importa mais diretamente.

Partimos do pressuposto que, independentemente do "caso" escolhido, este deve ser focalizado como um todo, de forma profunda e completa, para que os pormenores, as circunstâncias específicas e a

multiplicidade de dimensões, permitam a emergência das contradições, que representam os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

Nesse sentido, a relação dialética existente entre o particular e o universal, nos permite supor que, "o particular, devidamente analisado, pode revelar mais sobre o universal do que a mera incidência de experiências semelhantes." ¹⁵

O que pretendemos então, ao estudar um caso, embora particular, é que este "funcione apenas como ponto de partida para uma análise que busque o estabelecimento de relações sociais mais amplas de um determinado objeto." ¹⁶

Com isso, não pretendemos simplesmente generalizar o que foi estudado em um caso, mas sim que, a nível individual, o sujeito que usar esse conhecimento, possa reconhecer nele semelhanças/diferenças/aspectos típicos relacionados a sua realidade. Na medida em que ele perceba a equivalência - ou não - desse caso particular com outros casos ou situações por ele vivenciadas na prática social, que isso possa contribuir para o desenvolvimento de novas idéias, novos significados, novas compreensões.

Implantado em fevereiro de 1984 em caráter emergencial ¹⁷, o assentamento de Sumaré I localiza-se no município de mesmo nome e ocupa 232 ha dos 855,2 ha da gleba "Horto Florestal de Sumaré".

Tanto a proximidade existente entre o município de Sumaré-SP e Campinas-SP (30 Km), como o convênio de prestação de serviços firmado em

15. Luiz Carlos TARELHO. *Da consciência dos direitos à identidade social: Os Sem Terra de Sumaré*. dissertação de mestrado defendida junto à Psicologia Social da PUC-SP, em 1988, p. 8.

16. FRANCO, M. L. P. B. *O "Estudo de Caso" no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa*. (texto mimeo), p. 37.

17. O caráter emergencial se refere ao fato de, inicialmente, a área destinada a cada família assentada em Sumaré I, ter sido considerada insuficiente para atingir o módulo adequado à região, ou seja, que permitisse ao menos cultura irrigada de olerícolas. Com a posterior ampliação da área o assentamento deixou de ser considerado oficialmente emergencial.

1989 entre a Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP e a Associação de Produtores dos Assentamentos, facilitaram - embora de forma meramente logística - nosso acesso ao assentamento de Sumaré I.

Distintamente de assentamentos criados anteriormente com o objetivo de solucionar conflitos de terra localizados, Sumaré I se distingue por ser um dos primeiros assentamentos que se criaram no Estado de São Paulo a partir da demanda social pelo direito de acesso à terra.¹⁸

A partir de 1981, aproximadamente 600 famílias de trabalhadores se agruparam através das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) para procurar uma saída para os problemas que enfrentavam. Através principalmente de leituras bíblicas, identificaram suas histórias de miséria como comum a todos integrantes do grupo, associaram suas trajetórias de exclusão social com a conjuntura política e econômica do país e, como solução, uniram-se em torno da luta pela terra.¹⁹

Foi nesse contexto que, após três ocupações, negociou-se a permanência das famílias demandantes na terra, constituindo o assentamento Sumaré I.

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos demandantes de terra - por exemplo, demora no processo de organização do grupo, violência enfrentada nos acampamentos etc... - muitas famílias foram desistindo de lutar pela terra. Restaram então para constituir o primeiro grupo de Sumaré, de forma geral, as famílias mais combativas e persistentes, que, além de demandar terra para si, queriam fazer Sumaré I "dar certo", para que fosse um bom exemplo e estímulo à continuidade da luta pela terra.

18. A especificidade dos "novos" movimentos sociais de luta pela terra será abordada no capítulo III: A questão agrária - dos conflitos sociais aos embates políticos.

19. A respeito do processo educativo de constituição do sujeito coletivo "Os Sem Terra de Sumaré" ver Luiz Carlos TARELHO. ob. cit.

Nesse sentido, interessa-nos observar como estes sujeitos "educados" na luta pela terra se relacionam com os técnicos do Estado, uma vez que estejam na situação de assentamento.

Uma outra peculiaridade a respeito deste assentamento é o fato dele ter sido implantado em 1984, no bojo das discussões da nova política fundiária do Governo Montoro, a partir de 1982.

Em consonância com o processo de democratização que então se verificava por toda a sociedade, também os técnicos do Estado passaram a se empenhar em alargar os espaços institucionais de discussão.

Esse processo de conscientização desenvolvido pelos técnicos fez com que a questão fundiária, até então considerada exclusividade técnica, se inserisse politicamente na definição institucional do uso social da terra.

E foi esse corpo técnico, o mesmo que participou do processo de democratização institucional que assumiu, ao menos inicialmente, a prestação de assistência técnica a Sumaré I.

Comprometidos politicamente com a luta pela terra, eles também queriam, a exemplo dos próprios assentados, fazer Sumaré I "dar certo", torná-lo viável economicamente, fazer de Sumaré I uma referência, um exemplo a ser seguido.

É pois, movidos pelo interesse de conhecer o trabalho desses técnicos politicamente mais comprometidos com a causa popular, no que se refere especificamente a sua relação educativa com os agricultores, que nos interessamos pelo caso de Sumaré I.

Ainda um outro fator que nos interessa no caso de Sumaré I é o fato de terem organizado a ocupação da terra através de critérios próprios de seleção - primeiro os comprometidos com a continuidade da luta pela terra - e não terem se submetido aos critérios externos (ou oficiais) de

cadastramento e seleção.

Não bastava a terra! Havia condições a serem negociadas!

A novidade, era haver um Estado que reconhecia o direito de acesso à terra e, por isso, se dispunha a dialogar.²⁰

3 CONSTRUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO: O PERMANENTE IR E VIR

Como já referimos anteriormente, não partimos de esquemas rígidos e concebidos a priori.

Iniciamos o trabalho de campo a partir de alguns pressupostos teóricos, que se desenvolveram em função das reflexões que a observação da prática demandava.

Buscamos então, de maneira atenta e constante, elementos que pudessem emergir como importantes, a partir da interação concreta que se estabeleceu entre o investigador e a instância estudada.

Uma vez decidido que o local da pesquisa seria o assentamento Sumaré I, acompanhamos por três meses (maio a julho/91) - tempo de que dispúnhamos -, os trabalhos realizados pelo técnico do DAF (Departamento de Assentamentos Fundiários da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo), responsável, na época, pela prestação de assistência técnica ao assentamento.

Com o objetivo de nos aproximarmos do universo da pesquisa, definimos que as impressões e informações seriam registradas num diário de

20. Conforme palestra proferida pela Profa. Dra. Maria Conceição D'Incao aos técnicos do DAF em São Paulo, em 05/05/93.

campo e a aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa seria buscada através de entrevistas com o técnico e os assentados.

A primeira etapa de entrevistas teve o objetivo de reconstruir a trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa - técnico e assentados -, até o encontro deles na situação de assentamento.

A seleção preliminar dos assentados que seriam entrevistados - uma vez que o aprofundamento necessário impossibilitava investigar todos os integrantes do assentamento - foi feita conforme dois critérios básicos: grupo a que pertence e se exerce ou não papel de liderança.

A questão do grupo refere-se a divisão da associação que, inicialmente, englobava todos assentados, originando um grupo independente, também chamado de "grupo do Ulisses". Entrevistar assentados de ambos os grupos tem como objetivo tentar conhecer a relação do técnico com os diversos projetos de que os assentados são portadores.²¹

Ouvir os líderes de cada grupo, por um lado, significou respeitar os canais naturais de comunicação do grupo, por outro lado, facilitou o acesso às informações solicitadas, uma vez que os líderes são, normalmente, aqueles que têm maior capacidade de elaboração, síntese e comunicação das idéias.

Mas, para que não nos restringíssemos apenas ao que foi dito pelos líderes, decidimos entrevistar também não-lideranças dos dois grupos. Com isso, pretendíamos por um lado, conhecer, mesmo que em parte, o que pensam os agricultores que não têm o papel de representar, legítima ou "oficialmente", os interesses dos assentados, e por outro lado, possibilitar a emergência de elementos de análise da relação do técnico com esses agricultores.

21. Cabe esclarecer que dois terços dos assentados pertenciam à associação e um terço ao grupo independente.

A partir destas considerações foram então escolhidos:

- uma liderança do grupo independente e duas lideranças da associação;
- uma não-liderança da associação;
- duas não-lideranças do grupo independente.

Nas entrevistas, realizadas com gravador, foi utilizado um roteiro que não continha exatamente perguntas, mas sim temas a serem desenvolvidos numa conversa informal, a saber:

- identificação: para posterior elaboração da ficha de identificação do entrevistado, conforme os critérios de seleção acima descritos;

- origem: tentou-se aqui resgatar o vínculo que o assentado tinha com a terra; experiências comunitárias/associativas anteriores à situação de assentamento; e tentar conhecer em que medida ele compreende o processo de expulsão da terra;

- participação na luta pela terra: através do engajamento ou não em movimentos organizados de reivindicação social, tentar apreender transformações qualitativas em sua visão de mundo;

- ocupação da terra: ao investigarmos sobre o uso da terra, forma de trabalho, organização da produção e atuação do técnico da época, buscamos compreender o que os assentados queriam efetivar como situação de assentamento; qual era o projeto dos assentados?

Foi tentado ainda nesta primeira fase, uma aproximação de temas como participação e educação, mas o resultado foi considerado insatisfatório, provavelmente devido à forma direta e pouco elaborada com que foram abordados.

Sobre a entrevista com o técnico, o primeiro roteiro preparado, continha os seguintes pontos a serem desenvolvidos:

- identificação;
- formação profissional (opção do "rural" como objeto de estudo; como foram tratadas no curso a questão tecnológica e a questão agrária; adequação profissional para atuar em assentamento);
- trajetória profissional anterior a Sumaré (mercado de trabalho a que se destinava esse profissional);
- envolvimento com a luta pela terra: buscar evidências de comprometimento do técnico com a categoria "assentados" nas discussões internas na instituição; bem como tentar conhecer o projeto dos técnicos para o assentamento;
- atuação em Sumaré (expectativas de trabalho, primeiras impressões, fatos marcantes do período, frustrações, avaliação da sua prática).

As entrevistas, tanto do técnico como dos assentados, se realizaram de maneira muito informal e prolongada. Tentou-se criar um espaço que permitisse a emergência de elementos relacionados ao processo educativo em questão.

O material recolhido nesta primeira fase de entrevistas - (doze fitas K-7 de sessenta minutos) foi amplamente utilizado na caracterização dos dois grandes grupos da relação estudada - técnicos e agricultores -, bem como o encontro desses sujeitos na constituição do assentamento.

Além de "demandar teoricamente", no sentido de contribuir com elementos emergentes da prática para construção/concretização do objeto de estudo, uma análise preliminar deste primeiro material, auxiliou também a elaboração da segunda fase de entrevistas, que se realizou em fevereiro de 1992.

É nesse sentido que "a elaboração do instrumento (de análise) é

um constante ir e vir entre os objetivos teóricos e o suporte empírico escolhido." 22

Na elaboração da segunda fase de entrevistas é que se verificou a importância de se tentar entrevistar todos os técnicos anteriores, de preferência, desde o primeiro, a partir da implantação do assentamento, uma vez que as diferenças entre os técnicos e entre os momentos em que cada um atuou, poderiam contribuir na análise da relação de cada um com os agricultores.

Uma vez convidados a fornecer uma entrevista, todos eles demonstraram interesse e satisfação em colaborar.²³

Da leitura preliminar das primeiras entrevistas, selecionamos três elementos para serem incluídos na elaboração da segunda rodada de entrevista com os assentados, em função da contribuição que poderiam prestar à análise da relação técnico e agricultor, a saber:

Primeiro - a emergência, frequente e destacada, da participação - tanto de técnicos como de assentados - em processos de discussão e organização de reivindicações coletivas, o que sugere a possibilidade de significativa contribuição com o processo educativo em que estão inseridos.

Então, para a segunda rodada de entrevistas, nos empenhamos em procurar conhecer melhor como se deu, para cada entrevistado, o desenvolvimento da participação em processos coletivos, bem como, tentamos investigar como esse elemento pode participar da relação estudada.

22. Fúlvia ROSEMBERG. "Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo" In: *Cadernos CERU*, nº 16, nov., 1981, p. 69-80.

23. Exceto uma assistente social que, mesmo tendo trabalhado por muito pouco tempo no assentamento (entre o final de 85 e início de 86), foi alvo de muitas críticas por parte dos assentados, a ponto de se mobilizarem junto ao órgão para solicitar sua substituição. Embora sua recusa em ser entrevistada não tenha sido considerada como prejudicial para a caracterização dos técnicos enquanto categoria profissional, consideramos que poderia ter sido interessante conhecer que elementos em sua atuação teriam mobilizado tão negativamente os assentados. Cabe citar que na segunda fase de entrevistas, esta profissional foi incluída na avaliação que os assentados fizeram sobre cada técnico que trabalhou no assentamento anteriormente.

Segundo - os diversos caminhos percorridos para se chegar à terra. Partiu-se do pressuposto de que, conhecer esses caminhos (se mais coletivos ou individuais; se mais estruturais ou conjunturais, etc...), é fundamental para se tentar compreender em que medida, o processo de luta pela terra os teria qualificado ou não para a comunicação, o diálogo e a participação.

Terceiro - percebemos a existência de um grande desnível entre os assentados, no que se refere à capacidade de refletir criticamente sobre o contexto mais global (histórico, político, social...) em que estão inseridos, e consideramos importante a inclusão deste elemento como critério na seleção dos assentados a serem entrevistados, visto que, numa das primeiras entrevistas, quando indagado sobre o que era tratado nas reuniões que antecederam o acampamento, um assentado afirmou que

"... só falavam que o governo ia dar terra para o povo".

Em virtude do segundo roteiro de entrevista ser mais longo e complexo que o primeiro, efetuamos algumas modificações na seleção dos assentados a serem entrevistados; escolhemos:

- um líder do movimento religioso que organizou a luta pela terra e que, uma vez no assentamento, liderou também a associação;

- um líder da horta comunitária durante a luta pela terra e que, uma vez no assentamento, liderou primeiro a associação e depois o grupo independente;

- um assentado que pouco participou da organização da luta pela terra (apenas 3 reuniões), que não participou do acampamento, e que era o presidente da associação no momento da divisão;

- um assentado que não era líder, que não participou do movimento de luta pela terra (chegou ao assentamento 3 anos depois de

implantado), que pertence à associação e que apresenta limitações à reflexão crítica de sua inserção na realidade a que pertence;

- um assentado que não era líder, que participou do movimento de luta pela terra (desde o começo), que pertence ao grupo independente e também apresenta limitações à reflexão crítica de sua inserção na realidade a que pertence.

No segundo roteiro de entrevistas com assentados foram abordados os seguintes temas:

- "descobrir o direito de ter acesso à terra" como uma forma de se investigar o processo de construção de sujeitos portadores de direitos e capazes de transformar sua realidade;

- "uso coletivo da terra e associativismo" - através do qual, tentou-se apreender o papel hegemônico dos modelos da igreja e dos técnicos (respectivamente, comunitário e coletivo), frente ao desenvolvimento da capacidade de questionamento e autonomia dos assentados;

- sobre o "papel dos técnicos", tentamos perceber como os assentados vêem a função, a formação, o preparo, a adequação e a identificação/compromisso político dos técnicos para atuarem em assentamentos, principalmente, no que se refere à questão do conhecimento técnico que é por eles veiculado (inserção deste conhecimento na totalidade de suas implicações: determinação histórica, comprometimento político, finalidade social, desempenho econômico); perguntou-se ainda o que significa para os assentados querer que o técnico seja um "companheiro", uma vez que utilizam este termo com frequência.

- através da "evolução das reuniões" tentamos, inicialmente, resgatar as transformações estruturais ocorridas nas reuniões, desde os

primeiros anos até a época da pesquisa, enquanto processo que se relaciona dinamicamente com as demais instâncias do assentamento; por ser local e momento que, por excelência, abriga o jogo de poder, buscamos apreender das reuniões, elementos considerados democráticos ou autoritários, presentes nas relações grupo/líderes/técnicos;

- e, finalmente, com o objetivo de cruzar maior número de informações das entrevistas dos assentados com as entrevistas dos técnicos, perguntamos aos assentados sobre a "atuação de cada técnico" - impressão que deixou, relacionamento, comunicação, participação, postura diante de conflito, imparcialidade, propostas técnicas, adequação para trabalhar no assentamento, aprendizado do assentado e do técnico, se o técnico era considerado um "companheiro" e por que ele saiu.

Os temas do segundo roteiro de entrevistas dos técnicos ficaram assim organizados:

1º- ficha de "identificação";

2º- tentar perceber se o técnico critica conscientemente sua "formação acadêmica" ou se a define como cientificamente neutra;

3º- resgatar a "trajetória profissional anterior a Sumaré" tem como objetivo conhecer melhor esse sujeito, saber se o trabalho junto ao assentamento foi uma casualidade ou se faz parte de um compromisso político com a luta social;

4º- através de indagações sobre seu envolvimento com o movimento estudantil, política partidária, e a solicitação do relato de um fato político que o tenha interessado, buscamos conhecer sua "vivência política";

5º- ao tentarmos reconstituir os "primeiros contatos com Sumaré" procuramos conhecer como era, o que pensava e o que propunha o técnico ao chegar no assentamento, com o objetivo de subsidiar a análise da

transformação sofrida por ele na relação com os assentados;

6º- tentativa de captar, através da percepção que o técnico tem de seu próprio trabalho, a presença de elementos democráticos/autoritários em sua atuação "no assentamento";

7º- em "avaliando o trabalho" do técnico, buscamos perceber a ocorrência/consciência de alguma transformação, que possa ser apreendida como aprendizado;

8º- quando o técnico está "avaliando o grupo", ele o faz segundo valores próprios e idealizados de assentamento, que nos interessa conhecer;

9º- finalmente o técnico é convidado a fazer algumas "reflexões" sobre os seguintes temas: vinculação do técnico com o Estado; conhecimento tecnológico de que é portador; sobre as reuniões; a questão da democracia; a questão da autonomia e extensionismo rural tradicional.

O material recolhido nesta segunda fase de entrevistas - (trinta fitas K-7 de sessenta minutos) além de contribuir ainda na caracterização dos técnicos e dos assentados, fundamentou a análise da relação técnico e agricultores propriamente dita.

Como vimos este foi um longo percurso no espaço e no tempo. Inicialmente, tentamos apresentar o problema que está sendo investigado, da forma como ele emergiu e se concretizou para o pesquisador: numa conjuntura democrática, as dificuldades enfrentadas pelos técnicos estatais que querem democratizar suas relações com os agricultores a quem prestam assistência.

Ao descrever "o contato ingênuo com a metodologia tradicional de extensão rural", procuramos mostrar ao leitor, a vivência do técnico, mergulhado em seu quefazer alienante, sentindo-se frustrado enquanto "objeto" de políticas públicas.

Num esforço totalizador de buscar compreender sua inserção na realidade, este técnico consegue emergir para uma condição mais crítica de reflexão; assim, ao se encontrar historicamente com seus pares, compromete-se, enquanto "sujeito", com o movimento mais amplo de democratização da sociedade.

Desse compromisso político, enquanto sujeito histórico, surgiu o técnico-pesquisador. Assim sendo, a postura metodológica aqui presente, não deriva de uma simples opção; pelo contrário, o próprio processo de conscientização - construção do sujeito-pesquisador - determinou o elemento qualitativo ²⁴ como inerente à presente reflexão.

É então, em função do compromisso político-social assumido pelo educador que, à concepção crítica da pesquisa social em educação, associamos a função de elucidação como contribuição ao debate das políticas públicas.

24. Por pesquisa qualitativa estamos entendendo ser "aquela que, assentada num modelo dialético de análise, procura identificar as múltiplas facetas de um objeto de pesquisa (...), contrapondo os dados obtidos aos parâmetros mais amplos da sociedade abrangente e analisando-os à luz dos fatores sociais, econômicos, psicológicos, pedagógicos, etc..." FRANCO, M. L. P. B. ob. cit., p. 35

CAPÍTULO II
A EXTENSÃO RURAL NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA
AGRICULTURA BRASILEIRA

Com o objetivo de estudarmos a democratização das relações entre técnicos e trabalhadores rurais na situação de assentamento nos empenharemos, neste capítulo, em contextualizar a extensão rural no processo de modernização da agricultura, principalmente por dois motivos:

- primeiro, porque é como política de sustentação da modernização da agricultura que se estabelecem as bases da relação entre técnicos e agricultores;

- e segundo, porque a especificidade da situação de assentamento se liga diretamente ao agravamento da questão agrária enquanto uma das mais graves conseqüências da modernização da agricultura.

1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA COMO SOLUÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Por paradoxal que pareça, a decisão de modernizar a agricultura brasileira se deu, muito mais em função do desenvolvimento industrial que se processava no país, do que para desenvolver a agricultura de então, como se poderia a priori presumir.

Na década de 60, as forças progressistas, balizadas em diagnósticos como o da CEPAL, consideravam a forte concentração fundiária e a auto-sustentação das fazendas (não compravam e não vendiam nada no mercado interno; só exportavam) como fatores limitantes ao desenvolvimento industrial.

Para tanto, defendiam a criação de mercado consumidor a partir de uma Reforma Agrária progressiva, que elevasse o nível de vida e o poder de compra da população.

Todavia, o Golpe Militar de 64 significou a vitória das forças conservadoras. A partir de então, o Estado, para promover a industrialização e não contrariar os interesses tanto da oligarquia rural como da emergente e promissora oligarquia industrial, bancou a modernização parcial da agricultura.

Isto significou: por um lado, modernizar o padrão tecnológico, no sentido de incluir na atividade agrícola, o consumo de produtos industrializados; e por outro, manter a tradicional concentração fundiária e as arcaicas relações de trabalho no campo.

"Em resumo, foi o próprio processo de industrialização que criou o mercado de que necessitava para sua expansão. De um lado, pelo processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. De outro lado, pelas transformações que provocou na própria agricultura ao transformá-la também numa 'indústria' que compra certos insumos (máquinas, adubos, defensivos, etc.) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos, etc.)." ²⁵

Modernizar a agricultura, no contexto do processo de industrialização, significa substituir os meios de produção tradicionais (enxada, arado a tração animal, sementes não-selecionadas, esterco etc.) pelas máquinas e insumos de origem industrial.

Mas, como não há evolução lenta, gradual e espontânea que leva a agricultura tradicional à moderna, não se pode aprimorar ou melhorar a agricultura tradicional a partir dos fatores que ela costumeiramente emprega.

Com o objetivo de permitir o acesso dos agricultores às modernas tecnologias, o Estado estabeleceu, entre outras políticas de sustentação do

25. Bastiaan P. REYDON & José GRAZIANO DA SILVA. Impactos do Progresso Técnico na Agricultura Paulista, 1960/1980. In: *Textos de Estudos sobre Economia Agrícola*, p. 53-4. (mimeografado para uso interno do Instituto de Economia da UNICAMP)

processo de modernização da agricultura, a política de Crédito, a de Pesquisa e a de extensão rural; sendo esta última a que especificamente nos interessa no presente estudo, e a qual nos deteremos a seguir.

2 O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Foi então, com o objetivo de instrumentalizar o processo de modernização da agricultura, que o Estado brasileiro adotou o modelo extensionista norte-americano. Tal modelo, em linhas gerais, propunha a intervenção de agentes no meio rural tradicional, com o objetivo de modificar o comportamento de seus habitantes, no sentido de que esses adotassem práticas cientificamente válidas para a solução de seus problemas - que via de regra, implicavam em aquisição de produtos e/ou equipamentos industrializados - e, conseqüentemente, alcançassem o desenvolvimento econômico e social.²⁶

À parte os discursos "bem intencionados" das primeiras visitas de Rockefeller ao Brasil - compreendidas no contexto do expansionismo liberal norte-americano -, que em 1946 versavam sobre "a necessidade do aumento da produção agrícola no Brasil e do melhoramento das condições de vida das populações rurais...", Fonseca afirma que a adoção do modelo difusionista-inovador norte-americano não foi necessária e imprescindível aos interesses das camadas populares rurais e sim algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses.²⁷

26. Cabe ressaltar que, no contexto da modernização da agricultura, os serviços de extensão rural não pretendiam prestar assistência a "todo" e "qualquer" agricultor, mas, prioritariamente, àqueles que pudessem tornar-se consumidores de bens industrializados.

27. Sobre a história da extensão rural no Brasil ver: Romeu Padilha de FIGUEIREDO. "Extensão

É pois, nesse momento histórico, quando o Estado passou a investir na modernização da agricultura para promover o desenvolvimento industrial, que situamos o início da relação que nos propomos estudar, ou seja, entre os técnicos que se vincularam a instituições públicas de assistência técnica e extensão rural e os agricultores que eles se propunham atender.

3 UM BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Até a década de 40, a assistência técnica prestada pelo Estado teve objetivos claramente fomentistas. Destinava-se às grandes culturas, principalmente as de exportação e restringia-se portanto, ao atendimento dos interesses de reduzido número de grandes produtores.²⁸

A extensão rural propriamente dita, só teve início em 1948 com a criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) em Minas Gerais. Distinguiu-se dos serviços de assistência técnica prestados anteriormente, por preocupar-se com o fator humano na produção, até então desconsiderado pelas atividades meramente fomentistas.²⁹

Rural. Extensão do Capitalismo? Análise do Sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)". - Projeto de Tese apresentado ao Instituto de Economia da UNICAMP - Campinas, SP, 1980; Sônia M. P. P. BERGAMASCO. "Agricultura e assistência técnica no Estado de São Paulo" (Tese para o concurso de Livre-Docência na área de Sociologia e Extensão Rural do Departamento de Economia Rural) UNESP - "Campus" de Botucatu-SP, 1983, p. 13-35; CANUTO, João Carlos. ob. cit., p. 64-73; Romeu Padilha de FIGUEIREDO. "Extensão Rural no Brasil: novos tempos". In: *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 15(4), julho/agosto, 1984, p. 19-22 e Maria Teresa LOUSA DA FONSECA. "A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital" São Paulo, Loyola, 1985, p. 54-67.

28. Cabe ressaltar que os serviços de extensão rural não pretendiam assistir "todos" agricultores indistintamente, mas especialmente (ou quase que exclusivamente) aqueles que pudessem se tornar consumidores de bens industrializados.
29. Cabe acrescentar que nesta época, década de 50, "não se falava muito de comunicação mas de informação. Havia especialistas em Informação Agrícola ou Informação Rural. Sua função consistia em difundir, de maneira persuasiva, novas tecnologias e produtos gerados por entidades oficiais ou empresas particulares para receptores supostamente passivos." Ver Juan E. Diaz BORDENAVE, Comunicação e educação: o que Deus uniu o homem não separa. In:

Figueiredo (1980) e Canuto (1984) identificam a existência de dois grandes períodos na evolução da Extensão rural no Brasil - 1948 - 68 e 1969 - 80. Faremos aqui apenas um breve histórico desses dois períodos, uma vez que são as transformações ocorridas na sociedade e na extensão rural após 1980, que criam a possibilidade de democratização da relação entre técnicos e agricultores, que constitui o ponto de partida do nosso estudo.

O primeiro período (48 a 68), de propósitos mais "sociais", genericamente pode ser caracterizado pelo empenho em "ganhar espaços" e "firmar imagem", tanto junto às classes rurais como também às diversas instâncias administrativas do Estado. No plano do discurso, este período enfatiza a "melhoria do nível de vida" das populações rurais e as "características educacionais" da ação extensionista.³⁰

Com o objetivo de coordenar e sistematizar as ações extensionistas no Brasil, em 1956 é criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). No final da década de 50 a ABCAR já coordenava os serviços em doze estados. Segundo Fonseca,

"era explícita a convicção da necessidade de um organismo controlador e ao mesmo tempo disseminador, seja da filosofia da ação extensionista (difusionista-inovadora), seja dos canais de crédito (...) Era evidente a possibilidade de não se ler pela mesma cartilha neste país de regiões tão diferenciadas." ³¹

O segundo período (69 a 80), de propósitos mais "produtivistas", reflete uma extensão mais preocupada/comprometida em adequar o setor agrícola aos requerimentos da acumulação urbano-industrial. Aqui a

"transferência de tecnologia" torna-se uma noção claramente explicitada, mesmo no plano do discurso, dadas as condições concretas da sociedade da época.

A caracterização desses dois períodos ganha maior clareza quando observamos as transformações ocorridas tanto no discurso como sobretudo na prática do crédito rural. Se no primeiro período, a idéia do "Crédito Rural Supervisionado" era de investir nas necessidades econômicas globais - agropecuárias e sociais -, visando o desenvolvimento da família e do estabelecimento rural como um todo, no segundo período, foi institucionalizado o "Crédito Rural Orientado", firmando a tendência de se

"concentrar as ações extensionistas em áreas produtoras e produtos de maior e mais rápida resposta aos incentivos fomentistas do Governo Federal. Os mais pobres foram relegados. Desativaram-se atividades ditas sociais e o planejamento a partir das bases. A extensão rural aceitou e tratou de apoiar o caráter elitista e excludente do estilo de desenvolvimento vigente." ³²

Em 1974 é criada a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), tendo como objetivos básicos:

"(1) a melhoria das condições de vida das populações rurais e (2) o aumento substancial da produção de alimentos e matérias-primas, tanto para o mercado interno quanto para a exportação." ³³

Empenhado em acelerar a modernização da agricultura brasileira, o Estado assumiu, ele próprio, o papel de empresário, e passou a responder financeira e institucionalmente pela continuidade do projeto extensionista.

No período seguinte (a partir de 80), tornaram-se mais evidentes as contradições internas de todo o sistema EMBRATER (SIBRATER). A

32. FIGUEIREDO, 1984, ob. cit., p. 21.

33. BRASIL. Ministério da Agricultura. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Marco Geral de Referência: Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho.** Brasília, 1975 (Documento, 3) cit. por FONSECA, 1985, ob. cit., p. 180.

partir de então, em consonância com o processo de democratização da sociedade, a fração mais "humanista" do corpo técnico da empresa passou a se confrontar com o direcionamento "produtivista", até então dominante na empresa. Organizaram-se seminários e debates que, em linhas gerais, buscavam resgatar o papel social que a extensão rural poderia vir a desempenhar.

4 ESPECIFICIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA EM SÃO PAULO: FOMENTO AGRÍCOLA

O breve histórico da extensão rural apresentado anteriormente diz respeito a quase todas as unidades da federação, exceto o Estado de São Paulo, em que a prestação de assistência técnica aos agricultores vem apresentando, ao longo do tempo, especificidades significativas.

Enquanto o extensionismo rural teve seu início no Brasil (1948) baseado em idéias mais "humanistas" ³⁴ como a promoção do homem rural, os primeiros serviços de assistência técnica no Estado de São Paulo (1891), priorizaram o fomento agrícola.

São Paulo foi a única unidade da Federação que não integrou nem a ABCAR, nem posteriormente a EMBRATER. A este respeito, Bergamasco (1983) destaca a intensidade do processo de industrialização ocorrido nesse Estado, como um dos principais fatores que influenciaram os serviços de Assistência Técnica.

Sobre o fomento, as principais atividades técnicas que o

34. A respeito do extensionismo rural (no plano nacional), BERGAMASCO (1983:27) aponta "que a distinção entre Humanismo versus Produtivismo situa-se apenas no plano do discurso institucional", uma vez que na prática, manteve seu caráter difusionista.

caracterizavam eram: fornecimento de insumos para a produção (distribuição ou venda a baixo preço de sementes e mudas - que incluía desde o exame da produção até a fiscalização da comercialização por particulares -, fertilizantes, inseticidas, etc.); assistência técnica orientada para algumas culturas, principalmente na época, o café e o algodão; e atividades de combate à erosão, de irrigação e drenagem através da mecanização do solo.

No que se refere a área social, ocorreram algumas tentativas de "promover a fixação do homem no campo": primeiro os Clubes Agrícolas (1944), depois as Unidades Agro-Médico-Sociais (1952) e finalmente, as Missões Rurais (1954), baseadas nas mesmas idéias de Desenvolvimento de Comunidade que comandavam o extensionismo rural de todo o país na época.³⁵

Cabe ressaltar ainda, o caráter burocrático a que se restringia a ação dos técnicos em relação ao crédito rural: era através de um atestado, expedido pelo técnico, que o agricultor podia efetuar transações bancárias de crédito e financiamento. Um pequeno avanço pode ser observado na relação dos técnicos com os agricultores a partir de 62: ficou estabelecido que a concessão do crédito passaria a ser vinculada aos serviços de avaliação que os técnicos da Secretaria da Agricultura faziam às propriedades que obtiveram financiamento.

A partir de 60, no bojo da expansão do extensionismo em todo o país, cresceu em São Paulo a intenção de transformar as enraizadas atividades fomentistas em extensionistas.

Em 1968 a criação da CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - para coordenar a Assistência Técnica no Estado de São Paulo pretendia promover intensa reforma não só no plano estrutural mas também

35. Id., *ibid.*, p. 75.

da filosofia de trabalho da Secretaria Estadual de Agricultura.³⁶

Frente aos "problemas ligados à técnica da produção agropecuária e aos aspectos sócio-econômicos, que se apresentam como responsáveis pelas condições precárias em que vive a população rural", ganhou destaque, a partir de 70 na CATI, a Assistência Técnica Educacional que, visava basicamente o seguinte:

"a) a modernização da agricultura entendida como a incorporação de nova tecnologia aos modos de produção em função da difusão de conhecimentos (...); b) a promoção do homem rural entendida como a elevação do seu nível sócio-econômico e cultural." ³⁷

O que se pode daí depreender é que, apesar de propor a valorização do homem do campo, a assistência técnica prestada em São Paulo tem sempre estabelecido o aumento da produção e produtividade através da modernização da agricultura como o meio de se alcançar este objetivo social.

"O fomento assim estruturado tem sido criticado por envolver programas de custos sociais elevados e por atingir apenas um pequeno grupo de grandes produtores. Além de ter efeitos educativos limitados, constituía um instrumento político por excelência, na medida em que propiciava a distribuição de favores pessoais às custas do erário público. Sua contribuição para melhorar a produtividade do grosso da população rural foi praticamente nula." ³⁸

O que se observa mais recentemente em São Paulo é uma progressiva consolidação dos serviços de assistência técnica oferecidos por empresas privadas. Sobre o trabalho desenvolvido pelos agrônomos das Casas da Lavoura da Secretaria da Agricultura, Queda e Szmrecsányi (1979:221) indicam haver uma tendência a desenvolverem apenas tarefas de fiscalização, enquanto a iniciativa privada vai gradativamente ampliando suas

36. Id., *ibid.*, p. 54.

37. Id., *ibid.*, p. 101-2.

38. Oriowaldo QUEDA & Tamás SZMRECSÁNYI. "O papel da educação escolar e da assistência técnica" In: Oriowaldo QUEDA & Tamás SZMRECSÁNYI. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 218.

atividades de assistência técnica com objetivos comerciais.

5 CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL TRADICIONAL

Originalmente, o papel da extensão rural no Brasil, foi o de veicular, entre os agricultores, a idéia de que a forma deles de produzir e viver, era atrasada ³⁹ e responsável pelos baixos rendimentos que obtinham e pela conseqüente dificuldade de viver do trabalho da terra; a solução era portanto, substituí-la por técnicas modernas, utilizando o crédito para consumir produtos industrializados e, com isso, produzir mais e, conseqüentemente, viver melhor.

Podemos resumir assim o modelo de extensão rural, quando de sua adoção no Brasil: para se construir uma sociedade moderna, ou seja industrializada, e com isso superar os problemas do subdesenvolvimento caracterizado pelo atraso das populações rurais, era preciso intervir tecnicamente.

Para se operacionalizar tal intervenção, ou seja, primeiro predispor os agricultores às mudanças pretendidas, foram incorporados à prática extensionista, dois elementos instrumentalizadores básicos: desenvolvimento/organização de comunidade e práticas pedagógicas.

O primeiro, o elemento comunitarista, consistia - conforme Figueiredo (1980:4) - no extensionista procurar contar com o apoio das "lideranças formais" do local, em busca de reconhecimento de sua

39. Sobre a "falsa concepção de 'atraso' rural" e as "falsas soluções em termos de propostas" ver Maria Julieta C. CALAZANS et alli, Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: Jorge WERTHEIN & Juan Díaz BORDENAVE (orgs.). **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 (Coleção Educação e comunicação: v. 5).

legitimidade, para realizar o papel de intelectual das classes dominantes rurais.

Ao recorrer à solidariedade e cooperação de todas as classes, o extensionista passava a desfrutar do respeito às autoridades constituídas.

Ao se formalizar grupos e "formar" líderes, pretendia-se também quebrar o "isolamento camponês" e disseminar "ideais democráticos".

Tratava-se pois de um enfoque a-histórico e acrítico do processo social, onde os aspectos estruturais e as relações sociais de produção que vigoravam no meio rural não eram questionados.

O segundo elemento - complementar e indispensável para se conseguir a pretendida adoção - era a ação educativa, que possibilitaria então, que os conhecimentos tradicionais das populações rurais, fossem substituídos por procedimentos e equipamentos considerados modernos.

Elemento fundamental da extensão rural,

"a educação é definida como uma instituição social cuja especificidade reside no caráter pedagógico que lhe é inerente, ou seja, na sua capacidade de transmitir modelos sociais e fazer cumprir normas e valores tidos como válidos para o perfeito funcionamento da vida coletiva. Nesta perspectiva a educação é entendida como fator de sociabilização, cuja função primordial é veicular no interior da sociedade mensagens que permitam a perpetuação ou a recriação de suas condições de existência." ⁴⁰

Assim exposto, não é difícil perceber que, oculto na proposta de democratização do conhecimento e benefícios gerados pela e para a sociedade, está o objetivo político de utilizar a educação como instrumento de controle social.

"Em todas as sociedades é a educação um dos mais efetivos instrumentos de controle social. Os seus conteúdos de efeito socializador em geral conduzem mensagens que legitimam uma ordem social vigente. Isto significa que, ao ensinar alguma coisa a algumas pessoas, a educação ensina os

40. LOUSA DA FONSECA, 1985, ob. cit., p. 26

termos de uma ordem social que deve ser reconhecida como necessária e legítima, na mesma medida em que ensina os conhecimentos e as habilitações necessárias e legítimas para que as pessoas da sociedade preservem e reproduzam com as suas idéias ('próprias', mas inculcadas pela educação), e com as suas atitudes ('apreendidas', mas sob a forma de controle exercido pela sociedade através da educação), a ordem econômica, política e ideológica da sociedade." 41

Sendo a modernização da agricultura um projeto elaborado para beneficiar a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra (que não raro dizem respeito à mesma pessoa), coube sempre ao extensionista - embora não de forma consciente, por não ser este o discurso institucional - o papel "educativo" de integrar os agricultores ao projeto de modernização, ocultando-lhes as contradições, a dominação e exploração a que estavam se submetendo.

Para Fonseca "o que ocorre exatamente é um ocultamento do caráter político da educação, uma redução dos problemas educacionais a problemas de ordem metodológica, técnica e administrativa, sendo silenciada sua dimensão político-social", e segue afirmando que

"tal postura não é fortuita, nem ocasional, mas sim uma necessidade política das sociedades de classes ou, mais propriamente, da classe dominante, que, por deter a propriedade dos meios de produção e o conhecimento técnico-científico, precisa camuflar, através de sua ideologia, as relações de dominação e exploração que concretamente exerce sobre as outras classes que por natureza lhe são antagônicas." 42

41. Carlos Rodrigues BRANDÃO. Da educação fundamental ao fundamental da educação. In: Concepções e experiências de educação popular, *Cadernos do CEDES*, Cortez editora/Autores Associados/CEDES, ano I - n° 1 - 1980, p. 7.

42. LOUSA DA FONSECA, 1985, ob. cit., p. 27-8.

6 PRINCIPAL CONSEQÜÊNCIA DO MODELO ECONÔMICO ADOTADO: AGRAVAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Se por um lado, a modernização da agricultura determinou a elevação da produção e produtividade agrícolas ⁴³, por outro, acentuou as desigualdades estruturais que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo assumiu no Brasil, o que agravou a questão agrária, produzindo resultados perversos do ponto de vista das suas implicações sociais.

É que, para bancar o desenvolvimento industrial, não houve por parte do Estado, uma intensão de modernizar genericamente a agricultura. Decidiu-se privilegiar alguns produtos (de exportação) em detrimento de outros (subsistência), algumas regiões (Centro-Sul) em detrimento de outras (Norte e Nordeste), algumas fases do ciclo produtivo (preparo do solo, plantio) em detrimento de outras (colheita). À idéia de "modernizar" a agricultura, associaram-se as de "conservar" (e até mesmo acentuar) a concentração da terra e da renda e a de "manter" as arcaicas relações de trabalho no campo. A este caráter "parcial" das transformações tecnológicas no campo atribui-se, em grande parte, a responsabilidade pelas conseqüências nocivas que a notabilizaram.

A despeito de seus propósitos iniciais - desenvolver a indústria e a agricultura -, "a modernização foi a Reforma Agrária ao avesso, a reforma para e pelo capital" ⁴⁴. Ao "reformarem" a estrutura agrária a favor das classes dominantes, acabaram determinando a expulsão de enorme

43. Considerar que a produção de alimentos básicos, baseada em tecnologia tradicional, cresceu muito pouco quando comparada à produção para exportação, ligada a agroindústria, que cresceu significativamente mais. A esse respeito ver, Bastiaan P. REYDON, & José GRAZIANO DA SILVA. Impactos do Progresso Técnico na Agricultura Paulista, 1960/1980, ob. cit., no capítulo intitulado "A Evolução da produção e produtividade", p. 43-6.

44. Cândido GRZYBOWSKI. "Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo" Rio de Janeiro, FASE, 1987, p. 78.

contingente de trabalhadores do campo, seja pelo avanço das cercas, dos pastos, dos títulos ou das máquinas.

Uma vez expulsos da terra, esses trabalhadores contribuíram de diversas maneiras para o avanço do capitalismo no campo e, indiretamente, também nas cidades.

Ao buscarem mais adiante terras "livres" ou mais baratas para reproduzir sua condição camponesa, faziam expandir a fronteira agrícola, garantindo assim a produção de subsistência para o mercado interno. Com isso, deixavam sempre para trás, a terra capitalizada com o seu trabalho. Enquanto houve "terra sem dono", a fronteira agrícola foi utilizada como "válvula de escape" para as tensões geradas no campo, como uma alternativa para a Reforma Agrária.

Paralelamente a isso, a necessidade de mão-de-obra para a indústria atraía trabalhadores com contratos vantajosos, contribuindo para a intensificação do processo de urbanização.

Mas, quando se esgotaram as terras "disponíveis" (seja pela intensificação da concentração fundiária ou pelo esgotamento natural das possibilidades geográficas), os trabalhadores expulsos do campo passaram a se aglomerar na periferia dos grandes centros urbanos.

Como as indústrias já haviam recrutado braços suficientes, começaram a dispensar os trabalhadores menos qualificados que, afluindo em número cada vez maior, foram se submetendo a contratos menos vantajosos, a subempregos, até chegar ao desemprego absoluto.

Muitos tiveram que voltar a trabalhar na agricultura, mas então, em condições completamente indignas, como é o caso do bóia-fria. É que algumas etapas do processo produtivo (por exemplo, o corte da cana) não foram mecanizadas, determinando uma necessidade sazonal de mão-de-obra.

Neste caso, o trabalhador não pode mais morar na terra, trabalha apenas algumas épocas do ano, não faz jus a nenhum direito trabalhista. e, por não conseguir ganhar o suficiente para garantir sua sobrevivência e da família, sua mulher e crianças em idade escolar têm que trabalhar também, caracterizando a queda na qualidade de vida em função da superexploração do trabalho.

Talvez seja este agravamento do nível de miséria o mais evidente e perverso efeito da modernização da agricultura para o conjunto da sociedade. Conforme a FAO,

"a pobreza rural faz parte do problema geral da pobreza: ela não é simplesmente uma expressão do atraso geral do desenvolvimento; é antes a consequência de um processo de crescimento econômico que discriminou os setores pobres e não soube gerar suficientes empregos produtivos para uma população em crescimento rápido. A pobreza rural é também a causa central da miséria em zona urbana. (...) A pobreza rural e urbana é então o resultado de um tipo de desenvolvimento." 45

Se por um lado, esta condição marginal dos trabalhadores no mercado de trabalho - "exército de reserva" -, forçou para baixo o preço da mão-de-obra, favorecendo assim os empregadores, por outro lado criou, do ponto de vista social, uma situação de tal forma desigual e injusta, que se tornou insustentável.

Antes de nos ocuparmos da organização desses trabalhadores para fazer reverter este quadro, ou seja exigir do Estado o reconhecimento dos seus direitos de cidadãos - assunto do próximo capítulo -, queremos aqui ressaltar as principais idéias deste capítulo.

Partimos da idéia de que, para viabilizar o processo de modernização da agricultura - enquanto projeto desenvolvimentista que

45. FAO. Potencialidades del desarrollo agrícola y rural en América Latina y el Caribe: Informe principal, Roma, 1988, p. 40.

visava atender os interesses de acumulação capitalista -, o Estado utilizou - a despeito das inevitáveis consequências indesejáveis para o conjunto dos trabalhadores rurais - os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, imprimindo às relações que se estabelecem entre os técnicos e os agricultores, características marcadamente autoritárias.

CAPÍTULO III
QUESTÃO AGRÁRIA: DOS CONFLITOS SOCIAIS AOS
EMBATES POLÍTICOS

Compreendida, mesmo que sumariamente, a questão do processo de modernização agrícola, é preciso esclarecer que, na verdade, o problema não está em "modernizar" de forma genérica a agricultura, e sim no caráter excludente que o processo assumiu no Brasil: exclusão da possibilidade de viver cultivando sua terra, exclusão da partilha do "bolo" da renda nacional, exclusão da infra-estrutura social e dos direitos trabalhistas, exclusão dos frutos do crescimento econômico, exclusão do sistema educativo... é enfim, do direito à cidadania de que são excluídos, que reclamam os trabalhadores rurais.

A "tensão permanente entre o princípio de igualdade, inerente ao conceito de cidadania e as desigualdades que são constitutivas de uma sociedade de classes" ⁴⁶, escapa ao controle do Estado e faz brotar movimentos sociais por toda parte.

Para enfrentar os interesses dominantes do Estado, reverter o processo de expulsão da terra e conquistar a cidadania, os trabalhadores rurais - tidos "oficiosamente" como passivos e pacíficos -, têm se mobilizado, ao longo da história, para conseguir seus direitos, em particular através da luta pela terra.

O que pretendemos neste capítulo é analisar brevemente a dinâmica relação entre os movimentos sociais de luta pela terra e o Estado: primeiro, focalizando os movimentos sociais de luta pela terra, enquanto geradores de sujeitos históricos que se empenharam em superar sua condição de excluídos/oprimidos através da transformação da estrutura fundiária; em seguida, nos detendo às ações do Estado, enquanto mediador entre os conflitantes interesses sociais em jogo, ora assumindo uma postura mais assistencialista e autoritária, ora mais "negociadora" e democrática.

46. Francisco WEFFORT apud Leonilde Sérvalo de MEDEIROS. "História dos movimentos sociais no campo" Rio de Janeiro, FASE, 1989, p. 211

1 LUTA PELA TERRA: MOVIMENTOS SOCIAIS CONSTITUIDORES DE SUJEITOS

A condição de opressão, de exploração e de exclusão de que vimos tratando anteriormente, só se mantém, enquanto o oprimido se encontra de tal forma "fundido" com o opressor, que não pode perceber-se como tal. No caso do trabalhador rural, isto se mantém mais facilmente, enquanto este reside na fazenda e se submete diretamente ao poder do dono da terra, que é também dono do saber e dos valores que o trabalhador internaliza como seus.⁴⁷

Nesse sentido, a proletarização subsequente à expulsão do campo, passa a constituir uma possibilidade de superação da condição de opressão. Mesmo que num primeiro momento, os trabalhadores percebam sua condição de sub-emprego ou desemprego, individualmente, apenas como fracasso pessoal, posteriormente, o convívio com os demais trabalhadores na periferia urbana, cria condições concretas (a nível do cotidiano) para que os trabalhadores se identifiquem como o "nós", como aliados, numa comum situação de carência, podendo descobrir no "fazendeiro", no "patrão", o "outro", o opositor.

"Uns e outros estão divorciados, são estranhos. Podem conceber-se como diferentes, quanto a direitos, deveres e ambições. Organizam-se e pensam a si mesmos como categorias distintas... Nesse contexto, o trabalhador aparece como uma classe política, elaborando uma consciência política mais autônoma, como classe para si." ⁴⁸

No período que antecede o Golpe de 64, marcado pela intensificação dos movimentos sociais, as lutas dos trabalhadores rurais se

47. A questão da condição oprimida e sua superação será melhor detalhada no capítulo IV.

48. Octavio IANNI. Relações de produção e proletariado rural. In: QUEDA, & SZMRECSÁNYI (org.) Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. ob. cit., p. 159.

caracterizavam como lutas de classes, para protestar contra a degradação das condições de trabalho, a superexploração nas relações de trabalho e a expulsão do campo.⁴⁹

Sobre essa consciência política emergente Scherer-Warren ⁵⁰ critica o "centralismo burocrático", o "autoritarismo" e o "dogmatismo revolucionário" presente nos movimentos sociais pré-64, relacionando-os às tradicionais práticas políticas de esquerda (fundamentadas principalmente no marxismo-leninismo). A estas, contrapõe a "novidade" dos movimentos sociais dos anos 80: contemplar projetos de conquista de autonomia (individual e coletiva) e que permitam a diversidade (relativa à espontaneidade inerente ao anarquismo).⁵¹

Nesse sentido, os "novos" movimentos sociais - dentre os quais se inclui a luta pela terra nos anos 80, que particularmente nos interessa nesse estudo -, não se restringem politicamente à tradicional conquista de um futuro melhor (mas distante), mas estabelecem como meta, a realização de uma existência digna de viver, a partir da transformação do cotidiano.⁵²

O problema social que aflige mais diretamente o grupo constitui o material concreto sobre o qual o movimento trabalha. O primeiro passo é

49. Arrendatários lutavam contra as altas taxas de arrendamento e contra a imposição de deixar o pasto formado no final do contrato; "foreiros" pernambucanos organizaram as "ligas camponesas" para protestar contra o impedimento de plantarem para si próprios no "sítio", ou por aumento considerado abusivo do foro (quantia paga anualmente ao proprietário); trabalhadores rurais (posseiros) resistiam em deixar a terra da qual estavam sendo expulsos; trabalhadores rurais de grandes plantações como café e cana se mobilizavam em greves para protestar contra os baixos salários, a proibição de cultivar gêneros de subsistência, as jornadas extensas, ausência de direitos trabalhistas, falta de assistência previdenciária, etc...

50. Ilse SCHERER-WARREN. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Ilse SCHERER-WARREN & Paulo J. KRISCHKE. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 38.

51. A respeito do rompimento dos "novos" movimentos sociais com a tradição marxista cabe citar que "o marxismo reduz a cultura e os valores políticos aos interesses de classe, vistos como determinantes das interações políticas. Em contraste, consideramos os valores como parte crucial das interações políticas de uma sociedade. Os valores relacionam-se às classes, mas não se reduzem a elas". VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott. *Novos movimentos sociais - cultura política e democracia: Brasil e Argentina*. In: SCHERER-WARREN & KRISCHKE. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. ob. cit., p. 109.

52. A este respeito ver Hartmut KÄRNEN. "Movimentos sociais: revolução no cotidiano". ob. cit., p. 33.

pois, organizar os trabalhadores em torno da resolução desses problemas do cotidiano. Através dessa organização, busca-se resgatar a trajetória de vida de cada um, com o objetivo de compreender historicamente o processo de acumulação capitalista, em função do qual, foram expropriados de seu direito de viver do trabalho na terra.

A conscientização dos direitos e da capacidade de transformar coletivamente a realidade, não se dá espontaneamente; ela depende da intencionalidade de um processo educativo. No caso da luta pela terra e de tantos outros movimentos sociais, as CEB's - Comunidades Eclesiais de Base - constituíram esse espaço pedagógico, onde os trabalhadores puderam perceber as relações de poder e de conflito, se identificar enquanto sujeitos políticos e se organizar para a realização de ações coletivas.⁵³

Nesse processo de conscientização, merece destaque o papel elucidativo desempenhado pelos agentes pedagógicos: o de coletivizar as trajetórias individuais de exclusão, correlacionando-as criticamente a determinantes históricos.

Assim, num primeiro momento, esse processo educativo busca romper com o isolamento favorável à reprodução das relações de dominação.

"Ao se encontrarem, conversarem, contarem as suas histórias de vida, falarem de seus problemas do dia-a-dia, eles estão rompendo com o isolamento e com o silêncio a que estiveram submetidos por muito tempo (...) estão se revelando para si mesmos e para os outros."⁵⁴

A identidade com os demais trabalhadores, que faz com que cada um sintam-se parte integrante do grupo, se dá através da consciência de que "cada" situação de carência e exclusão social é comum aos demais trabalhadores.

53. A esse respeito, ver TARELHO, Luiz Carlos. ob. cit.

54. TARELHO, Luiz Carlos. ob. cit., p. 106.

Paralelamente a isso, os agentes pedagógicos do movimento social se encarregam de apresentar uma visão crítica dessas trajetórias. Fornecem elementos políticos e econômicos que permitem aos trabalhadores correlacionar a saída da terra ao avanço do capitalismo no campo. Isto é, os trabalhadores vão aos poucos, compreendendo que não saíram da terra simplesmente porque fracassaram, e sim porque foram expulsos; que não ter acesso aos recursos financeiros para plantar e acabar perdendo a terra não é obra do destino, mas sim de políticas públicas discriminatórias.

Ao descobrirem-se coletivamente discriminados, privados em seus direitos de cidadãos, os trabalhadores se unem em torno da luta pela superação dessa condição oprimida, pois

"o indivíduo isolado pode [até] reconhecer sua opressão, impotência e incapacidade [de fazer reverter esse quadro], mas estas só podem ser superadas num processo de reflexão e organização entre iguais, com os que vivem a mesma realidade e a interpretam da mesma maneira."⁵⁵

Desta maneira, o movimento social passa a ser o processo educativo, através do qual, o sujeito, coletivamente constituído, constrói uma nova acepção do conceito de cidadania: a que inclui os direitos dos trabalhadores e não se restringe apenas aos deveres destes para com o Estado.⁵⁶

Ao conquistarem gradativamente a condição de sujeitos⁵⁷, os trabalhadores podem "separar-se" do patrão, do poder e constituírem-se

55. Hartmut KÄRNEN. "Movimentos sociais: revolução no cotidiano". ob. cit., p. 26-7.

56. Para maiores esclarecimentos sobre cidadania, educação e movimentos sociais ver Maria da Glória GOHN. "Movimentos Sociais e Educação". São Paulo, Cortez, 1992 e, da mesma autora, Movimentos sociais, cidadania e educação. In: *Revista de Educação Municipal*, Nº 5, s/d. (mimeo)

57. Cabe aqui salientar, que os trabalhadores não se transformam - mesmo participando de práticas pedagógicas libertadoras -, mecanicamente de objetos em sujeitos, em "portadores" de consciência crítica. É preciso ter sempre em mente, que o desenvolvimento da consciência crítica é um processo que ocorre ao longo do tempo, que é dinâmico e contraditório, onde os avanços rumo à criticidade conviverão sempre com manifestações dos elementos oprimidos introjetados pelos trabalhadores e que não são simplesmente (ou absolutamente) "apagados", mas sim criticados e, gradativamente (ou relativamente), superados.

cidadãos. Nesta nova condição - de possuidores de direitos -, os trabalhadores passam a entender melhor o papel do Estado no jogo de forças entre os conflitantes interesses sociais: os trabalhadores percebem que somente pressionando o Estado, eles podem conseguir o reconhecimento dos seus direitos.

Os trabalhadores conseguem então romper com a tradicional postura de demandantes e desenvolvem novas formas de enfrentamento: as ocupações de terras.

Não se tratava mais de suplicar terra para aplacar a fome, nem do Estado "dar" terra para conter o conflito, mas sim de trabalhadores exigirem do Estado o respeito aos seus direitos de cidadãos.

"No início dos anos 80, surgiu um novo personagem nas lutas pela terra no país: os chamados Sem Terra... Os primeiros momentos de luta desses grupos foram ocupações de terra, isoladas... Em 1980 foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina, São Paulo... tratava-se de terras improdutivas e a tensão gerada acabou por desencadear desapropriações." ⁵⁸

2 POLÍTICAS DE ASSENTAMENTO: A RELAÇÃO DO ESTADO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

Nas sociedades de classes, invariavelmente encontram-se em oposição e conflito as forças dos que querem dominar e as forças dos que querem não ser dominados. Nos diferentes momentos históricos, muda a correlação destas forças sociais. Ora os dominantes conseguem submeter o "povo" aos seus interesses, sem contudo extinguir-lhe a vontade de não se

58. Leonilde Sérvo de MEDEIROS. ob. cit., p. 148.

submeter; ora o "povo" consegue impor aos dominantes o reconhecimento de seus direitos de cidadão, sem contudo anular-lhes o ímpeto de dominar.

O Estado enfrenta então, politicamente, o problema de "encontrar mecanismos que imponham a estabilidade das relações, que sustentem uma determinada correlação de forças".⁵⁹

Criar assentamentos de trabalhadores rurais tem sido, historicamente, a forma encontrada pelos governantes, para intervir nos conflitos sociais pela terra.

Como a correlação de forças muda ao longo do tempo, o Estado se vê obrigado a apresentar respostas diferentes - políticas de assentamento mais autoritárias ou mais democráticas -, a um mesmo problema, por exemplo, a pressão dos trabalhadores que reivindicam terra.

Para analisarmos as diferentes respostas do Estado à questão agrária, nos limitaremos a duas políticas fundiárias adotadas pelo Estado de São Paulo, em resposta a intensificação da mobilização dos trabalhadores rurais: a "Revisão Agrária" do Governo Carvalho Pinto, no início da década de 60, e o "Plano de Valorização de Terras Públicas" do Governo Montoro, no início da década de 80.

A limitação da abordagem ao Estado de São Paulo, deve-se à localização espacial da pesquisa de campo: assentamento rural I de Sumaré-SP; e a seleção das duas políticas públicas, pretende ser esclarecedora do processo de democratização do setor público, no caso, paulista.⁶⁰

59. Maria Tereza SADEK. "Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú". In: Francisco C. WEFFORT. *Os Clássicos da Política*. São Paulo, Ed. Ática, 1989, vol.1 (Série Fundamentos 62).

60. Sobre as concepções diferenciadas de assentamentos que permearam a "Revisão Agrária" e o "Plano de Valorização das Terras Públicas", ver CORNEJO et alii. "Assentamentos: concepções em mudança". In: *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, realizado em Piracicaba, SP, 24 a 28 de julho de 1989, p. 501-27.

2.1 Revisão agrária: contenção de conflitos

O Estado de São Paulo, a exemplo de alguns outros - Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul -, também buscou "soluções emergenciais, que conseguissem reduzir as tensões sociais" ⁶¹. O então Governador Carvalho Pinto criou, em dezembro de 1960, a Assessoria de Revisão Agrária - ARA -, para se ocupar da questão das terras na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Com isso pretendia-se, por um lado conter a intensificação dos conflitos e a ampliação das organizações de trabalhadores rurais, e por outro, atender as necessidades do processo intensivo de modernização no campo: prover a subsistência da população urbana consumindo tecnologia industrial.

Os trabalhadores que demandavam terra, viviam as mais perversas relações de dominação, nas quais, seus direitos mínimos de cidadãos não eram respeitados. Sua condição de oprimidos, os levava a desenvolver com o patrão, as autoridades e com o Estado, relações de favor, que implicava em pedir e aguardar o cumprimento de promessas. ⁶²

Diante da promessa de terra, o cadastramento dos trabalhadores pode ser entendido como a submissão destes a um processo seletivo ao qual não tinham acesso, nem no que diz respeito ao estabelecimento dos critérios, nem à cobrança do seu cumprimento. A seleção era feita por um técnico estatal na capital e uma liminar era enviada a um técnico local, para que este executasse o assentamento de cada família em lotes pré-estabelecidos. Assim, a imposição do processo seletivo era a própria negação

61. MEDEIROS. ob. cit., p. 61.

62. A relação dos trabalhadores com o Estado autoritário e com o Estado em processo de democratização, foi abordada pela Profa. Maria Conceição D'Incao, em palestra aos técnicos do D.A.F., em 05/05/93.

do Estado em reconhecer o conflito e a demanda como legítimos. O Estado pretendia com isso desmobilizar os trabalhadores e descaracterizar suas organizações de luta pela terra como processos políticos.

É que o Estado na época, estabelecia relações autoritárias com os trabalhadores, confundia-se com os poderosos e seus interesses, e era em função destes que legislava. Nessas condições, a lei não existia como estatuto regulador entre as partes. Ela estava personificada no Estado, que se encontrava "aderido" à classe dominante. Na percepção dos dominados, o Estado era personificado pelo "fazendeiro" que era o "patrão", o poder local, estadual e também federal, que em última instância, confundia-se com a própria lei.

Nesse sentido a Lei de nº 5.994, ou Lei da Revisão Agrária se propunha a legitimar a intervenção desenvolvimentista do Estado na questão agrária, ou seja, não se buscava justiça social, nem atender a um direito dos trabalhadores, mas sim promover o crescimento econômico.

Não reconhecendo os direitos dos trabalhadores, o Estado não se vê na obrigação de negociar com os movimentos sociais. Assim, os assentamentos que surgiram neste contexto, foram marcados politicamente por práticas assistencialistas de contenção e controle dos conflitos sociais. Ao estabelecer com os trabalhadores "selecionados" relações de favor ("dar" a terra, construir uma casa, pocilga e armazém de alvenaria por lote, fornecer energia elétrica, rede de distribuição de água e coleta de dejetos, escola, ambulatório com uma enfermeira em caráter permanente e uma visita semanal de um médico, etc...⁶³) o Estado contribuiu para que os trabalhadores não aprendessem seus direitos, nem como se organizar para reivindicá-los.

63. CORNEJO et alii, *ob.cit.*, p. 511.

Para o Estado, alimentar a dependência dos trabalhadores é reproduzir a dominação. Uma vez dependentes, os trabalhadores não conseguem ascender à autonomia de decidir em favor dos seus interesses. Os trabalhadores se transformam assim em "beneficiários" ou "objetos" das políticas públicas, através das quais, o Estado autoritário faz valer os interesses dominantes.

2.2 Plano de valorização das terras públicas - PVTP: reconhecimento de direitos

Em 1982, na primeira eleição depois do Golpe de 64, a oposição elegeu dez governadores entre os Estados mais expressivos da federação, e em São Paulo, assumiu André Franco Montoro do PMDB.

A vitória de Montoro alimentou expectativas de democratização e mudança, que não correspondiam ao Governo como um todo, de forma homogênea, mas a elementos mais progressistas a ele ligados. Em torno do vínculo anterior do então Governador com ardorosos defensores da questão agrária, formou-se um grupo de pessoas empenhadas em intervir, dentro dos limites legais possíveis da época, na questão da terra.⁶⁴

O problema social referente à questão agrária, que naquele momento requeria a intervenção do Estado, era a crescente ocupação, que a emergente categoria de trabalhadores rurais "Sem Terra", vinha fazendo em terras públicas (como vimos anteriormente).

Paralelamente ao levantamento das terras públicas que estivessem

64. Para Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo foi então nomeado José Gomes da Silva (um dos agrônomos redatores do Estatuto da Terra), que trouxe consigo o staff da ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária.

ociosas, ou com seu uso desvirtuado, pressionou-se a criação de uma lei, que tivesse o poder de arrecadá-las, para que nelas se efetivasse o assentamento de trabalhadores rurais.⁶⁵

Assim sendo, tanto o aparato jurídico necessário às desapropriações - o Plano de Valorização das Terras Públicas (PVTP) -, quanto a própria definição burocrática de um "modelo" a ser implantado nos assentamentos, vieram, em grande parte, a reboque das ocupações - forma organizada que os trabalhadores encontraram de lutar pelo acesso à terra.⁶⁶

Cabe salientar que distintamente dos demais Estados da Federação, em São Paulo a prestação de assistência técnica aos assentamentos não foi vinculada a nenhum órgão oficial pré-existente, como a CATI, por exemplo.

Resolveu-se criar um novo espaço institucional, onde as novas idéias democráticas pudessem se desenvolver e se efetivar enquanto políticas públicas para o setor agrário. Para tanto, a ARA, que havia sido praticamente esvaziada no Governo anterior, em 1983 teve sua denominação alterada para IAF - Instituto de Assuntos Fundiários.

O IAF deveria ser um órgão que, além de propor questões de política fundiária, deveria se encarregar da implantação de assentamentos, ou seja, concretizar a chegada dos novos produtores na terra. Uma vez consolidado o assentamento, a prestação de assistência técnica passaria a ser de responsabilidade da extensão rural existente, cabendo aos próprios trabalhadores exigir que esta atendesse suas necessidades.⁶⁷

65. Apesar da resistência dos órgãos em perder terras, mesmo que ociosas, foram realizadas algumas desapropriações, como por exemplo, a da FEPASA, onde se encontra o assentamento pesquisado.

66. Conforme Odônio dos Anjos, "o fato que puxou toda a política fundiária no Estado não foi a criação do aparelho jurídico-burocrático e sim a mobilização dos trabalhadores rurais sem terra." ANJOS, Odônio dos. "A ação do Estado da Reforma Agrária: O Programa de Valorização de Terras Públicas (PVTP) do Estado de São Paulo". In: *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1988, cit por CORNEJO, H.A.A. et alii, ob. cit., p. 114.

67. Cabe aqui lembrar (já fizemos referência em capítulo anterior) que o Estado de São Paulo é o único Estado que não se vinculou à EMBRATER, principalmente pela "progressiva consolidação de uma nova modalidade assistencial: a dos serviços de assistência técnica oferecidos por empresas privadas." Sobre o trabalho desenvolvido pelos agrônomos das Casas

Como parte das atribuições do IAF ressalta-se

"a proposição e a execução de medidas pertinentes à política fundiária do Estado e o estudo e proposição de medidas para o aperfeiçoamento da organização agrária no âmbito do Estado." ⁶⁸

O que queremos salientar com isso, é a abertura institucional conquistada nesse momento mais democrático: não se tratava de criar um órgão que apenas executasse a política governamental para a questão agrária (condição a que posteriormente foi reduzido); tratava-se de criar institucionalmente, condições mais democráticas de se pensar e trabalhar com a questão agrária.

Era o Estado democrático reconhecendo que os trabalhadores rurais tinham o direito de ter acesso à terra e se propondo a negociar através do IAF.

2.3 Os limites da negociação

Nesse contexto, a abertura política permitiu que parte dos interesses dos trabalhadores sem terra fossem contemplados pelo Estado, através da atuação de técnicos e intelectuais solidários com a luta pela terra.

A convergência da movimentação dos trabalhadores e de alguns

da Lavoura da Secretaria da Agricultura, o autor observa haver uma tendência a desenvolverem apenas tarefas de fiscalização, enquanto a iniciativa privada vai gradativamente ampliando suas atividades de assistência técnica com objetivos comerciais. Oriowaldo QUEDA & Tamás SZMRECSÁNYI. "O papel da educação escolar e da assistência técnica" In: QUEDA & SZMRECSÁNYI. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural* ob. cit., p. 216-233.

68. SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA. Coordenadoria Sócio-Econômica, Departamento de Assentamento Fundiário. *Metodologia operacional para implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais*. DAF, dezembro de 1990, p. 2.

técnicos estatais, estava acelerando o processo e enchendo de euforia os momentos que antecederam a aprovação do PVTP: antes mesmo de ser aprovada, a lei já esta sendo posta em prática.⁶⁹

Isso representou um avanço significativo em comparação com o governo anterior (1977/83), na gestão do qual foi realizado apenas um assentamento - Lagoa São Paulo, sendo que no governo Montoro (1983/87), foram realizados 20 assentamentos.⁷⁰

Porém, não podemos ignorar as condições concretas em que a política de assentamentos do Governo Montoro foi gestada, caracterizadas, segundo Conceição D'Incao, por uma "composição heterogênea das forças políticas presentes no próprio aparelho de Estado."⁷¹

A proposta que veiculou como sendo do Governo do Estado, não era do órgão como um todo, mas sim de uma configuração (temporária) do embate político travado internamente pelos técnicos.

Ao que parece, no governo Montoro, apesar de haver espaço para que os "técnicos-militantes" defendessem a nível institucional, os interesses dos trabalhadores, estes se chocavam com os modelos conservadores de assentar trabalhadores, até então adotados para resolver problemas do Estado (por exemplo, construção de barragem), nos quais se reproduzia as relações paternalistas de dominação.

Como a correlação de forças políticas dentro da instituição não se resolve apenas internamente, as transformações políticas que se davam então no bojo da sociedade, interferiram significativamente no encaminhamento da

69. Fruto de ocupação dos trabalhadores rurais sem terra, Sumaré I - o assentamento pesquisado - foi implantado em caráter emergencial em fevereiro de 84, sendo que o PVTP só foi promulgado em dezembro de 85.

70. O assentamento Lagoa São Paulo foi realizado devido à construção de uma barragem e foi coordenado pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Ver Sérgio Pereira LEITE. "A política de assentamentos no Estado de São Paulo: 1983-1987". In: *Anais do 12º encontro do P.I.P.S.A.*, Campinas, 6 - 9/4/87, 1136-1180; p. 1154.

71. Maria Conceição D'INCAO. "Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal" Redação preliminar para discussão interna, UNICAMP-FEAGRI, junho de 1992, p. 7.

política de assentamento.

A mobilização das forças conservadoras, encabeçadas pelos proprietários de terra, contra a proposta progressista do Plano Nacional de Reforma Agrária (maio/85), conseguiu fazer vingar a idéia de que, longe de atender a um dever de justiça social, "uma política fundiária deveria necessariamente estar subordinada a uma política agrícola que favorecesse o avanço do complexo agroindustrial." ⁷²

Não é de se estranhar que era em São Paulo, no Estado mais modernizado da federação, carro-chefe da indústria e das grandes finanças, que esta proposta se mostrava mais estruturada e mais forte, culminando com a constituição da UDR - União Democrática Ruralista -, entidade de representação dos interesses empresariais agrários.

Bem como no plano nacional ⁷³, a proposta progressista de intervenção na questão agrária no Estado de São Paulo foi vencida politicamente e o que se observou a partir de então, foi o refluxo da política de assentamentos.

O Estado passou a promover alterações institucionais que, se num primeiro momento aparentaram ainda atender os interesses dos trabalhadores, posteriormente, evidenciaram o fechamento do espaço democrático.

Em função do crescimento do número de assentamentos implementados pelo PVTP e a promulgação do PNRA, que atribuiu ao poder estadual parte das obrigações nele definidas, o governo de São Paulo criou em março de 86 a SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários, e a ela incorporou o IAF.⁷⁴

72. MEDEIROS, ob. cit., p. 188.

73. Cabe apenas salientar que, entre os tantos recuos, foi aprovada a versão conservadora do PNRA (outubro/85) e a "repressão democrática" aos conflitos pela terra, segundo os trabalhadores, não diferia muito dos procedimentos adotados no período militar.

74. BERGAMASCO et alii. Assentamentos em Balanço: A Roda Viva de seu Passado/Presente. In:

Em dezembro de 87 o IAF cedeu lugar ao DAF - Departamento de Assentamentos Fundiários,

"órgão executor (...) criado temporariamente com o objetivo restrito do desenvolvimento dos projetos de assentamento (...) através da figura do extensionista..." (grifo nosso).⁷⁵

Concretizou-se assim o temor dos progressistas: em função do recuo político dos debates da reforma agrária, limitou-se institucionalmente a ação dos técnicos do DAF à prestação de assistência técnica aos assentamentos já existentes, por mais tempo que o necessário. Não lhes cabia mais procurar soluções para a questão agrária e sim apenas executar o que agora estava previsto em lei.

É então, no sentido de perder espaço político enquanto "viabilizador" da chegada de trabalhadores na terra, que entendemos a restrição à assistência técnica como um recuo da política de assentamentos do Estado de São Paulo.

2.4 PVTP: conquista dos trabalhadores ou controle do estado?

Segundo Cury ⁷⁶, ao Estado é imposta a função de manter o equilíbrio político e aliviar as tensões geradas pelo processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, ele se propõe a atender alguns interesses das classes dominadas, desde que dentro dos limites permitidos pelas classes

XII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú (MG), 24 a 27 de outubro de 1989, cit., p. 14.

75. SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Coordenadoria Sócio-Econômica. ob. cit., p. 2-3. Em 1990 o DAF passou a fazer parte da Secretaria da Justiça.

76. Carlos Roberto Jamil CURY. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 2ª ed., São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1986, p. 55.

dominantes.

É nesse sentido então que compreendemos a "abertura democrática" e o PVTP que dela derivou: políticas ambivalentes que, para salvaguardar os interesses dominantes, cederam, em alguma medida, por um certo tempo, a alguns interesses das classes subalternas.

Pressionado pelo movimento organizado dos trabalhadores, o Estado criou o espaço para que técnicos comprometidos com as lutas populares, trabalhassem no sentido de aliviar essas tensões: o IAF.

Ao contratar técnicos que se diziam porta-vozes dos interesses dos trabalhadores, o Estado o fez com o objetivo de firmar sua legitimidade enquanto representante do povo, o que era imprescindível nessa fase de reabertura democrática.

O que queremos resgatar são algumas das implicações deste embate de forças para a política de assentamentos do Estado de São Paulo.

A promulgação da Lei nº 4.957 em 30/12/85, constituiu o aparato jurídico-burocrático que permitiu ao governo do Estado de São Paulo, mais do que atender os que demandavam terra, controlar os conflitos gerados pela concentração fundiária.

A respeito dessa lei, interessa-nos salientar o seguinte: por um lado, ela representou, até certo ponto, uma conquista social - cessão de terra pública -:

"O Estado desenvolverá planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários para promover 'a efetiva exploração agropecuária ou florestal das terras - que se encontram ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente', criando 'oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico dos trabalhadores rurais sem terra ou com terras insuficientes para a garantia da sua subsistência'." 77

77. SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Coordenadoria Sócio-Econômica. ob. cit., p. 6.

Em contrapartida, através dessa lei, o Estado se outorgou o direito de determinar normas e critérios a serem seguidos, que mantêm os trabalhadores e o processo de assentamento sob rígido controle, mascarando assim os conflitos e contradições existentes.

Segundo Freire, quando o povo consegue, descruzar os braços e renunciar à expectativa; quando já não se satisfaz em assistir, quer participar, isso implica numa tomada de consciência, que por sua vez, ameaça as elites detentoras dos privilégios. Estas, num primeiro momento, reagem espontaneamente. Numa segunda fase,

"percebem claramente a ameaça contida na tomada de consciência por parte do povo. Arregimentam-se. Atraem para si os 'teóricos' de 'crises'(...) Criam instituições assistenciais (...) e, em nome da liberdade 'ameaçada', repelem a participação do povo." ⁷⁸

Apesar do contexto de negociação em que foi gerado, o PVTP se enquadra dentro das respostas assistencialistas que o Estado elabora quando sente ameaçada a ordem estabelecida. Com isso, o programa de assentamentos reduz os sujeitos da luta pela terra - os sem terra - em objetos da política de assentamento - os assentados.

"... o D.A.F. obedece hoje as etapas evolutivas, previstas em lei, para a implementação de assentamentos rurais... que pressupõe a existência e interação de diversos agentes e institutos: o beneficiário [ou assentado], constituindo-se no principal objeto das ações político-institucionais..." (grifo nosso).⁷⁹

78. Paulo FREIRE. *Educação como prática da liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 55-6.

79. SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Coordenadoria Sócio-Econômica. ob. cit., p. 3.

CAPÍTULO IV
EDUCAÇÃO LIBERTADORA:
POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO

Compreendidas, mesmo que sumariamente, as políticas de assentamento enquanto resultado concreto das relações entre trabalhadores rurais sem terra e Estado, passaremos agora a nos ocupar da seguinte questão: como é que o "Estado" chega até o agricultor? Quem é que o Estado reveste de autoridade para falar em seu nome aos agricultores?

É o técnico (geralmente agrônomo, mas também veterinário, zootécnico e outros), que ao se vincular a uma instituição pública de assistência técnica e extensão rural, para o Estado, passa a ser seu legítimo porta-voz.

Desde a formação acadêmica (pelo menos no caso dos agrônomos, como tentaremos analisar mais adiante), os extensionistas são preparados para responder sempre tecnicamente aos problemas agrícolas, o que muitas vezes, contribui para "anestesiá-los" em sua capacidade crítica de reflexão.

Mesmo quando se sentem "comprometidos com a causa camponesa", os extensionistas são levados a se ocuparem apenas da representação aparente dos problemas, o que contribui para ocultar, mesmo que inconscientemente, a gênese estrutural dos conflitos de interesses entre os diversos segmentos dos próprios agricultores atendidos pelo técnico.

A idéia de "desenvolver comunidades" tornava o extensionista alheio aos conflitos e contradições existentes na realidade em que atuava, o que o levava a limitar os indivíduos e as famílias com que trabalhava, aos pequenos e aparentes problemas de suas localidades.

Uma outra questão fundamental da prática extensionista refere-se ao processo de mudança que o extensionista tem por função desempenhar.

Ao identificar o técnico como "agente de mudança", o ideário extensionista caracterizava o próprio técnico como sujeito da transformação pretendida no outro - o agricultor.

Sendo assim, a modernização da agricultura não é decorrente de um processo de desenvolvimento em que o sujeito é o próprio agricultor; ao contrário, o fato da decisão de modernizar se encontrar fora da estrutura que se transforma, caracteriza como autoritária a prática extensionista.

Ainda uma última questão a ser considerada aqui diz respeito à vinculação trabalhista do extensionista ao Estado.

Para o extensionista, o Estado se apresentava como "descomprometido com interesses classistas sendo o guardião do bem comum. No extremo poderia chegar-se ao paradoxo de um Estado apolítico!"⁸⁰ O que se esperava do extensionista então, é que ele fosse também apolítico.

Mas, as políticas do Estado não eram necessariamente instrumentos do bem-estar social, ou presumivelmente neutras; como o próprio nome já o diz, só politicamente podiam ser entendidas, analisadas, modificadas ou substituídas.

Afinal, defender sempre o Governo e divulgar sua política agrícola era ser neutro?

Fato é que, tanto quanto o Estado, também as instituições e os próprios técnicos, não são blocos monolíticos, rígidos, inflexíveis e estáticos. Encontram-se todos em permanentes conflitos e contradições entre seus elementos constituintes, o que lhes confere movimento conforme os embates travados tanto interna quanto externamente, em consonância com o conjunto das transformações sociais.

Nesse sentido, o que é então preciso para reverter os impactos causados pela modernização da agricultura? É ampliar o espaço político das classes desfavorecidas - sendo que isso só é possível através de um processo educativo de conscientização -, para que elas possam lutar por

80. Romeu Padilha de FIGUEIREDO. "Extensão Rural no Brasil: novos tempos". obra citada, p. 23.

uma política agrícola que beneficie os pequenos produtores, principalmente os beneficiários da reforma agrária... ⁸¹

Sendo assim, como pensar e fazer uma nova extensão rural? Como pensar numa atividade educativa que se proponha instrumentalizar a classe trabalhadora do campo para que ela possa se fazer ouvir nos embates políticos, para que ela possa lutar por seus direitos, para que ela deixe de ser objeto de políticas públicas e passe a ser sujeito capaz de transformar sua realidade?

Segundo Freire ⁸², para que os agricultores possam superar a dominação efetivada pelo autoritarismo das relações verticais de difusão de tecnologia (que os constitui "objetos" de políticas públicas), é indispensável que se estabeleça entre eles e o poder instituído (os técnicos que se vincularam a uma instituição pública de assistência técnica e extensão rural no nosso estudo) uma relação educativa que restabeleça a comunicação, e assim, crie condições para a tomada de consciência e torne-os "sujeitos" transformadores de sua realidade.

Enquanto instrumento democratizante da relação entre técnicos e assentados, a educação libertadora pretende ser um instrumento do qual lancem mão técnicos e assentados, ambos como sujeitos, empenhados em não reproduzir o autoritarismo das relações de dominação, que prevaleceram na constituição de ambos. ⁸³

81. José GRAZIANO DA SILVA. Os velhos debates da nova agricultura brasileira, In Textos de Estudos sobre Economia Agrícola, p. 51-2.

82. Sobre o trabalho do agrônomo-educador, ver Paulo FREIRE. *Extensão ou Comunicação?* tradução de Rosisca Darcy de Oliveira/ prefácio de Jacques Chonchol, 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

83. Em palestra proferida aos técnicos do DAF realizada em São Paulo em 05/05/93 a Profa. Maria Conceição D'Incao, baseada em estudo que vinha desenvolvendo a respeito da assistência técnica estatal às áreas de assentamento afirmou que "o técnico, enquanto agente estatal na situação de assentamento, ele seja capaz, eu afirmo que ele deve ser capaz de uma intervenção democratizante das relações Estado e trabalhadores. Isso pressupõe que nós temos um Estado autoritário e que nós queremos um Estado democrático. Então eu acho que a ação do técnico tem que ser orientada nesse sentido (...) e que se ela não for orientada nessa direção, ela vai estar, inconscientemente, reproduzindo o Estado autoritário que é a marca predominante do Estado na história do Brasil."

É neste sentido que a educação libertadora representa a possibilidade de técnicos e agricultores construir juntos um novo saber, um saber que não mais subjuguie os interesses dos trabalhadores, mas que ao contrário, os liberte.

Distintamente da concepção tradicional de educação (que fundamentou a prática extensionista tradicional - como já vimos anteriormente), a educação libertadora parte do princípio que a sociedade está organizada segundo uma ordem historicamente determinada; que a realidade é contraditória, com interesses de classe conflitantes; que o homem é sujeito de sua ação; e que os agricultores, possuidores de saber, devem ser reconhecidos econômica, social e politicamente.

O objetivo fundamental da educação libertadora é então, o de problematizar a realidade para que os homens, ao tomarem consciência de suas relações com o mundo e os outros homens, possam dar-se conta da visão focalista a que foram submetidos, compreender seus condicionamentos e "re"-descobrir a realidade enquanto uma totalidade.

Esta tomada de consciência "permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens..."⁸⁴, o de sujeitos da transformação do mundo.

A problematização que busca a tomada de consciência depende de uma comunicação dialógica e horizontalizada. Somente através do diálogo, e jamais se negando a ele⁸⁵, é possível problematizar o próprio conhecimento, em suas relações com a realidade que o gera e sobre a qual incide, para

84. Paulo FREIRE. *Extensão ou Comunicação?* ob. cit., p. 33-6 "Problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais na realidade." Idem p 82.

85. No extensionismo tradicional o diálogo é frequentemente considerado como perda de tempo, inviável, de resultados lentos e duvidosos e que não atende à necessidade de produtividade. A esse respeito ver Paulo FREIRE, *Extensão ou Comunicação?* obra citada, p. 50-5.

melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la.

Nem sempre o diálogo flui facilmente, pelo contrário, as relações verticais e autoritárias suprimem dos trabalhadores o direito de falar, devendo estes apenas escutar e obedecer.

Cabe portanto ao técnico comprometido com a conscientização dos trabalhadores, problematizar a própria resistência dos agricultores ao diálogo.

A comunicação na educação libertadora deve ser horizontal, entre iguais; isto significa não existir, de um lado, um elemento superior, que sabe mais, que é mais importante, que estende seus conhecimentos ao elemento inferior, que por sua vez, sabe menos, é menos importante, o que caracteriza uma comunicação vertical.

A comunicação horizontalizada também não considera que técnicos e agricultores tenham o mesmo conhecimento, mas sim reconhece a existência de conhecimentos distintos, mas igualmente valiosos.

"O problema não reside no fato de haver confronto entre o que sabem e fazem os camponeses e o que sabem e propõem os técnicos. O problema está nos propósitos que movem a ação dos técnicos e no modo como eles se relacionam, se confrontam com os camponeses." ⁸⁶

Sendo horizontalizada,

"a necessária oposição de saberes torna-se a base de uma metodologia educacional de troca, em que os conhecimentos e práticas existentes se confrontam e se transformam em novos conhecimentos e práticas, instrumentos que potencializam a produção e possibilitam um maior espaço de afirmação dos camponeses na atual estrutura." ⁸⁷

A comunicação assim problematizadora, dialógica e horizontalizada, possibilita a construção de um novo saber, um saber que não mais subjug

86. Cândido GRZYBOWSKI. *O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos*. (mimeo)

87. Id., *ibid.*

os interesses dos trabalhadores, mas ao contrário, os liberta.

Distintamente da ação mecânica do ato de transferir um conteúdo acabado e estático presente no extensionismo tradicional, o conhecimento na educação libertadora

"exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante." ⁸⁸

O técnico comprometido com o desenvolvimento permanente dos sujeitos se preocupa com o processo mesmo de construção do saber e não com a mera transmissão de um achado científico.

Neste sentido, o conhecimento produzido numa relação de troca de saberes não é desconectado da realidade, pelo contrário, ao ser problematizado quanto ao seu significado, dimensão histórica, inserção no tempo e instrumentalidade, o conhecimento gerado - por parcial que seja - estará se situando na totalidade.

É indispensável então, problematizar toda a estrutura em que se dará determinada técnica. Decorre daí a importância do técnico buscar sempre conhecer a visão de mundo dos agricultores, uma vez consciente que uma alteração, por exemplo, na forma de produzir, não se restringe à esfera tecnológica, mas tem repercussão em outras dimensões da existência dos homens.

Assumir a problematização como forma de comunicação implica necessariamente em compromisso, pois é impossível problematizar e permanecer como mero espectador.

Ao problematizar, o técnico repensa um conteúdo ou um ato através dos agricultores, e sua nova maneira de pensar com eles, condiciona sua ação comprometida com a transformação da realidade.

88. Paulo FREIRE. *Extensão ou Comunicação?* obra citada, p. 27.

A postura problematizadora depende da opção ideológica dos técnicos; aquele que se diz "neutro", certamente (mas nem sempre conscientemente) concorda e trabalha pela reprodução das relações de dominação.

O compromisso do técnico educador é com a defesa incondicional da participação enquanto prática política em busca da cidadania; distintamente do discurso extensionista tradicional de "provocar" a organização da comunidade por grupos de interesses - que num primeiro momento criam a ilusão de participação política e social, mas que por não terem sustentação, se dissolvem decepcionando agricultores e técnicos -, a educação libertadora reconhece e reforça as organizações autênticas.⁸⁹

Assim sendo, como um processo comunicativo fundado na problematização, no diálogo e na horizontalidade, a educação libertadora está comprometida politicamente com o desvelamento das contradições das relações de dominação e com a conscientização das relações dos indivíduos na e com a realidade.

Os sujeitos dessa relação, vigilantes quanto a reprodução de valores que lhes foram inculcados, apóiam a participação e organização em busca de autonomia e cidadania.

E é pois, buscando estudar uma relação educativa que contribua com a democratização da prática extensionista que escolhemos estudar a relação entre técnico e agricultor na situação de assentamento de reforma agrária: os agricultores - neste caso chamados de assentados -, em virtude de sua especificidade histórica de terem lutado por terra e conseguido transformar sua realidade; e os técnicos do Estado que lhes têm prestado assistência, por se identificarem como seus aliados na construção da

89. A esse respeito ver BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. 6 ed., SP, Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 1983.

cidadania.

Ao considerarmos a situação de assentamento como uma resposta política a uma demanda social - como é o caso de Sumaré I e de tantos outros -, esperamos encontrar aí (em maior número do que em áreas há muito ocupadas, assistidas pela extensão rural tradicional), agricultores e técnicos que compartilhem ideais de fortalecimento político dos agricultores enquanto classe oprimida.

E foi a partir do material coletado na pesquisa de campo ⁹⁰ que, à luz do referencial teórico apresentado, estruturamos os dois próximos capítulos: a apresentação dos sujeitos da pesquisa - técnicos e assentados - e a análise da representação que eles fazem de suas relações.

90. A pesquisa de campo foi realizada em 1991 com alguns assentados escolhidos conforme critérios já apresentados anteriormente e os 6 agrônomos que prestaram assistência técnica ao assentamento Sumaré I desde o ano de sua implantação (1984).

CAPÍTULO V
OS SUJEITOS DA PESQUISA:
TÉCNICOS E ASSENTADOS DE SUMARÉ I

1 TÉCNICOS: MILITANTES DA QUESTÃO AGRÁRIA

Os técnicos aqui pesquisados - guardadas as diferenças individuais -, são "militantes", no sentido de contestarem a ideologia dominante, e se aliarem aos que lutam pela transformação da estrutura fundiária, e não raro, se engajarem politicamente em movimentos mais amplos de transformação social.⁹¹

Nos ocuparemos neste capítulo em tentar resgatar, principalmente, através das entrevistas com os próprios técnicos, elementos que nos auxiliem a compreender as contradições a que estão submetidas tanto a sua constituição enquanto "militante", como a sua vinculação profissional ao Estado.

1.1 A constituição do técnico militante

Freire ⁹² considera de grande importância o fato de que alguns membros da classe dos opressores,

"em um dado momento de sua experiência existencial, em certas condições históricas... renunciam à classe à qual pertencem e aderem aos oprimidos."

Nesse sentido, verificamos que, apenas 1 entre os 6 técnicos entrevistados tem origem rural - pequeno proprietário tecnificado; os demais, provêm de famílias que desenvolviam atividades profissionais no meio urbano - professor, militar, magistrado e comerciante.

91. A este respeito ver Maria Conceição D'INCAO, "Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal" ob. cit.

92. Paulo FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 161.

Quando indagados sobre possível influência familiar no processo de conscientização política de cada um, a maioria, ou negou qualquer influência da família, ou assumiu exatamente a

*"negação da família tradicional, ligada à igreja tradicional, anti-comunista..."*⁹³

Não desconsideramos o papel que tais elementos possam ter desempenhado na evolução da consciência crítica dos técnicos. Mas, em virtude da complexidade que os envolve e, por não se relacionarem diretamente com o objeto da nossa pesquisa - a relação dos técnicos com os agricultores -, analisaremos a constituição do técnico-militante, somente a partir de sua formação profissional, onde principalmente, se deu o processo de conscientização, como mostram as entrevistas.

1.1.1 Formação acadêmica comprometida com o modelo dominante

Conforme as entrevistas, os técnicos optaram pelo curso de Agronomia (e Engenharia Agrícola) por diferentes motivos, mas nenhum deles, por fazer das injustiças sofridas pelos agricultores, a sua bandeira de luta.

"Quando eu pensei em fazer Agronomia, era muito voltado para desenvolver tecnologia, conseguir aumentar produtividade... O Brasil é o país que tem o maior potencial agrícola do mundo! Então, era muito em função do que a mídia falava."

Independentemente da crítica que cada um, posteriormente, desenvolveu (ou não) a respeito, fato é que, a formação acadêmica do

93. Neste capítulo, toda citação entre aspas e em itálico refere-se a entrevistas feitas com técnicos.

técnico, foi determinada sobretudo, pela necessidade de modernizar a agricultura e atender assim aos interesses dominantes.⁹⁴

Fora a disciplina Sociologia, ministrada no 4º ano, "todas as outras matérias mais técnicas, eram voltadas prá formar um técnico capaz de trabalhar numa usina de cana-de-açúcar, fazer pesquisa prá desenvolver as grandes culturas destinadas à exportação. Na área de Zootecnia, também a pecuária era ultra-tecnificada. Quer dizer que, só quando a gente está prá se formar, já nas vésperas da formatura, é que entra uma matéria que questiona um pouco isso."

Nesse sentido, o envolvimento com a questão agrária não se deu em função do curso que, pelo contrário, defendia os interesses de se conservar a estrutura fundiária como sempre esteve: concentrada.

"Apesar de gostar das questões técnicas, a gente via que a faculdade era mais voltada mesmo a formar pessoas que desenvolvessem a agricultura tal como ela é, quer dizer, mantendo a estrutura agrária de grandes propriedades."

Sendo assim, "o caminho que eu acabei tomando, não teve nada a ver com a orientação recebida na Universidade... Tanto que, quem tem algum espírito crítico, esse espírito crítico não é formado dentro da faculdade, é formado na vida".... "Agora, se houvesse algum interesse maior do estudante, talvez ele pudesse encontrar um ou outro professor que desse uma orientação, algum encaminhamento nesse sentido. Mas, a escola de jeito nenhum ia despertar o aluno."

"Então, quer dizer que, o que eu faço hoje, foi muito mais influenciado por essa minha vida aí de militância, essa minha vida extra-curricular, do que propriamente a formação assim que eu tive na Universidade."

94. "O técnico, o professor, o intelectual, o cientista que se presume identificado com o pobre, o explorado, que escolhe o explorado como tema dos seus trabalhos, das suas preocupações, freqüentemente o faz segundo categorias, critérios de interpretação e de entendimento das coisas que são os da classe dominante. Ou seja, a perspectiva, a racionalidade da classe dominante impregnou a nossa inteligência. É ela que tem curso nas universidades. É ela que fala nas universidades. É a lógica do capital que fala dentro da universidade." José de Souza MARTINS. **Expropriação & Violência**. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1982, p. 180. A esse respeito ver também Mauro José Andrade TERESO. **O ensino da Engenharia Agrícola : UNICAMP**. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação da UNICAMP - 1992.

1.1.2 Organização dos estudantes: gestação político-ideológica

Se por um lado, a formação acadêmica do técnico, tinha por finalidade, prepará-lo para as necessidades do desenvolvimento industrial, por outro, propiciou o encontro dos estudantes, através do qual, eles aprenderam a refletir e se organizar em torno da contestação do modelo político-econômico vigente.

"Então, prá compensar essa falha da Universidade, no sentido de despertar o estudante prá uma posição mais crítica com relação à sociedade, ao nosso desenvolvimento, então existia um movimento estudantil muito atuante lá; e tentava suprir essa falha, através de seminários, de palestras, convidando pessoas assim, de posição mais crítica, intelectuais destacados aí, e eu lembro que isso aí contribuiu bastante prá minha formação."

Frente ao caráter conservador da formação universitária, o movimento estudantil foi o principal responsável pela formação político-ideológica dos técnicos.

"Minha vivência política vem toda do movimento estudantil; não era ligado a nenhuma tendência localizada, partido, mas participava do centro acadêmico; concorri para a diretoria do centro acadêmico, participava muito...Toda formação ideológica futura foi gestada nesse período."

Uma vez dentro da faculdade, a questão agrária surgiu-lhes como parte de um processo de desvelamento do que se impõe como aparência, como um processo de "descoberta" da realidade.

"Quer dizer, uma produção totalmente voltada prá aplicação de insumos, porque era importante o Brasil desenvolver a indústria, mecânica e tal... E a gente via que esses interesses eram muito mais de quem tinha o monopólio da tecnologia, do que de servir o povo. Naquele momento, era importante que o Brasil passasse a consumir a tecnologia importada, prá que as multinacionais conseguissem dominar o mercado aqui dentro; que conseguissem grandes lucros com o nosso desenvolvimento."

Somente o estudante que questionou ativamente o conhecimento acadêmico, transmitido de forma autoritária, descobriu que ele não era uma verdade incontestável; descobriu por quem ele foi produzido e a que interesses servia; por último, pôde assim criticá-lo, contestá-lo.

"Mas daí, vai havendo uma interferência da minha história de vida, com essa minha ligação com a agricultura. Eu já vou me preocupando mais com as questões sociais do campo. Então, começando a ficar preocupado em ser um agrônomo prá poder trabalhar com o pequeno produtor, pessoal que não tem terra. Fui me identificando com isso aí. E tudo isso também devido a evolução da minha consciência política, que desde o tempo do curso colegial, eu comecei a participar das organizações estudantis; e daí a me preocupar com a realidade brasileira; comecei a ter consciência que o país tá cheio de injustiça, cheio de desigualdade."

"E então, quando eu entro para o curso de agronomia, eu entrei em 65, o país estava entrando num período negro aí da ditadura. Fazia pouco tempo que tinha acontecido o Golpe Militar de 64. E aí, eu estava muito envolvido com essa questão política; comecei a ter uma participação cada vez maior nos movimentos que lutavam contra a ditadura; e essa preocupação começou a influir muito no meu curso..."

"Então, a gente foi tomando consciência, à medida que a gente se aprofundava na militância política, questionando o rumo do desenvolvimento que o país tava tomando."

1.1.3 Compromisso social: militância

Um outro aspecto que queremos aqui salientar sobre o processo de conscientização dos técnicos, diz respeito ao compromisso que dele deriva, a militância, enquanto causa política à qual alguém se dedica.

Segundo Freire ⁹⁵, "ninguém, na verdade, problematiza algo a alguém e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da

95. Paulo FREIRE. *Extensão ou comunicação?* obra citada, p. 82.

problematização."

Ao considerarmos o compromisso como inerente ao processo de problematização, não estamos desconsiderando a diversidade de níveis e formas que ele pode apresentar. O que queremos dizer com isso é que, por um lado, estamos tentando não idealizar o técnico-militante como portador de uma consciência máxima, inexistente, e por outro, não taxar de "inconsciente" aquele que defende sua neutralidade política, também inexistente.

Uma primeira forma de militância, observada em quase todas as entrevistas, foi a participação no movimento estudantil, da qual já tratamos anteriormente e à qual, voltaremos a nos referir mais adiante. Segundo um dos técnicos entrevistados,

"Um dos elementos que foram fundamentais na contratação [no então IAF] foi de que as pessoas que entrassem tivessem já uma trajetória no movimento estudantil. Esse era um quesito fundamental, exatamente por saber lidar minimamente, politicamente com a situação de conflitos agrários, o que era uma avaliação do José Eli na época e que eu acho correta."

Uma segunda forma de militância, que chamou-nos a atenção na leitura das entrevistas, foi o trabalho com Educação Popular.

Por um lado, porque os estudantes lançaram mão de um método de alfabetização que propõe instrumentalizar a libertação da classe trabalhadora através de um processo educativo.

"Houve também através do movimento estudantil, do Centro Acadêmico, uma tentativa de trabalho de Extensão, que era um movimento que a gente organizou de educação de adultos. E então, eu acabei me ligando a esse trabalho, inclusive, entusiasmei junto com outros colegas, fui um dos organizadores disso aí, e isso foi muito bom, porque a gente passou a ter contato com o povão lá da periferia, com o trabalhador rural, com o cortador de cana."

Por outro lado, porque através desta atividade educativa, os

técnicos estavam se educando também, juntamente com os trabalhadores. Afinal, se a conscientização era o objetivo principal, segundo Freire ⁹⁶, "não se pode chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão."

"Eu comecei a sentir mesmo, na forma mais íntima, a problemática da vida deles, como eles viviam, como eles sobreviviam, como eles sofriam, como é que eles se esforçavam, qual a esperança que eles tinham. E isso foi criando um compromisso maior meu, no sentido de achar que eu tinha uma contribuição a dar, já que eu, de certa forma eu era um privilegiado em ter tido acesso a uma certa informação. Então, a essa altura, eu achava que eu tinha quase que um dever de colaborar, de contribuir com a formação da população mais esquecida, mais sem oportunidades."

Uma terceira e última forma de militância à qual faremos referência, é a política, assumida por alguns entrevistados.

O que queremos ressaltar com isso é que, independentemente de vínculo político-partidário que venha ou não a ser estabelecido,

"o agrônomo não pode, em termos concretos, reduzir o seu quefazer a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem." ⁹⁷

"Passei a ter um compromisso no sentido de organizar a população prá conseguir lutar por democracia, por direitos, por uma sociedade mais justa. As coisas começaram por aí, até que, através de outros debates, de outros estudos, o nosso grupo todo foi tendo contato com posições mais críticas ao regime capitalista, fomos entendendo que, este estado de coisas aí, aconteciam devido a forma como a nossa sociedade estava estruturada. Foi daí que, então, a gente teve contato com o marxismo, e passamos também a ter uma militância maior no sentido de organizar a luta do povo brasileiro contra a ditadura, por democracia, e também, por um regime, que permitisse maior igualdade, maiores oportunidades, que seria o socialismo."

96. Paulo FREIRE. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. ob. cit., p. 92.

97. Paulo FREIRE. *Extensão ou comunicação?* ob. cit., p. 56.

1.1.4 Sujeição do técnico ao mercado de trabalho

O compromisso do técnico com os interesses da classe trabalhadora geralmente se traduzia na vontade de trabalhar com pequenos produtores rurais.

Mas, ao sair da faculdade, a maioria dos técnicos teve que se sujeitar ao mercado de trabalho que atendia aos interesses dominantes, ou seja, atuar em todas as instâncias necessárias à modernização da agricultura: crédito rural, produção de matéria prima para a indústria ou comercialização de produtos industrializados.

"Quando eu terminei o curso, a minha intenção era poder trabalhar com o pequeno produtor. Quer dizer, um trabalho mais de extensão rural; tentar ter uma ligação mais íntima com eles. Mas, aí eu tinha também uma necessidade objetiva de sobreviver; então, eu tinha que arrumar um emprego rápido. E um emprego que havia na época, era oferecido pelas firmas multinacionais, que oferecem insumos pra agricultura. Aliás, era pra isso que a faculdade formava a gente, mão-de-obra pra essas empresas. Empresas de máquinas, adubos, inseticidas. Essas empresas, eram responsáveis por uma boa parte da oferta de trabalho na época."

"Eu queria trabalhar. Me formei na crise de 81. Tinha muitos desempregados... fui trabalhar num banco, no BCN, com crédito rural, como agrônomo do banco, fiscalização, projetos, análises de financiamentos..."

"Quando eu me formei, meu primeiro emprego foi numa usina de cana-de-açúcar em Sertãozinho, e eu estava trabalhando exatamente no planejamento de utilização de máquinas de colheita mecânica de cana-de-açúcar; então planilhas de cálculo, vis-a-vis o preço da mão-de-obra do bóia-fria..."

O que não impediu que algum técnico aproveitasse a oportunidade de estar com os pequenos agricultores, também para melhor conhecê-los.

"Mas, de certa forma foi interessante, quer dizer, mesmo eu trabalhando com uma multinacional, eu tinha oportunidade de ter contato

com agricultores. Tinha com grandes produtores, mas tinha também com uma série de pequenos produtores de hortaliças, olerícolas, arrendatários e tal."

Foi com a "abertura democrática" que se processou no país na primeira metade da década de 80, que os técnicos comprometidos com os interesses dos agricultores, puderam se engajar na democratização do Estado, e com isso, trabalhar com pequenos produtores rurais no contexto da reforma agrária.

1.2 Vinculação do técnico ao Estado ⁹⁸

O processo de democratização da sociedade nos anos 80 levou o Estado a reconhecer os trabalhadores que reivindicavam acesso à terra como cidadãos portadores de direitos, com os quais se dispôs a negociar institucionalmente.

Então, conforme um dos técnicos entrevistados, quando José Gomes da Silva assumiu a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo,

"o staff da ABRA [Associação Brasileira de Reforma Agrária] foi para o IAF [Instituto de Assuntos Fundiários] (...) e foi chamado o José Eli da Veiga, prá ser responsável pela estruturação [do IAF]".

Porém, faltava técnicos:

"Por incrível que pareça, no governo do Maluf, teve uma transformação profunda na ARA [Assessoria de Revisão Agrária], ela foi desmantelada por uma pessoa que era muito honesta... um procurador do Estado. Um órgão que, de 54 funcionários no começo, chegou no Governo Montoro com apenas 4; mandou todo mundo embora, ou por incompetência, ou por corrupção, ou aposentou."

98. A este respeito ver o capítulo III.

Assim, as transformações - principalmente sociais e políticas - do começo dos anos 80, criaram as condições favoráveis para que os técnicos que quisessem atuar na questão fundiária junto aos pequenos produtores rurais pudessem, para tanto, vincular-se ao Estado que se democratizava.

O "Governo Democrático do Estado de São Paulo" (83-87) passou então a constituir, para os técnicos, a oportunidade de, profissionalmente, trabalhar conforme suas convicções e, num sentido mais amplo, se engajar politicamente no movimento de transformação da sociedade.

"Assim que apareceu uma oportunidade, eu sai do serviço. Foi justamente quando foi eleito o governador Montoro. A gente vinha de vários anos de governadores escolhidos, que não eram eleitos pelo voto direto. A gente vinha de Maluf, e acabou entrando um governador, que acenava com uma certa democratização do Estado. Dai, ele aceitou nos seus quadros, pessoas mais abertas, com proposta de trabalho mais popular. Foi daí que eu fui trabalhar na Secretaria de Agricultura."

"Campanha das Diretas, importante para eu mudar de trabalho e ir para o IAF. O país se transformando, se democratizando e eu num trabalho burocrático; eu tinha muita vontade de participar dessa mudança e democratização. Foi quando criei coragem para pedir demissão do banco e procurar trabalho no IAF. Quero trabalhar lá! Quero trabalhar com Reforma Agrária!"

Aparentemente a sensação era de ser tudo novo: novo regime de governo, novo espaço para se trabalhar, novas pessoas, novas idéias...

"Isso foi uma coisa nova que surgiu em São Paulo, com uma proposta nova, com gente nova, tudo novo trabalhando."

Esse empenho em criar algo novo fez com que a contratação de técnicos para o IAF priorizasse os recém-formados que tivessem participado ativamente do movimento estudantil.

Valorizou-se nesse momento os técnicos mais críticos, mais comprometidos com a questão agrária, do que dependia a estruturação do órgão sobre bases mais democráticas.

"Então, fez-se um núcleo básico primeiro. Eram pessoas que tinham já uma trajetória política na universidade, no movimento estudantil. Eles também só queriam recém formados. E eu tinha mais todo esse passado de ABRA, que sobretudo me ligava ao grupo que ascendeu ao poder."

Percebemos então, como sendo de euforia os momentos que antecederam a aprovação do PVTP: a abertura política permitiu que parte dos interesses dos trabalhadores sem terra fossem contemplados pelo Estado através da atuação de técnicos e intelectuais solidários com a luta pela terra.

"Particpei do estudo do Plano de Valorização das Terras Públicas, das reuniões com o pessoal que estava elaborando isso: José Eli da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio... a movimentação dos trabalhadores e algumas pessoas dos órgão públicos estavam acelerando o processo: não seria possível esperar a aprovação da lei; achávamos bonito, concordávamos, poderíamos então ir pondo em prática."

Conforme os técnicos entrevistados, o PVTP foi criado devido a pressão dos trabalhadores que lutavam por terra.

"Frutos de pressão dos trabalhadores Sem Terra, que começaram a invadir, principalmente terras públicas, o Estado sentiu forçado a criar mecanismos prá que fosse possível o atendimento dessas reivindicações."

"Tudo iniciou com a denúncia de que o Estado tinha muita terra ociosa, terras abandonadas, tanto de empresas como a FEPASA, como a CAIC, a antiga empresa de colonização que possuía terras paradas. Tinha muita terra destinada à produção de eucalipto, terras quase abandonadas...."

"Então, como o pessoal escolhia terras públicas prá invadir, porque elas estavam ociosas, e, como a gente tinha um governo favorável, de certa forma, ao atendimento dessas reivindicações, não o governo como um todo, mas pelo menos alguns representantes dentro do governo, então, foi feito esse levantamento e se batalhou prá criar uma lei, na qual o governo teria o poder de arrecadar qualquer terra pública que tivesse ociosa, ou com seu uso desvirtuado, prá que nela se efetivasse o assentamento de trabalhadores rurais."

"Todo mundo estava fazendo levantamento de terras ociosas. Os órgãos que detinham essas terras, loucos da vida, querendo achar um jeito de utilizá-las, com medo de perdê-las. Mas, mesmo assim, a gente começou a conseguir algumas áreas, como foi o caso de Sumaré, de Araras, tinha o horto da FEPASA, principalmente foram esses dois no começo..."

Porém, os técnicos gradativamente vão se deparando com os limites do Plano:

"A proposta não era do órgão; apesar de toda essa abertura que eu acabei de falar, tinha sempre a coisa da composição política."

"Então, tinha pessoas dentro do órgão que não compartilhavam com a proposta, que tinham outra proposta; então havia um embate político prá poder tentar levar essa proposta que a gente tentou colocar na prática como sendo a proposta do Governo do Estado."

"Tinha pessoas dentro do órgão, e normalmente na direção, que eram contra, que tinham outra proposta, que era a proposta de fazer tipo... falando claramente, o pessoal da CESP tinha um modelo de assentamento na Lagoa São Paulo que é um modo de assentamento muito próximo às colonizações do INCRA - você vai lá, retalha tudo, bota um em cada lote, faz uma agrovila, gasta os tubos de dinheiro e não tem retorno em termos de crescimento da produção; você cria um contingente de pequenos produtores que vão estar sujeitos às mesmas condições dos demais pequenos produtores, que vão sair da terra em breve, como os pequenos produtores continuam saindo e vão continuar saindo por muito tempo."

Então, conforme os próprios técnicos entrevistados, a proposta defendida por eles perdeu politicamente para as forças conservadoras, e eles se viram obrigados a enfrentar o recuo da política de assentamentos.

"Isso foi um embate político; nós perdemos politicamente; a nossa idéia de como se fazer foi derrotada naquele momento."

Um dos técnicos entrevistados relaciona as transformações institucionais ao jogo de forças políticas:

"A idéia é que fosse um órgão de implantação de assentamentos, de concretizar a chegada dos novos produtores na terra; e que, uma vez consolidado, esse trabalho passasse para a extensão rural"

normal que existe."

E se dá conta que:

"Órgão que se desenvolveu para dar resposta a essa necessidade que houve naquela conjuntura e, dependendo do que acontecer daqui prá frente, ele pode crescer ou se limitar a ter funções estritamente de extensão rural nos assentamento que já existem."

"À medida que o processo de reforma agrária fique lento ou seja interrompido, para sobreviver, vai ter que dar continuidade ao atendimento aos assentamentos, por mais tempo do que era previsto."

1.3 Ambiguidades do papel do técnico-militante

Nesse contexto, o que mais nos importa no momento, é tentar compreender a ambiguidade intrínseca ao papel do técnico-militante: seu compromisso com a libertação da classe trabalhadora o levou até o Estado, junto ao qual, pelo jogo dos compromissos políticos, mesmo que inconscientemente, passou a desempenhar, em alguma medida, também o papel de domesticador.

Considerando que a "militância" insere os técnicos pesquisados no âmbito da educação popular, nos reportamos à constatação que Guedes Pinto ⁹⁹ fez a respeito da "prática da educação popular no contexto da ação institucional": pelos objetivos que se propõem, caminham em sentidos irremediavelmente opostos: os técnicos em busca dos interesses da classe trabalhadora; o Estado, no sentido dos interesses da acumulação capitalista. São de tal forma incompatíveis, que impõe-se reconhecer que o Estado

99. João Bosco GUEDES PINTO. Reflexões sobre as estratégias educativas do Estado e a prática da educação popular - prática da educação popular no contexto da ação institucional. (texto mimeografado para discussão interna na EMATER-RO), 1986.

capitalista jamais poderá aceitar como seus os objetivos da Educação Popular. Esta conclusão nunca deve ser esquecida ou escamoteada, quando porventura estas duas práticas venham a entrecruzar-se, como consideramos ser o caso do PVTP.

Cabe então aos técnicos, a seguinte recomendação do autor:

"Manter uma grande vigilância, quando utilizam recursos ou meios provenientes do Estado (...) O perigo maior jaz no fato de contribuir para que as ações do Estado sejam vistas como que favorecendo os interesses dos trabalhadores. As pessoas não são vistas como separadas de suas instituições e estas são o governo (Estado). O real compromisso dos que trabalham para a classe trabalhadora pode ser visto como uma coonestação das 'boas' intenções do Estado, que busca 'ajudar' a população, solucionando alguns de seus "problemas" mais agudos..." 100

Se não estiver atento em problematizar sua própria ação enquanto agente do Estado, o técnico pode até contribuir para confundir as classes trabalhadoras, "criando e fortalecendo sistemas de clientelas, com efeitos nefastos na organização política daquelas classes." 101

Exemplo disso é o fato do PVTP não reconhecer a ocupação como expressão legítima do conflito de terra.

"O José Eli estava assumindo uma postura de tentar frear essas ocupações; se pintava uma ocupação: 'vamos botar esses caras prá fora, porque desse jeito não vai ter condições de trabalhar'."

Nesse contexto, o técnico comprometido com a luta pela terra e que estava "vigilante", nos termos de Guedes Pinto, pôde criticar e contestar os encaminhamentos institucionais.

"O Estado não contemplava o conflito; você era técnico militante, independente de política partidária; você tinha que optar; optou-se por trabalhar com conflitos, por pressão interna no órgão, o que não significava opção da diretoria."

100. Id., *ibid.*

101. Id., *ibid.*

Mas, não queremos dizer com isso que criticar seja tarefa fácil, muito pelo contrário.

Primeiro, porque o discurso do Estado que, "ao que tudo indicava", estava se democratizando, era altamente convidativo para todo e qualquer militante da causa popular.

"Desde o início, procurou-se desenvolver uma proposta de participação dos trabalhadores no desenvolvimento de cada projeto. Isso fez com que a gente se interessasse em participar e reuniu uma equipe afinada de técnicos, responsável pelas características do trabalho que vem sendo desenvolvido; temos tido liberdade de ação e procurado fortalecer a participação dos trabalhadores no processo - característica que talvez distinga este dos demais trabalhos do Estado."

Segundo, porque apesar de "bem intencionados" e comprometidos com os interesses dos trabalhadores, os técnicos podem não ter sido suficientemente críticos quanto a sua própria atuação.

Talvez, os longos anos de ditadura militar, tenham contribuído bastante para incutir nos técnicos, a idéia de que o problema, o defeito, ou no caso, o autoritarismo, estava sempre fora deles - no Estado; e nunca neles mesmos.

A posição dos técnicos no Estado era portanto, bastante ambígua: por um lado, defendiam a democratização através da participação, e acreditavam estar caminhando em sua direção.

"A gente tinha princípios que era a questão da democracia, de ser uma forma de planejamento participativo, o planejamento não pode ser feito no escritório, um projeto que você vai socar goela abaixo..."

E por outro, uma vez que os técnicos se sentiam, em alguma medida, com o poder que o aparelho de Estado lhes conferia - atuar na questão agrária -, passavam a acreditar em suas próprias propostas de assentamento, como se fossem as mais indicadas para os trabalhadores e para os assentamentos em geral. Os técnicos passaram a defender um modelo

de assentamento, sem se empenharem em conhecer os projetos que os trabalhadores tinham para a terra conquistada.

"Então tava começando a surgir os assentamentos e, era necessário definir como trabalhar com esses assentamentos. Desde como fazer a seleção das famílias, que critérios usar, até o que é necessário pra definir um projeto de assentamento, fazer um levantamento do potencial de utilização das terras, com isso, ver que tipo de uso o assentamento pode ter, se é uma terra mais voltada pra pecuária, mais voltada pra agricultura."

Freire nos auxilia a compreender esta ambiguidade. Para o autor, quando alguns membros da classe opressora se unem aos oprimidos em sua luta pela liberdade, sucede que,

"como deixam de ser exploradores, espectadores indiferentes ou simplesmente herdeiros da exploração, para passar ao lado dos explorados, trazem consigo as marcas de sua origem: preconceitos e deformações como, entre outros, a falta de confiança no povo como capaz de pensar, de querer e de saber. Conseqüentemente, os que aderem à causa do povo correm constantemente o perigo de cair num tipo de generosidade tão maléfica como a dos opressores." 102

É possível perceber na fala dos técnicos tanto a preocupação em ser democrático, como o autoritarismo presente na defesa do modelo de produção associada.

"Nunca foi uma proposta acabada, pronta, até porque a gente não tinha experiência, vivência na época para ter uma proposta acabada."

Defendia-se a participação, "mas não se eximia de se ter propostas. A decisão, em última instância, sempre era com os assentados, mas sem democratismo também, desde que eles tivessem todos elementos para decidir também; porque de vez em quando você ir perguntar pra eles é muito cômodo; quer dizer que você não trabalha tecnicamente suas propostas para que elas se viabilizem, porque são propostas complicadas pra você efetivar... a questão da cooperação, que era uma questão central... a questão da democracia, que é difícil, tem que ter preparo técnico e ideológico pra se levar uma proposta dessa."

Resumindo, neste capítulo procuramos conhecer melhor quem são os técnicos-militantes que têm assistido o assentamento de Sumaré I.

Numa primeira parte, nos ocupamos em apreender como os técnicos, enquanto membros pertencentes à classe opressora, passam ao polo oposto da contradição: a defesa dos oprimidos.

Nesse sentido, observamos que, apesar da formação acadêmica dos técnicos ser comprometida com o modelo dominante, a universidade constitui a principal oportunidade de desenvolvimento da consciência crítica e comprometimento destes com a classe oprimida.

Em seguida, analisamos que a "abertura democrática" constituiu a possibilidade de técnicos "politizados" se vincularem ao Estado para viabilizarem o ingresso de trabalhadores rurais em terras públicas.

Por último, abordamos as ambiguidades da política de assentamentos (PVTP), que pode se revelar mais como um instrumento assistencialista de dominação e controle dos movimentos sociais do que realmente a serviço das classes trabalhadoras.

2 ASSENTADOS: CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO

A seguir, nos empenhamos em resgatar o processo de conscientização vivenciado pelos assentados antes e durante a conquista da terra, para que, uma vez na situação de assentamento, possamos melhor compreender as dificuldades e possibilidades destes assentados estabelecerem relações mais democráticas com os técnicos que lhes prestam assistência.

2.1 Origem rural: a condição de oprimido

A metade dos assentados entrevistados nasceu no Nordeste. A outra metade (um pouco mais jovem), é composta de mineiros, paulistas e paranaenses - o caminho seguido pelos expulsos da terra.

Num primeiro momento, não nos ocuparemos aqui de nenhum dos entrevistados em particular, mas sim às referências que eles fizeram da infância de cada um, de como seus pais e avós viveram do cultivo da terra; principalmente de como se relacionaram com a própria terra e com o poder que emanava dela - os fazendeiros.

Esse tipo de comunidade, que Freire ¹⁰³ chama de "intransitivada" em sua consciência,

"se caracteriza pela quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida (...) Suas preocupações se cingem mais ao que há nêle de vital, biologicamente falando. Falta-lhe teor de vida em plano mais histórico. É a consciência predominante ainda hoje, dos homens de zonas fortemente atrasadas do País."

103. Paulo FREIRE. Educação como prática da liberdade. ob. cit., p. 59.

Na relação com a terra, esses camponeses "se encontram de tal forma próximos ao mundo natural, que se sentem mais como parte d'êle, do que como seus transformadores." ¹⁰⁴ Estão de tal forma "aderidos" ao mundo, que não podem compreender objetivamente os fatos que a ele se referem.

Nesse sentido, eles não podiam compreender a que fatores estava condicionado seu acesso à terra:

Por um lado, à rigidez do monopólio da terra, que em função do modelo dominante de produção, segregava grande número de trabalhadores nas piores terras.

"Quando foi em 42, deu seca lá na Paraíba outra vez; aí meu pai vendeu a terra e comprou outra de novo no Ceará. A terra que ele comprou no Ceará era ruim, não era boa, só dava prá cajueiro, mandioca e feijão. Não era terra boa."

"Aí eu vendi os 3 alqueires e comprei 5. Fiquei 1 ano. Aí vendi também... vendia porque era terra fraca."

Por outro, a herança da terra contribuía fortemente para a concentração fundiária. Enquanto o latifúndio geralmente se transmite em bloco, de maneira indivisível, mantendo por gerações o domínio da terra, o mesmo não acontece com a pequena propriedade que, ao contrário, se multiplica, por falta de superfícies disponíveis, ao preço de seu próprio fracionamento. Ao pequeno agricultor, dependente da terra para viver, não resta outra alternativa que a partilha das terras entre os herdeiros, criando-se assim o minifúndio, que em razão de sua pequena dimensão, não permite a reprodução social do proprietário e de sua família, obrigando-o a vender sua força-de-trabalho ao fazendeiro. ¹⁰⁵

104. Paulo FREIRE. *Extensão ou Comunicação?* ob. cit., p. 32.

105. Cabe aqui lembrar que os pequenos agricultores só tinham acesso às terras de pior qualidade porque as melhores terras eram utilizadas pelos fazendeiros para a produção de exportação. Em conseqüência disso, os pequenos proprietários não conseguiam se

"Meu pai foi um homem que nasceu e se criou na roça... mas o pai dele já trabalhava na fazenda, não era bem fazenda que chamava naquela época, era usina. Então ele trabalhava na roça, trabalhava na usina... nunca era a família toda que trabalhava na usina."

Impossibilitados de refletir criticamente sobre suas relações com as coisas e com as pessoas, os camponeses não podiam compreender criticamente a causa de seus problemas. Nesse sentido, a incidência das secas, era compreendida por eles, como o único fator determinante da pobreza e conseqüente emigração do nordeste.

"Peguei 2 anos de seca no norte. Como a terra era da gente, tinha sempre o interesse em voltar... Mas era num lugar muito seco, não valia nada. Ai eu entrei ali, fiz casa, fiz açude, fiz cercado, comprei um gadinho... e comecei. Plantava milho e quando o sol batia ficava só assim [perto do chão]. Ai eu resolvi voltar prá trás, São Paulo e vim."

Nem se perguntavam por que o fazendeiro, vítima das mesmas dificuldades climáticas, não migrava.

"Em Pernambuco nós era lavrador. Minha mãe e meu pai tinha uma terra comum. Então aquilo era muito chão. Era tudo família, irmãos de papai, irmãos de mamãe. Era muita terra. Mas era uma família de gente que tinha terra, mas era tudo pobre. Tinha só terra mas não tinha recurso. Então, com o tempo, aquilo foi apertando e eles foram vendendo aquilo ali barato. Vendendo não, trocando por cereais. Então, aqueles que podiam mais, aqueles fazendeiros, foram se apossando de tudo aquilo ali. Ia tomando, tomando... vendeu tudo."

A relação dos camponeses com os fazendeiros está inserida na questão da "dualidade existencial dos oprimidos", que por "hospedarem" o opressor, introjetam seus valores, tomando para si a maneira do outro pensar o mundo, as pessoas e si mesmo.

"Tal fenômeno provém de que os oprimidos, num dado momento de sua experiência existencial, adotam uma atitude de 'adesão' em relação ao opressor. Nestas condições

lhes é impossível 'vê-lo' com suficiente lucidez para objetivá-lo, para descobri-lo 'fora de si mesmos'".¹⁰⁶

O camponês, ao interiorizar a opinião que os opressores fazem dele, se despreza, se autodesvaloriza, se considera inferior, menos importante que o fazendeiro.

"Ouvem dizer tão freqüentemente que não servem para nada, que não podem aprender nada, que são débeis, preguiçosos e improdutivos que acabam por convencer-se de sua própria incapacidade."¹⁰⁷

O que nutre a sua desconfiança em si mesmo é a crença mágica e difusa na invulnerabilidade e no poder do opressor, no caso, o fazendeiro, que o próprio camponês reveste de onipotência.

Se por um lado isso inspira temor, por outro, torna os camponeses emocionalmente dependentes do fazendeiro, principalmente quando passam a depender dos "favores" dele para sobreviver.

"A gente ficou por ali... vendeu tudo, acabamos com tudo, ficamos sem nada e nós fomos morar na terra dos outros lá mesmo no Ceará... Dos outros ele cobrava a renda, mas da gente ele nunca cobrou não. Eu trabalhava prá ele! E ganhava uma micharia desgraçada... Só que ele dava de tudo, dava arreio, dava cavalo, comida, dava tudo. Só não dava roupa e sapato. Sapato de campo ele dava, mas de passear não dava não."

Essa condição de inferioridade introjetada pelos oprimidos determina uma postura de submissão ao opressor.

"Trabalhei lá 6 anos; meu pai morava na fazenda e eu trabalhava para o fazendeiro."

Enquanto os camponeses não chegam a localizar o opressor concretamente, e portanto não chegam a ter consciência da sua condição de oprimidos, assumem "atitudes fatalistas em face da situação concreta de

106. Paulo FREIRE. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. ob. cit., p. 57-8.

107. Id., *ibid.*, p. 61.

opressão em que estão." 108

Esse fatalismo está referido ao poder do destino ou da sina ou do fado - potências irremovíveis - responsáveis por seu sofrimento.

Fabiano, o retirante nordestino de "Vidas Secas", depois de ter sido "roubado" no acerto de contas com o patrão, primeiro reclamava; ameaçado então de ser expulso da fazenda, desculpava-se; depois, lamentava-se:

"tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também... Conformava-se, não pretendia mais nada." 109

É comum, na condição de oprimido, experimentar uma irresistível atração pelo opressor, pelos seus valores; até mesmo aspirar seu padrão de vida, parecer com ele, imitá-lo, segui-lo.

"Eu acompanhava o fazendeiro para todo lugar que ele ia. Eu era o assessor dele, o que andava mais ele; ele tinha confiança em mim; só andava mais eu; prá todo lugar que ele ia..."

A consciência oprimida do trabalhador não lhe permite se valorizar, pelo contrário se desvaloriza. No caso acima citado, era a confiança do patrão que lhe conferia prestígio.

Sua identificação com o opressor determina-lhes uma visão individualista, em que não têm consciência de si mesmos enquanto membros de uma classe oprimida. Nesse sentido,

"não é com o objetivo de serem homens livres que desejam a reforma agrária, e sim para adquirir uma terra e

108. Paulo FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. ob. cit., p. 49.

109. Graciliano RAMOS. *Vidas secas*. 59 ed., Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 96.

deste modo converterem-se em proprietários ou, mais precisamente, em patrões de outros trabalhadores." 110

É nessas condições que muitos camponeses partem do sertão nordestino em busca de uma vida melhor.

2.2 Migração: novas relações com a terra e com as pessoas

As novas relações (principalmente econômicas) que os agricultores estabelecem com a terra e com as pessoas a partir da migração, faz com que eles passem automaticamente da consciência intransitiva para a consciência transitiva ingênua. Seus interesses e preocupações agora se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera vital.

Segundo Freire 111,

"na medida realmente em que se vinha intensificando o processo de urbanização e o homem vinha sendo lançado em formas de vida mais complexas e entrando, assim, num circuito maior de relações e passando a receber maior número de sugestões e desafios de sua circunstância, começava a se verificar nêle a transitividade de sua consciência."

Em função de se encontrarem ainda quase "imersos" na realidade concreta, não podem percebê-la estruturalmente, o que implica em atribuírem a origem dos problemas em sua vida, a uma determinação superior, ou a uma causa interior a si mesmos.

Isso implica em, por um lado, acomodar-se, aceitar passivamente aquilo que seria proveniente de uma vontade superior, contra a qual não podem rebelar-se, apenas resignar-se. E por outro, reproduzindo a inferioridade que o opressor lhes atribui, consideram-se responsáveis pelos

110. Paulo FREIRE. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. obra citada, p. 58.

111. Paulo FREIRE. *Educação como prática da liberdade*. obra citada, p. 62.

problemas que enfrentam, pelas dificuldades e pelos fracassos. Afinal, se fosse o patrão que estivesse na sua situação, ele faria muito melhor, ele sabe mais, ele é melhor.

"Nessa época já nem existia mais arrendamento, só os grandes arrendatários; então o banco não financiava mais para pequeno sitiante, que já não produzia bem e foi perdendo suas terras. Às vezes, trocava até por casa na cidade; às vezes já tinha parente na cidade... Em vez da vida melhorar, foi se reduzindo, sem a gente saber por que estava perdendo aquela terra..." (João Lourenço)

Os desafios são simplificados no plano "mágico" da superstição, pois ainda não se estabelece uma relação de causalidade com a realidade; assim sendo, persiste a aparência de fatalismo resignado, de docilidade, de aceitação da condição que lhes é imposta.

"... diz que a leitura não tinha muita importância naquele tempo; os velhos diziam que quem estudava muito virava ladrão, bandido... então nunca fui na escola..."

Os problemas cotidianos não podem ser compreendidos e conseqüentemente enfrentados e, frente ao temor que o futuro inspira, os migrantes tendem a julgar o tempo passado como melhor.

"Caminhando na rua, eu via pivetes que cheiravam cola; pensei que o pai deles devia como eu se matar na tarefa e não tinha tempo de cuidar deles. Esses meninos roubam as pessoas que têm dinheiro ou jóias e os ricos mandam a policia atrás deles. Pensei nos meus filhos, fiquei com medo. Eu pensei que no campo era melhor, que não tinha bandido, que é a sociedade que faz os bandidos." 112

"... eu via também os meus companheiros sendo dispensados com dois ou três meses de trabalho e, às vezes, para serem substituídos por outros. Por isso, eu achei que não dava mais para viver assim. Depois, eu sempre tive vontade de voltar pra roça porque foi onde eu me criei e onde eu passei os tempos mais tranquilos da minha vida. É... foi o tempo que eu trabalhei na lavoura! Então, eu pensei que voltando pra lavoura eu poderia

112. Entrevista com trabalhador rural do assentamento Sumaré I citada por BAZIN, Frédéric. "Efficacité économique d'un assentamento: Le cas de Sumaré". pesquisa de intercâmbio UNICAMP/FEAGRI/Campinas-SP e CNEARC/ESAT/Montpellier-França, 1991, p. 46.

ter novamente um pouco de sossego e os meus filhos perto de mim." ¹¹³

Se por um lado, as trajetórias individuais mostram que os assentados vivenciaram de formas bastante diferentes tanto a relação inicial com a terra (proprietário, arrendatário, empregado, etc.), como a expropriação a que foram submetidos, por outro, mostram que as condições em que foram incorporados à vida urbana foram percebidas por eles de forma muito semelhante: experiência de trabalho não qualificado e superexplorado ¹¹⁴, quando não, o temido desemprego, e o conseqüente agravamento da miséria.

"Então viemos embora para Campinas. Vendi lá o sítio, o gado. Pensei em bolar um negócio e, no fundo, a casa. Mas com o tempo o pessoal foi se desempregando, só dava era marginal. Teve um tempo que todo mundo foi para a cidade. Depois de 6 anos houve desemprego e eu achei que a gente ia passar fome ali. O negócio era pequenininho e a gente ia passar fome. Então eu quis fazer um rolo com uma terra lá em Goiás; mas quando fui lá, só achei terra enrolada. Fui umas 3 vezes lá e a coisa apertando. Achei mesmo que nós íamos passar fome."

"Em 77 viemos para cá arriscar a vida, sem outra profissão a não ser trabalhador rural; minha família pegou destino para o Mato Grosso e outros ficaram na região; fiquei 1 ano desempregado, procurando serviço, e pagando aluguel; mulher ficou grávida do sexto filho; as provisões de alimento e dinheiro estavam terminando; trabalhava de fim de semana nas chácaras, mas precisava de um serviço registrado para caso de doença; nunca perdi a fé que um dia pudesse arrumar um serviço e tratar da família... Nos fins de semana eu fazia bico, carpia chácara, pintava e rebocava casa, ganhava o meu."

"Vendi o sítio em Aparecida do Oeste e vim embora para Campinas. Ai é que a coisa ficou ruim. Trabalhei 6 meses na Gessy; aí sai da Gessy e fiquei sem emprego. Fui cortar lenha lá na Rhodia, fiquei uns 3 meses. Sai da Rhodia e fui para a Petrobrás, trabalhei mais uns 2 meses. Isso eu pegava o caminhão às 5 horas lá em casa, cortava lenha até as 4 horas e vinha embora. Ai apareceu um serviço prá mim na Mercedes; trabalhei 1 ano e pouquinho; sai também. Ai fui trabalhar de bóia-fria; saía

113. Luiz Carlos TARELHO. ob. cit., p. 100.

114. Maria Conceição D'INCAO. "A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária" *Revista Lua Nova*, Nº 23 - março/91, p. 89.

de casa 5 horas, subia num caminhão e ia para o oco do mundo nessas fazendas..."

Porém, apesar de viverem situações tão semelhantes, os trabalhadores não possuíam uma consciência clara dessa condição e da convergência de seus interesses.

*"A gente vê que os colegas enfrentam os mesmos problemas que a gente enfrenta. É falta de emprego, é falta de dinheiro, é isso, é aquilo... Mas a gente não discute sobre isso e não consegue ver que a gente está no mesmo barco. A gente não tem consciência dos direitos que possui. A gente não vê as injustiças que estão por trás das coisas..."*¹¹⁵

É importante salientar que o período das migrações coincidiu - no caso dos assentados entrevistados - com os longos anos de ditadura militar, durante os quais, o fechamento dos canais de comunicação e a imposição de concepções despolitizantes, impediram o desenvolvimento da consciência crítica.

"Mas a ditadura não se limitou a reprimir e fechar os canais de participação, pois isso por si só não bastaria para camuflar as relações de poder (...) ela impôs uma normatividade capaz de encobrir as relações de poder, o conflito e, no limite, a própria ditadura (...) Um discurso que valoriza o isolamento, a individualização e a privatização, e que ajuda a apagar a memória das experiências de luta e a desfigurar a consciência dos direitos. Enfim, um discurso que, combinado com práticas repressivas, ajudou a destruir e a impedir o surgimento de espaços públicos, espaços interativos, de contextos comunicativos, nos quais os trabalhadores pudessem tomar consciência da opressão, da exploração, da expropriação e da exclusão a que estavam submetidos, e se perceberem como sujeitos políticos portadores de direitos e de capacidade para alterar os rumos da sociedade."¹¹⁶

115. Entrevista com trabalhador rural do assentamento Sumaré II citada por TARELHO, L. C. ob. cit., p. 101.

116. Luiz Carlos TARELHO. ob. cit., p. 231-2.

2.3 Luta pela terra: ação transformadora

O que se observa no relato de alguns trabalhadores é que, em algum momento da sua vivência oprimida, eles passam a se inquietar, indagar, investigar, os desafios que lhes são impostos. Começam a forçar os limites de sua percepção da realidade.

"Me empreguei com 1 ano e meio no grupo Cobrasma; durante 1 ano de trabalho cumpri tudo que o contrato mandava, mas aí notei que eles não cumpriam o contrato com o funcionário, então comecei a pesquisar o jeito da chefia, uns acharam ruim e outros me acharam muito esperto; não quiseram me dar minhas férias (quem vem do Paraná vem muito trabalhador), quando achavam muito trabalhador, só trocavam de sessão, a promoção não mudava nada; quando me deram férias eu já tinha outra férias vencida... Desde que entrei cumpri com o contrato, por que a firma não cumpre? Eles falaram que eu era muito ativo e que teriam que trabalhar diferente comigo. Eu participava de tudo, atividade sindical, festa, prá ficar sabendo como era, porque eu vim da roça. Se sofriamos penalidades ou pressão, no sindicato nós víamos os direitos da gente; eu buscava subsídio para quando precisasse falar com a chefia."

"Fiquei 2 anos no Moinho da Lapa furando buraco; quando saiu a fábrica, eu não pude trabalhar por não ter leitura. Fui trabalhar de saqueiro nessa mesma fábrica. Com pouco tempo vi que estava no lugar errado."

Embora os trabalhadores tenham aqui ainda uma visão focalista e isolada, tanto dos problemas que enfrentam quanto das soluções que buscam, cabe salientar que tais experiências, estão inseridas historicamente no contexto maior de transformações sociais e políticas do início dos anos 80.

Premidos por toda sorte de carências, começaram a se organizar para resolver seus problemas. Alguns trabalhadores passaram a abandonar a postura fatalista de antes e começaram a criar estratégias de enfrentamento dos problemas, começaram a construir seu próprio caminho.

"A família crescendo, eu falei: 'puxa vida! agora vai dar pra eu fazer minha casa e dar estudo pras crianças quando tiverem grandes. Depois eu olhei para trás e comecei a falar: 'puxa vida' tô com quase 5 anos que não vejo meu pai, meus irmãos, e o dinheiro que eu ganho é só pra comer. Minha casa está do mesmo tamanho...' Ai eu comecei a pensar diferente... Eu vou largar mão de estar só indo em missa, vou ver se acho um meio de como me unir com o povo e sair fora disso..."

Sabemos entretanto, que a passagem do estado de consciência transitiva-ingênua para a transitiva-crítica não é automática. Esta "somente se dá com um processo educativo de conscientização", empreendido com esta destinação.¹¹⁷

Encontraram então um padre progressista, empenhado em ajudá-los. A idéia era unir os trabalhadores em torno dos seus interesses, das suas necessidades, da reflexão do seu dia-a-dia, da sua história. Pretendia-se, através do diálogo e da participação, promover a organização dos trabalhadores em uma CEB - Comunidade Eclesial de Base. Este seria o espaço onde os trabalhadores poderiam se comunicar, se conhecer, "se aprender" enquanto sujeitos. Nas palavras de Paulo Freire, um ato de amor em busca da humanização dos homens.

"Eu falava, oh! existe uma saída pra esse povo; esse povo tem que se unir... o que vinha, pensava e falava pro povo. E quando foi um dia, numa reunião que tinha um padre, ele falou: 'tem sentido o que você está falando! Não se pode mesmo só falar belezas, meias palavras... o que vocês gostariam de ler?!... A gente vai na missa, está lendo, está escutando, mas não entende de nada... acho que a gente tem que aperfeiçoar, estudar mais a questão... porque se não a gente acaba comungando de cor e daí ninguém entende nada..."

Nesse sentido, a mediação das CEB's - Comunidades Eclesiais de Base - se propunha a

"tentar uma educação que fôsse capaz de colaborar com êle [o povo que em grande parte emergia] na indispensável organização reflexiva de seu pensamento.

117. Paulo FREIRE. *Educação e mudança*. 13 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 39.

Educação que lhe pusesse à disposição os meios com os quais fôsse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica. Isto significava então colaborar com êle, o povo, para que assumisse posições cada vez mais identificadas com as exigências da Democratização fundamental, por isso mesmo, combatendo a inexperiência democrática." 118

O primeiro passo desse processo constituiu a possibilidade de ver a condição de despossuído como uma condição comum. Ao contarem suas histórias e seus problemas eles romperam com o longo período de isolamento e silêncio. Com isso, além de se descobrirem como "iguais" e se identificarem como grupo, ao reviverem o passado, reafirmaram e recriaram a identidade de camponês.

"Quando a gente conhece os outros companheiros e percebe que todo mundo ali veio da roça e está no mesmo sofrimento, jogado pelas periferias da cidade, a gente se torna muito unido." 119

"Dentro de umas duas semanas, a gente se encontrava, conversava com os companheiros, com os colegas de trabalho, na fila, na hora do almoço, na hora da saída, todo mundo queixando da mesma situação: 'meu pagamento foi mal, meu não sei o que foi mal, minhas férias não saiu...' Todo mundo reclamava. Ia nas filas do INPS, mesma coisa..."

Mas eles não contavam suas histórias como sendo de excluídos. Aí, foi de suma importância a ação educativa dos assessores no sentido de apresentar uma visão crítica dessa história, de oferecer os elementos políticos e econômicos que determinaram, entre outras coisas, o processo migratório, e que lhes foram ocultados (e ainda o são).

"A gente se preocupa muito - diz Estevo - em fazer eles perceberem que a causa principal de terem perdido o acesso à terra foi a falta de organização política. A gente procurava mostrar que as classes dominantes no Brasil sempre fizeram o que quiseram porque os trabalhadores nunca tiveram muita força política para exigir seus

118. Paulo FREIRE. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. ob. cit., p. 106.

119. Entrevista com trabalhador rural do assentamento Sumaré II citada por TARELHO, L. C. ob. cit., p. 106.

direitos." 120

O resgate do passado criou condições para que os trabalhadores pudessem, de forma gradativa, inserir-se criticamente no contexto histórico mais global.

"Quando chegou em 79, 80, 81, 82, inchou-se demais a cidade, houve uma expulsão do campo. A gente não percebia que era uma expulsão, mas no fundo era. Se você não tem acesso a crédito, se você não tem acesso a financiamento, você acaba sendo expulso do campo. Mas aí inchou-se demais a cidade, veio muita gente prá cidade, e aí começou o desemprego, naquela época de 79, 80, 81, 82, daí prá cá a coisa ficou preta. E é claro que o primeiro pessoal que foi dispensado foi principalmente esse pessoal que veio da roça, que não tinha mão-de-obra qualificada."

Com isso, criaram condições para refletir sobre o presente e puderam assim, aos poucos, ir percebendo e superando o que de opressor existia dentro de cada um.

"Os caras da minha idade não aprenderam a se defender com a lei, com o sindicato, com o partido político, mas o que eles aprenderam foi a rezar para ir para o céu e aquele que não aprendeu a rezar para ir para o céu, o pastor passou tanta coisa na cabeça dele que ele fala da bíblia igual a um papagaio, mas não entende nada o lado social, o lado do direito dele... A gente vendo isso optou pela CEB's, saímos daquela igreja que o padre rezava de costas, a igreja dos grandes fazendeiros, que até hoje ainda existe bastante dela nos grandes centros, e entramos na CEB's."

A partir daí, os trabalhadores conseguiram, em alguma medida, mudar de atitude por se inserirem de forma mais crítica na realidade.

"Além de rezar você celebrava a vida, celebrava o porquê que você está trabalhando, trabalhando por tão pouco; celebrava que as ferramentas de trabalho do homem do campo e do homem da cidade, é sindicalizar; é acompanhar todo um processo numa luta trabalhista; é aprofundar também numa linha política, ver o que que o deputado está fazendo, o que que o vereador está fazendo, não só ficar com o tapinha nas costas na época das eleições."

120. Entrevista com um assessor da CEB's, citada por TARELHO, L. C. ob. cit., p. 113.

Em oposição ao pensamento gregário, característico da consciência ingênua, os trabalhadores em processo de "libertação", desenvolvem sua capacidade criadora que os torna mais autênticos.

"Os companheiros da fábrica criticavam o Lula mas eu me identificava com as propostas do partido; eu vi que no partido dos trabalhadores um homem sem leitura pode falar, um homem sem leitura pode começar a mexer naquelas leis."

Ao se inserir de forma mais crítica na realidade, puderam perceber que esta é mutável, e passaram a se reconhecer mais e mais como sujeitos que podem transformar essa realidade.

"Vou querer ser um cidadão brasileiro para no futuro os filhos da gente serem cidadãos brasileiros também."

Mas a CEB's não constituía em si um convite à pura reflexão. Antes e mesmo paralelamente às discussões que incitava, ela constituía o espaço onde os trabalhadores vivenciavam a organização para reivindicar soluções para seus problemas mais prementes como água, luz, asfalto, etc. Estes, decorriam da compra de terrenos num loteamento mediante a promessa de que teriam água e luz elétrica instalada. Como o tempo passava e nada era feito pelas autoridades, resolveram se organizar para defender seus direitos.

Afinal, como afirma Freire ¹²¹, a superação da contradição opressor-oprimidos "exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a simultaneamente atuam sobre ela."

"Depois que começamos a nos organizar para reivindicar os direitos que estavam no papel e que os caras não cumpriam, começamos a ver que isso era política."

Com os resultados positivos conquistados com as reivindicações, os

121. Paulo FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. obra citada, p. 38.

trabalhadores aprenderam que se mobilizando ao lugar de esperar, poderiam ter seus direitos respeitados.

"E prá que o povo acredite, você precisa criar os grupos e fazer com que eles fiquem na frente do prefeito, levando proposta... quando você termina aquela reunião, que você consegue parte da reivindicação, você já sente que se fosse sozinho, não conseguiria fazer nada disso..."

Outra experiência desenvolvida pelos trabalhadores junto à CEB foi a horta comunitária, que a exemplo das reivindicações de benfeitorias no bairro, tinha o objetivo de unir à reflexão crítica, a ação transformadora da realidade.

"... aí eu fiquei desempregado e comecei a fazer bico aqui na cidade mesmo. Aí a gente implantou uma pequena horta, aonde a gente produzia hortaliça, legumes, e comercializava nas comunidades e pequenas feiras. E aí a gente percebeu que como a gente estava num centro urbano de grande população, a gente percebeu que a terra era viável, principalmente aqui na região, porque você tinha acesso à comercialização muito fácil. A partir dessa horta... engraçado, o interesse dessa horta era agregar o pessoal que tava ficando desempregado, os aposentados. Mas como a horta era pequena e o número do pessoal desempregado e aposentado era muito grande, a gente começou a pensar numa terra maior. E aí começou a se discutir a questão da ocupação... E aí começou toda essa discussão... e daí foi que partiu, prá mim, no meu caso, e prá alguns companheiros que aqui estão, ou em outros grupos, daí foi que partiu a discussão da terra."

Nesse sentido, a horta comunitária, de um lado, constituiu a fonte de renda de alguns e a subsistência de tantos outros e, de outro, contribuiu nas reflexões que levaram à redefinição das relações dos trabalhadores com a terra.

"No momento em que a gente foi discutindo toda a problemática da terra, fomos vendo como é que os donos, os primeiros donos da terra, como é que eles tinham a terra... aí fomos descobrindo todo esse macete aí. Quando foi por aí a gente percebeu que você poderia ter terra mesmo sem comprar ela. E que na verdade, o certo, era você ter a terra sem você comprar. Porque a terra não é prá ser mercado, você não tem que especular a terra, a terra não é prá ser especulada."

Foram porém, principalmente as reflexões bíblicas sobre a posse da terra, que permitiu-lhes considerar a propriedade fundiária não como um bem que se compra com dinheiro, mas a considerá-la como um direito a ser reivindicado.

"Nas reuniões da comunidade a gente comparava o sistema brasileiro com o que está escrito na bíblia; em nenhum lugar da bíblia está escrito que alguns devem ter terras e que outros que não têm devem trabalhar para eles. Não é o padre que falou isso, é o próprio Cristo." 122

"Do mesmo jeito que Moisés caminhou a procura da terra prometida, a gente tinha que organizar caminhadas de fé e de amizade até a obtenção de uma terra." 123

Foi longo o processo de aprendizado, de discussão, de amadurecimento político (durante 1981 e 1982), até tomarem a decisão de ocupar terras públicas.

"Nós então decidimos ocupar as terras que são de todo mundo, que são as terras do Estado, as fazendas que são expropriadas. Não é um pecado ocupar essas terras para trabalhar e sobreviver." 124

Porém, consideramos oportuno salientar, que a simples participação no processo de luta pela terra não implicou, necessariamente, no desenvolvimento de consciência crítica, permanecendo entre os assentados, em graus variados, elementos da condição de oprimido. Participando lado-a-lado com trabalhadores mais críticos quanto a seus direitos de cidadãos, encontramos trabalhadores que se uniram ao movimento para "pedir" terra ao Estado, para assim resolverem um problema que consideravam seu, ou seja, trabalhadores que não percebiam criticamente o caráter estrutural, político e histórico das dificuldades que enfrentavam.

122. Entrevista com trabalhador rural do assentamento Sumaré I citada por BAZIN, F. obra citada, p. 47.

123. Id., ibid., p. 47.

124. Id., ibid., p. 48.

"Aí um dia apareceu um freguês e disse que o governo estava dando terra para o povo. Aí eu perguntei onde era isso e ele me ensinou. Quando eu cheguei, era mesmo, era o movimento que ia dar terra. Vi umas 5, 6 reuniões lá; um montão de gente e diziam que o governo ia dar terra... Não tinha governo, era só o povo; e eu comecei a acompanhar."

É preciso considerar também que, das 600 famílias que participavam das reuniões, somente 50 se decidiram a partir para as ocupações (e posteriormente, só 30 entraram na terra).

"Quando foi um dia nós viemos, acho que tinha mais de 1.000 [pessoas]. Naquele dia de mil e tantas pessoas saiu a conversa que não era o governo que estava dando a terra, que era para invadir a terra... e eu topei, eu estava doído é prá ir prá terra, porque estando na terra eu não passo fome... Ninguém sabia onde é que ia ser invadidas essas terras..."

Na verdade, é preciso

"não confundirmos certas posições, certas atitudes, certos gestos que se processam, em virtude da promoção econômica - posições, gestos, atitudes que se chamam tomada de consciência - com uma posição crítica. A criticidade para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas." ¹²⁵

CAPÍTULO VI
A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES ENTRE TÉCNICOS E
ASSENTADOS: AMBIGUIDADES, PROBLEMAS E
CONQUISTAS

A conquista da terra, que a primeira vista poderia já significar o sucesso do movimento organizado de luta pela terra, na realidade foi apenas o início de um longo e árduo processo de luta pela cidadania. Conquistada a terra, os trabalhadores teriam que aprender a cumprir seus deveres e fazer valer seus direitos. Mas, o que havia de mais urgente naquele momento, era a necessidade de fazer a terra produzir, tanto para garantir a sobrevivência do grupo como para garantir o uso da terra. E é como assessoria técnica que os torne viáveis economicamente que primeiramente os assentados precisam do técnico.¹²⁶

Mas não precisavam de qualquer técnico, do técnico "tradicional", moldado para difundir "pacotes"; o processo de organização dos assentados os conscientizara quanto ao tipo de relação que desejavam estabelecer com os técnicos do Estado: não mais se submeter ao conhecimento do técnico para obter recursos, mas sim demandar conhecimentos técnicos que fossem adequados à sua realidade e recursos financeiros que fossem proporcionais às suas necessidades e potencialidades.

Da parte dos técnicos, em que condições chegaram ao assentamento? Apesar de serem "bem intencionados" e, de forma geral, comprometidos com os interesses dos assentados, estavam inseridos na resposta assistencialista do Estado à demanda de terra. Uma resposta ambígua, que só era democrática no sentido de se abrir à negociação da terra, mas que se encontrava impregnada de autoritarismo, principalmente no que se referia ao controle que o Estado pretendia exercer sobre os trabalhadores (exemplo disso era a exigência de produtividade, dentro dos

126. Póker aponta para a preocupação dos técnicos, "em graus variados e duvidosos por parte do Estado, com o que se chama de 'viabilização econômica' dos assentamentos. Para os assessores e mediadores, muito mais que para o Estado propriamente, há consciência que a concessão de terras por si só não se constitui num expediente capaz de solucionar definitivamente o problema dos trabalhadores. Nesse caso seria preciso cuidar, mais do que tudo, da questão da permanência na terra. Ver José Geraldo A. B. PÓKER. **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1994, p. 55. (Dissertação de Mestrado)

padrões de tecnologia empresarial, para garantir a permanência na terra).

Conforme Conceição D'Incao ¹²⁷, para que a assistência prestada pelo Estado aos assentamentos não se perpetue apenas como veículo de reprodução das relações de dominação, mas que em alguma medida, possa também atender os interesses dos trabalhadores, técnicos e agricultores devem ser capazes de promover relações democráticas entre si.

É pois, no caráter democrático da relação entre técnicos e assentados que reside a possibilidade de se problematizar a própria reprodução das relações de dominação e assim, construir um saber que instrumente a libertação da classe trabalhadora.

E nesse sentido, consideramos que a especificidade da situação de assentamento - enquanto encontro de trabalhadores rurais demandando atuação de um "novo" técnico e técnicos estatais procurando novos caminhos - pode contribuir significativamente para o estabelecimento de novas relações entre técnicos e trabalhadores rurais.

Que caminhos eles tomaram? Que tipo de relação nos permitem supor que conseguiram estabelecer?

Para resgatarmos então, em que medida os técnicos e assentados entrevistados conseguiram estabelecer relações democráticas e em que medida, embora inconscientemente, também reproduziram relações autoritárias entre si, propomos organizar este capítulo da seguinte forma:

Num primeiro momento, tentaremos resgatar o encontro (e por vezes o confronto) das diferentes concepções que os assentados e os técnicos representam ter a respeito de si próprios e de suas relações.

Num segundo momento estaremos empenhados em apreender, através da representação que técnicos e assentados fazem de suas relações,

¹²⁷ Em palestra proferida aos técnicos do DAF em 05/05/93, Conceição D'Incao enfatiza a necessidade de se democratizar as relações entre técnicos e assentados.

a emergência dos conflitos no plano real.

1 AS AMBIGUIDADES NO PLANO IDEAL

1.1 Assentados: concepções em construção

Em função, principalmente, do processo de discussão iniciado na organização da luta pela terra (que pretendia capacitá-los às tomadas de decisão, torná-los sujeitos históricos etc...), gradativamente os assentados foram incorporando em seu discurso concepções mais democráticas de se relacionarem com as pessoas de maneira genérica, e particularmente, com aquelas que representam o poder institucional, neste caso os técnicos.

Vejamos agora como eles se referem a este processo.

1.1.1 A conquista do direito à Assistência Técnica

Antes do assentamento, os pequenos agricultores desconheciam os benefícios que poderiam ter através de uma assistência técnica, então não a percebiam como necessidade.

"Veja só, no Paraná a gente nem conhecia, a verdade era essa. Era meio por conta da gente. Não só da gente, mas de todos pequenos. Não tinha essa discussão técnica. Eu acho que até hoje... no trabalho que a gente faz hoje, a gente percebe que o Paraná hoje já tá mais estragado exatamente porque não teve uma conscientização no passado. Mas a gente nem conhecia, a gente ouvia falá no técnico, mas não conhecia."

"No Paraná a gente não tinha noção de nada. A coisa acontecia porque tinha que acontecer, não porque alguém tava dando acompanhamento. A gente nem pensava, nem percebia se havia necessidade."

Aprendiam cultivar vendo o que e como os demais agricultores faziam tradicionalmente.¹²⁸

"Quando estava na terra não tinha [orientação técnica]. A gente plantava usando o sistema de tradição, que era derrubar o mato, usava a terra 4-5 anos produzindo e depois, quando terminava toda aquela cinza, aquela madeira, todo aquele lixo, aí a gente passava a produzir outras coisas, plantava em outra área. Ninguém sabia de uma tecnologia assim de como desempenhar uma produção melhor."

"Quando estava na terrinha da gente não tinha nenhum contato; sabia plantar porque já nasceu na terra mesmo, já viveu muitos anos plantando essas coisas, milho, feijão, soja, algodão, arroz, amendoim..."

"Sabia plantar arroz, milho, feijão, trabalhando mesmo na roça."

As relações com o técnico que fiscalizava o financiamento bancário e com o vendedor de insumos agrícolas eram superficiais e indiretas.

"No Nordeste nunca tive [assistência técnica] não. No meu sítio de Pereira Barreto [SP] tinha um técnico do BANESPA que ia cada 3 meses e via as lavouras financiadas... ou mesmo que fosse para passear."

Quando trabalhando em terra alheia, cabia ao patrão decidir o que e como fazer; aos trabalhadores cabia apenas obedecer.

"Quando estava nas fazendas nem teria motivo..."

Foi durante o processo de organização da luta pela terra, que os trabalhadores começaram a definir novas relações com a terra, com o Estado e com os técnicos.

Como parte da mobilização em torno da luta pela terra, foi organizada uma horta comunitária numa área de 3 hectares alugada. O bom funcionamento desta deveria, além de prover o sustento de desempregados e

128 A este respeito ver Zeila de Brito Fabri DEMARTINI & LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo, Ed. Loyolla, 1985.

aposentados, incentivar o retorno destes à terra, enquanto retorno às origens, àquilo que se sabia fazer.

Mas, pretendia também, motivar a reflexão em torno da relação destes trabalhadores com a terra. Não poderiam restabelecer as antigas formas de exploração e "esgotamento" da terra, era preciso intensificar a produção e procurar atender novas demandas do mercado (como produtos de boa qualidade, com baixo teor de agrotóxicos). Ou seja, além de conquistar a terra, teriam que fazê-la produzir e bem.

"Já na horta, o processo é um pouco mais educativo. Prá iniciar a horta, por exemplo, alguns companheiros nossos já fizeram curso, e tinha uma discussão de trabalhar com agricultura... é... orgânica, só com matéria orgânica, não ia usar adubo. O que depois não foi possível. A gente não teve terra prá poder conseguir fazer esse projeto dar certo. Mas, então quer dizer que algumas pessoas já fizeram curso, já vieram com alguma noção. Daí então, não é que a gente tinha [assistência técnica], mas a gente já procurava informar o que você deveria plantar, de que jeito você deveria plantar. Então, você não tinha esse acompanhamento técnico, mas você procurava buscar."

Surgiu assim para os trabalhadores a necessidade de avançar tecnicamente, que os motivou a procurar assistência técnica.

"Mas aqui na horta a gente já tinha essa preocupação... Porque o processo, já era um processo já mais educativo. (...) A gente procurava na CATI, mesmo no CEASA, onde a gente entregava mercadoria, a gente procurava informar de alguns técnicos... nas casas de semente, onde a gente comprava semente, onde comprava o adubo. Então, tinha muita doença, e você tinha que está procurando combater, então prá isso, você tinha que tá informando o técnico. Então quer dizer que você já tinha uma noção prá onde a coisa tinha que caminhar. Mas isso foi aqui."

Nesta etapa a assistência técnica passou a ser um direito a ser reivindicado.

"... exigência, cobrança, porque a gente já tinha um projeto de uma produtividade desempenhada com agrônomo. Nós sabíamos uma parte, mas não sabíamos tudo e o agrônomo era muito importante para a gente desempenhar nossa produção."

1.1.2 A concepção da relação entre técnicos e assentados

As representações que os assentados fazem de uma relação ideal com os técnicos são bastante complexas, não tanto pela diversidade de discursos existentes entre os sujeitos, mas principalmente pelas ambiguidades e contradições presentes na representação que um mesmo sujeito faz de como gostaria que fosse esta relação.

Diante do impasse de como sistematizar a complexidade das reflexões que nos suscitam, optamos por dividir a análise em dois momentos que, embora no texto se apresentem distintos, separados, divididos um do outro, nas entrevistas se revelam mesclados, misturados, fazendo de cada fala dos sujeitos um "todo" ambíguo e contraditório.

- a) A representação da relação entre o "oprimido" e o "pai-patrão"¹²⁹

Como já vimos anteriormente, o passado dos assentados foi marcado por relações de exploração e submissão no trabalho. Mas, como a condição de oprimido dificultava a compreensão crítica desta relação, por um lado os trabalhadores introjetaram como sendo seus os valores do fazendeiro, o que gerava grande admiração dos trabalhadores para com o patrão; por outro lado, o poder que emanava do fazendeiro constituía fonte de segurança, principalmente o poder de prover seu sustento.¹³⁰

Uma vez no assentamento, os trabalhadores tendem a reproduzir

129. No trabalho "Com parente não se nequeia". *Série Antropologia*. nº 69, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. s/d, p. 67, Klaas Woortmann insere a expressão "pai-patrão" no contexto da exploração do trabalho familiar em função da herança da terra. Já no nosso estudo, a expressão "pai-patrão" se refere ao caráter assistencialista que permeia as relações de trabalho no meio rural.

130 Sobre a condição de oprimidos a que os assentados estiveram historicamente submetidos ver o capítulo V.

com o Estado a mesma relação de submissão e dependência que tinham com os patrões.¹³¹

E como o Estado institui o técnico como seu representante dentro do assentamento, muitas vezes este é reconhecido como superior, de maior valor...

"O técnico já é bem mais diferente de nível social... talvez a gente se sente mais baixo do que ele."

Mesmo quando o técnico não é percebido como superior, o fato do técnico deter o conhecimento científico - que é o único conhecimento reconhecido como válido pelo Estado - faz com que, aos olhos dos assentados, seja o técnico quem sabe o que é melhor para os assentados. Daí a dependência do técnico lhes dizer o que e como fazer.¹³²

"... para orientar como produzir, o que tem que ser feito com a terra; como nós conseguiríamos conservar o solo sem o técnico?"

E por ter dificuldade em ver valor em si mesmo, o assentado busca o valor que o reconhecimento do técnico lhe dá; então, deseja que o técnico o prestigie com sua presença, que aceite cafezinhos, que se importe com seus problemas, que

"passe na casa da gente prá cumprimentar; se a gente tem

131 Na situação de assentamento o "provedor da dádiva" deixa de ser o grande proprietário para ser o Estado. Conforme afirmação feita pela Profa. Maria Tereza Salles na Sessão VI - Legitimidade Social das Políticas para a Agricultura do Seminário Internacional de Agricultura Familiar e Projeto de Modernidade, realizado de 13 a 15/10/93, na UNICAMP. A esse respeito ver Teresa Sales, Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, junho/1994, p. 26-37; Juarez Brandão Lopes, A cultura política do mando: subserviência e nossas populações pobres. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, junho/1994, p. 37-41; Francisco de Oliveira. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, junho/1994, p. 42-4 e Vera Telles, Cultura da dádiva, avesso da cidadania. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, junho/1994, p. 45-7.

132. "O domínio do saber formal, da cultura letrada, em meio a quem não a tem, cria ilusões. Uma delas, e a mais traiçoeira, é a ilusão de que o uso 'correto' da racionalidade e do instrumental científico pode levar ao conhecimento da 'verdade' em plenitude sob quaisquer circunstâncias, de uma vez só e para sempre (...) Dominar o saber formal constituiu-se, de fato, numa fonte de poder, num privilégio efetivo, principalmente junto aqueles que dele necessitam para superar problemas reais. Da mesma forma, não dominar este saber numa sociedade organizada por meio dele, implica a passividade, o sentimento de impotência, a submissão." Ver POKER. *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 120.

algum problema ele vem saber se ele pode ajudar em alguma coisa (...) passe a conviver mais com a gente, passar aqui, tomar um café, bater um papo..."

O vínculo do técnico com o Estado também faz com que se procure na proximidade com o técnico os benefícios que se espera conseguir do Estado.

"Como conseguiríamos um projeto sem o técnico? Um financiamento sem o técnico? Para dar aquele aval! Não conseguiria. Como um banco vai fazer um financiamento sem técnico?"

Quando os assentados esperam do técnico mais que o conhecimento tecnológico ou compromisso com o pequeno produtor, frequentemente idealizam relações paternalistas em que depositam no técnico a responsabilidade de lutar por seus interesses (buscando, levando, conduzindo.)

"[Queremos] a convivência dele com nós; a união dele com nós; as coisas que a gente precisa ele vai atrás, é máquina na CAIC... qualquer negócio ele leva a gente lá no lugar que a gente quer ir; [o técnico] sabe o preço de uma mercadoria, se está vendendo, quem é que compra; se a gente precisa de ir para São Paulo ele vem pegar a gente aqui e leva lá, tem vez que ele traz. Isso aí é uma grande coisa que dá valor a um técnico que trabalha com a gente aqui."

O que podemos depreender daí é que, apesar de "aprenderem" com as discussões a exigir relações mais democráticas, os assentados enfrentam dificuldades em romper com as relações tradicionalmente estabelecidas com as autoridades (no caso os técnicos) e continuam, mesmo a nível da concepção que representam ter da relação com os técnicos, em alguma medida, reproduzindo com eles relações autoritárias.

- b) A representação da relação entre o "sujeito-cidadão" e o "agrônomo-educador"

A análise das entrevistas nos leva a crer que uma possibilidade dos assentados democratizarem mais suas relações com os técnicos que lhes prestam assistência reside no desenvolvimento da capacidade dos assentados criticarem a submissão presente em suas próprias relações com os técnicos, enquanto detentores da autoridade conferida pelo conhecimento científico de que são portadores. A esse respeito, um dos assentados entrevistados critica o autoritarismo do saber científico de que o "doutor" é portador.

"A pessoa que deixou de ser formada nas escolas criou um certo medo e não sabe reprimir o doutor. Só o doutor é que é o senhor, e que é o cara que sabe falar, e que quando a pessoa se dispunha a falar, ele[a] resgata dele[a] mesmo[a], uma forma de sistema nervoso, de medo, que foi criado através do sistema de ditaduras, que é só o cara que é formado que sabe falar."

Criticar (poder perceber) assim sua condição de "oprimido" cria as condições necessárias à elaboração da crítica do "opressor", por exemplo, que o saber-poder do "doutor" não era tão absoluto quanto imaginava.

"Não podemos considerar que o cara sai da escola um doutor. Ele não pode considerar que já está formado, pois existe coisa que ele não sabe. Ele não pode se dizer o doutor que sabe de tudo porque tem alguma coisa que ele não aprendeu."

Em contrapartida, deixa também de considerar-se absolutamente ignorante. Descobre assim que nem o "doutor" sabe tudo, nem o assentado desconhece tudo.

"Nós sabíamos uma parte, mas não sabíamos tudo."

"Ele era doutor do que ele sabia, mas não era doutor do que eu

estava sentindo."

Pelo contrário, consegue reconhecer valor no que é seu, perceber que o que ele sabe também é um conhecimento de valor.

"... e quando o trabalhador resgata isso dele, ele acaba vendo que ele é gente igual ao doutor e que não é o doutor que é o dono da verdade."

Desta maneira, é possível superar o "medo do doutor", ou a submissão à autoridade representada pelo "doutor".

"Eu resgatei o medo que eu tinha dentro de mim depois que eu passei a falar de igual para igual com aquele doutor. O povo deve se resgatar assim, falando aquilo que ele sabe, porque nem todos sabem tudo."

E é somente enquanto iguais que técnicos e assentados podem trocar e construir saberes.

"Aí eu conversava com [o doutor] de homem para homem, porque aí você entende que ele sabe o que ele sabe, mas que ele não sabe o que eu sei."

Reconhecer valor no seu conhecimento cria a possibilidade de "ensiná-lo" ao técnico.

"Quando a gente planta uma lavoura - que ele não planta -, chega lá e a lavoura está doente, a gente arranca aqueles pés de lavoura e vê o que é aquilo, se é na raiz, se é uma doença, se é formiga. Então nós trazemos para [o técnico] ver, ou ele vai lá ver. Enquanto isso ele examina e vai estudar. Às vezes ele não sabe e vai aprender a combater aquela doença. Então é isso que nós ensinamos para ele, experiência."

É possível assim perceber que, o que o técnico sabe - teoria - não é tudo, pois a prática, quem detém é o assentado.

"Quando eles chegam, teoricamente, eles sabem muita coisa, mas na prática, eles não sabem nada."

"É muito fácil chegar só dando idéia, mas na prática, só quem

trabalha aqui dentro é que sabe."

Mas o assentado reconhece a validade do conhecimento do técnico no desenvolvimento produtivo do assentamento:

"O agrônomo era muito importante para a gente desempenhar nossa produção."

Considera-se inclusive dependente deste conhecimento.

"[O técnico] tem toda uma teoria e que de outro lado a gente convive com essa prática de trabalhar a terra. Só que você depende dessa teoria também, você depende de informação."

E vai mais além, considera que o seu conhecimento e o do técnico são complementares.

"Mas por outro lado também, os caras dependem de algumas informações [suas] também."

Mas, conseguem criticar a orientação do técnico quando a consideram inadequada, o que significa que podem perceber sua condição de assentado como específica, com potencialidades e limitações distintas da grande produção.

"... 'e pega todo o esterco e aproveita tudo'... Eu sei que é bom, mas na prática é difícil... Se fosse uma fazenda, tivesse um dono, ele chegava e mandava eu fazer aquilo lá e eu ia; o outro vai fazer outra coisa, e teria um administrador falando. Mas nós não! Eu não posso chegar e falar fulano! Vá fazer tal coisa! Porque, se é prá 10 pessoas, é complicado; e prá chamar todo mundo, não vai todo mundo fazer; e 'eu posso amanhã', chega amanhã ninguém pode; ou vai 3, 4 e no outro dia é que vai os outros..."

Condição esta que o trabalhador conhece melhor que o técnico.

"A gente que trabalha o dia-a-dia na terra, a gente sabe onde é que tem o problema."

Para evitar então o desencontro entre o que fazem e querem

aprender fazer os assentados e o que sabem e propõem ensinar os técnicos, um dos assentados afirma ser preciso promover a interação dos dois conhecimentos: o empírico e o científico.

"É um trabalho que tem que ser em conjunto, [o técnico] do lado dele, teoricamente, e a gente, na prática mostrar o que tem que ser feito."

Para tanto, seria indispensável que as propostas técnicas fossem problematizadas no sentido de serem desmistificadas como igualmente boa para pequenos e grandes proprietários.

"Acho que a gente depende, como agricultor, depende de muita orientação do técnico. Agora também, ela não pode ser imposta, 'eu tenho a verdade'. Acho que nós temos que discutir essa verdade aí, temos que descobrir um pouco essa verdade prá poder ver se é isso mesmo, se eu vou crescer com esse negócio."

Seria preciso também que a orientação não fosse "dada" pelo técnico aos assentados, mas sim que estes pudessem buscá-la ativamente conforme os seus interesses.

"Eu acho que você só dar orientação não é importante; o importante é você explicar a importância disso. Você dizer, 'põe esse veneno que mata o bicho', é fácil; mas o importante maior é o processo educativo, 'esse veneno mata isso, mas também pode matar aquilo que prejudica isso'. Eu acho que isso é que é o importante da coisa, acho que é esse crescimento aí, que a pessoa tem que ir descobrindo; e prá descobrir, quem está com a informação tem que passar de forma adequada prá pessoa."

Conforme um dos assentados entrevistados, são eles que devem lutar por seus interesses, exigir seus direitos e para isso querem contar com a ajuda dos técnicos.

"Acho que nós é que temos que exigir o que nós queremos; nós é que temos que pensar o que nós vamos querer, e fazer aquele planejamento; e aí o técnico ajuda nós."

Nesse sentido, valorizar o conhecimento técnico não impediria que os assentados, por acreditarem em sua capacidade de decidir o que melhor lhes convém, pudessem reservar para si o papel de sujeito nas tomadas de decisão.

"Como o técnico é mais estudado que as pessoas que estão no assentamento, acho que ele pode apontar caminhos (...) às vezes ele tem uma idéia que pode ser a certa e as pessoas não lembram no momento, então eu acho que ele deve lançar as idéias, que podem ou não ser aceitas; de repente pode ser a certa, ninguém sabe. Através daquela idéia o outro pode lembrar uma melhor."

E, conforme sintetiza um dos assentados entrevistados, é somente enquanto sujeitos que assentados e técnicos podem estabelecer uma relação educativa em que ambos sejam educadores-educandos. Pois, se os assentados consideram importante aprender técnicas, consideram igualmente importante que os técnicos aprendam a realidade do assentamento.

"Nesses 7 anos aí, os técnicos que estavam trabalhando com a gente, eles já aprenderam um pouco aquilo que eles não conseguiram aprender na escola, que era a prática. Eles já conseguem hoje entender um pouco a terra. Que no início também eles não entendiam muito isso, era um processo novo... eles tinham saído de suas escolas e, talvez sendo acostumado muito mais a trabalhar com fazendeiro, só dar receita, mas eles não estavam acostumados a fazer um trabalho desse com pequenos produtores, que tinha que ir para o campo mesmo, e ver o que a terra produzia, diante de todas as necessidades do trabalhador. E a partir daí eles começaram se educar que eles também não sabiam de tudo, eles também tinha que aprender algumas coisas. Então, eu acho que deu certo (...) Acho que, aqueles que tiveram sensibilidade, mais habilidade, eles conseguiram junto com o grupo um trabalho bom."

1.2 Técnicos: concepções em conflito

Genericamente, os técnicos entrevistados percebem de duas maneiras distintas o seu próprio papel ¹³³: o de viabilizar tecnologicamente o assentamento e o de transformar politicamente a sociedade através do exemplo oferecido pelo assentamento.

Esta idéia nos leva a abordar, num primeiro momento, a motivação tecnológica e, em seguida, a motivação política presentes nas representações que os técnicos entrevistados fazem a respeito de como concebem a assistência a ser prestada aos assentados.

1.2.1 Os conflitos decorrentes da visão tecnicista e da postura política

a) Motivação tecnológica

É consenso entre os técnicos (e assentados) entrevistados que os assentados precisam ser capacitados tecnologicamente para poderem viabilizar economicamente o assentamento.

Mas, alguns técnicos consideram-se portadores da "solução

133. Apesar de "distintas" a postura tecnicista pode estar interligada à motivação política como evidencia Poker ao abordar a preocupação de técnicos com a "viabilização econômica" dos assentamentos, que "ganha maior destaque e importância quando considerados os diferentes interesses e significados que o 'sucesso' dos assentamentos pode adquirir em termos da promoção e divulgação de idéias para o conjunto dos trabalhadores rurais e para a sociedade de maneira geral. Os assentamentos, se bem sucedidos economicamente, poderiam vir a servir de estímulo ao engajamento na 'luta pela terra', ao mesmo tempo em que atuariam ideologicamente legitimando-os perante a sociedade." Ver José Geraldo A. E. POKER. *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 56. A esse respeito ver também Regina ROCHA e Marcelo APEL. *Onde estão os nossos sonhos? um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. Cadernos de Educação Popular 20*. Rio de Janeiro, Vozes-Petrópolis e Nova, 1992.

tecnológica" dos problemas dos assentados, ou seja, portadores do único conhecimento cientificamente válido, portanto, o único que deve ter valor. Ao absolutizar assim o conhecimento científico, nega-se qualquer valor ao conhecimento empírico de que os assentados são portadores.¹³⁴

"Saber camponês, saber popular, se o povo fosse tão sabido não estaria tão fudido como está - só para ficar registrado aí."

Mesmo quando estes técnicos reconhecem a existência de um saber empírico como sendo de valor para os assentados, consideram-no inferior ao conhecimento científico de que são portadores. De tão "incompetente", "incapaz" e "inferior", o saber dos agricultores chega a ser ironizado por esses técnicos.

"Uma vez eu estava conversando com um colega e a conclusão era a seguinte: o pequeno produtor tem menos controle sobre o óleo diesel que ele usa no trator do que uma dona-de-casa tem sobre o óleo de fritura."

Neste caso, tomar conhecimento do saber empírico dos assentados - o que todos os técnicos entrevistados consideraram como a primeira providência a ser tomada ao chegarem no assentamento - pode ter o objetivo de buscar aí elementos que subsidiem a aplicação das idéias "cientificamente corretas" de que o técnico se considera portador. Não se está reconhecendo o saber empírico como tendo valor em si, mas sim, de que forma ele pode servir ao conhecimento tecnológico.

"[Os assentados] tinham experiências anteriores que valem a pena comentar, que são riquíssimas: O Ulisses, por exemplo, tem uma experiência de trabalho da terra no Paraná com a família, o pai, os tios (...) Trabalhavam muito em mutirão, em família. Essas formas associadas de trabalhar foram muito importantes na experiência deles de trabalhar de

134. "Por supor-se portador da verdade e conhecedor supremo da 'realidade', o intelectual/assessor/agente tende a ir paulatinamente desqualificando, desprezando outras formas de conhecimento, o saber e a cultura onde não consiga enxergar presentes os mesmos elementos racionais e cujas verdades não sejam, em exata medida, iguais à sua." Ver POKER, *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 120.

forma associada, de forma cooperada em Sumaré ¹³⁵. O Caboclo tinha esse negócio de mutirão, de trocar dia, 'eu vou trabalhar um dia na sua terra e você vem trabalhar um dia na minha', e isso era fundamental para a relação deles ali de trabalho cooperado (...) a questão é a gente sacar, perceber como está existindo isso e como trabalhar isso, para trabalhar, por exemplo, uma questão tecnológica que é a cooperação - prá mim faz parte da tecnologia."

Além disso, mesmo quando reconhecem que os assentados são portadores de algum saber, não reconhecem este saber como sendo específico dos assentados.

"Eles têm um saber, não nego. Um saber às vezes até de como segurar um cabo de enxada, que eu não sei. Mas é um saber camponês isso? Se ele sempre foi empregado, ele sabe segurar o cabo da enxada e eu não sei; vai se cansar menos no trabalho de carpir."

"Não consegui me convencer das especificidades camponesas até hoje."

O que justifica a aplicação de uma tecnologia também inespecífica, pressupondo que uma proposta tecnológica é indistintamente boa para grandes e pequenos produtores.

"Mas o que diferencia os 10.000 hectares do Olacir de Moraes do assentamento em termos de produção? O que tem de diferente tecnicamente?"

Ou seja, qualquer que seja o grau de reconhecimento do saber camponês por parte do técnico, a postura tecnicista dificilmente chega a questionar seu próprio conhecimento. Nesta postura, o conhecimento científico produzido para atender os interesses do grande capital é concebido como solução inespecífica para qualquer dificuldade da produção

135. Mas, conforme POKER, "não é possível pretender levar os assentados a desenvolver artificialmente as mesmas relações de parentesco, compadrio e vizinhança existentes nas comunidades rurais, prescindindo do tempo de convivência e do contexto necessários à emergência dos laços afetivos que solidificam a base sobre a qual assentam as práticas de cooperação e ajuda mútua. Tais relações não podem ser construídas ou recriadas de fora para dentro (...) via intervenção pedagógica do tipo 'conscientização'..." Ver POKER, A prática da vida e os desencontros da "libertação". ob. cit., p. 115-6.

agrícola, seja ela monocultura de exportação ou cultura de subsistência descapitalizada em área insuficiente (como no caso estudado).

"Sob o aspecto técnico, o legal é se fazer o planejamento por cultura porque você tem características de solo e relevo que você pode dimensionar melhor... e outra coisa era a racionalização do uso de máquinas, economia de combustível, deprecia menos a máquina."

O que justifica que estes técnicos, ao considerarem que o problema dos assentados é serem "pequenos", proponham a união destes para que, uma vez transformados em "grandes", possam se utilizar da melhor tecnologia, a empresarial.

"Minha opinião era que se coletivizasse tudo você passaria a ter maior controle sobre o processo de trabalho. Além disso, outros fatores que dizem respeito mais ao controle de recursos, parte mais administrativa, econômica... enfim, eu descrevi o modelo coletivo."

Além de desconsiderar a especificidade da pequena produção em situação de assentamento, esta postura tecnicista desconsidera também a individualidade de cada assentado, desrespeita as diferentes lógicas. Ao desconsiderar que cada indivíduo tem uma visão de mundo particular, tem anseios e necessidades distintas dos demais, o técnico "tecnicista" pretende que o "assentamento como um todo" assuma sua proposta tecnológica, que pretende ser a solução do problema, que considera comum a todos os assentados.¹³⁶

Para tanto, o técnico se propõe a utilizar todos os meios de persuasão de que dispõe: competência do conhecimento científico de que é portador e autoridade conferida pelo Estado, interessado em difundir esse conhecimento.

136. A esse respeito Poker afirma que "a grande dificuldade manifesta em aceitar (ou mesmo tolerar) o 'diferente', constitui-se talvez no principal obstáculo a ser superado pelos assessores/intelectuais [pelos técnicos no nosso estudo] na pretensão de colocar seu saber à disposição, à serviço dos interesses e necessidades da 'massa'." Ver POKER, **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. ob. cit., p. 97.

"Eu tinha uma experiência a passar.... eu não estava lá prá passar experiência, eu era um profissional lá, sendo pago pelo Estado prá atuar dentro do melhor sentido. Eu sei que o saber camponês, entre mil aspas aí, dizia que devia ser assim; e eu sabia por experiência científica, conhecimento técnico, etc, que devia ser de outra forma..."

O que põe em evidência a intensidade do conflito vivido pela maioria dos técnicos: a postura mais democrática aprendida ou "abraçada" nos processos político-educativos nega as evidências de suas raízes autoritárias, que teimam em macular seu discurso (ou que permeiam seu próprio discurso). Ora traindo-se enquanto "ensinador",

"Eu tinha uma experiência a passar.... eu não estava lá prá passar experiência..."

Ora traindo-se quanto ao respeito que acredita que deveria ter para com o saber dos assentados,

"... prá respeitar um dito saber camponês..."

Ou seja, um saber que lhe foi "dito" que existe, que tem valor, que deve ser respeitado, mas do qual ele duvida, desacredita.

"Eu tenho conhecimentos que eles não têm; eles têm conhecimentos que talvez eu não tenha, talvez não, com certeza eu não tenho..."

Em suma, queremos salientar que, a análise das entrevistas indica que a postura tecnicista, ou seja, que o fato de alguns técnicos (e mesmo assentados) considerarem que tanto os problemas quanto as soluções para os assentados são de ordem tecnológica, contribui para que também entre eles - técnicos e assentados - se reproduzam as tradicionais relações autoritárias da extensão rural.

Mas, querer resolver os problemas dos assentados com tecnologia não é o único risco que técnicos (e assentados) correm de reproduzir relações de dominação...

b) **Motivação política**

De forma geral, todos os técnicos entrevistados se posicionam politicamente em favor dos "desfavorecidos".

"Toda minha história está envolvida com a luta política, em procurar maior participação de cada um na sociedade."

No processo de conscientização destes técnicos, eles definiram a concentração fundiária como sendo a principal responsável pela injustiça social, e acreditam ser a reforma agrária a solução.

"Uma das motivações que me levou a trabalhar com isso é ter a profunda noção de que um dos obstáculos prá que o país seja um país justo, tem que haver a reforma agrária."

"Reforma agrária sempre foi bandeira de luta para mim."

É por compreender historicamente o processo de exclusão de que os assentados são vítimas que muitos técnicos optam ideologicamente em seu favor e se comprometem, enquanto aliados, a promover o que consideram ser a justa transformação social.

"Tinha conhecimento do predomínio da grande produção, que os pequenos produtores vinham perdendo suas terras (...) que era preciso haver redistribuição das terras; dar condições de se estabelecer e progredir."

Mas esta compreensão configura-se como um problema para o assentamento quando o compromisso dos técnicos com a transformação da sociedade se sobrepõe ao compromisso que se espera deles com os próprios assentados como pessoas, como produtores, como portadores de projetos diferenciados para aquela terra.¹³⁷

137. A partir do estudo do assentamento Vitória da União Regina e Marcelo afirmam, a respeito da divisão que se estabelece entre econômico e político que, para os assessores da época, "o importante era o aspecto político (tal como definido pelas entidades). A questão

Alguns técnicos acreditam que sua atuação no assentamento não deve se comprometer apenas com os problemas mais imediatos dos assentados, mas também que seja uma experiência bem sucedida para que possa se expandir para o conjunto da sociedade em busca das transformações que julgam necessárias.

"Um grupo combativo poderia partir para outras conquistas, fortalecendo a categoria dos trabalhadores rurais, dos assentados e a luta pela reforma agrária."

Deixam então de procurar viabilizar o que os assentados querem ser, em função do que eles, os técnicos, querem que os assentados sejam: um exemplo é o do modelo de produção associativa defendido pelos técnicos.

"Pude acompanhar um assentamento que foi considerado modelo (...) onde houve um trabalho técnico muito intenso junto aos assentados, e praticamente, ficou determinado que o assentamento seria coordenado por uma associação dos assentados. Lá não se admitiu que, famílias que não fossem associadas participassem do assentamento. Então, a gente queria desenvolver uma experiência piloto dum assentamento totalmente associativo (...) E esse modelo de associação foi também tentado em quase todos os assentamentos que estavam surgindo nessa época."

Esta postura (assumida por alguns técnicos, em alguns momentos de sua atuação no assentamento) de "defenderem" determinada proposta tecnológica visando ampliar o espaço da reforma agrária no contexto político em que o assentamento está inserido deve-se, em parte, ao fato deles associarem o assentamento de famílias na zona rural brasileira ao caráter de "brecha" no conjunto das políticas públicas para o setor agrário.

"No Brasil sempre predominaram as forças contrárias à reforma agrária, apesar de alguns fatos isolados de desapropriação."

Desta forma, o assentamento, enquanto conquista democrática, constitui o local e a oportunidade quase que únicos, para onde convergem os anseios, esperanças e expectativas de se promover as transformações políticas e sociais que consideram indispensáveis e urgentes.

O que podemos por fim depreender destas reflexões é que, de certa forma, por paradoxal que pareça, a defesa "incondicional" de um "ideal democrático" tem contribuído para que, a despeito de suas "boas intenções", os técnicos reproduzam com os assentados relações autoritárias de dominação.

Mas, por outro lado, encontramos nas mesmas entrevistas, ou seja, com os mesmos técnicos, representações mais democráticas da concepção que fazem de como gostariam de se relacionar com os assentados.

1.2.2 A vivência do dia-a-dia levando a concepções mais democráticas

Como vimos anteriormente, o processo de conscientização política dos técnicos os levou a se posicionarem em favor dos "desfavorecidos" de maneira genérica e, particularmente, a se comprometerem com a luta dos pequenos produtores rurais e sem-terra, junto aos quais passam a defender um modelo produtivo ideal.

No entanto, a relação direta com os problemas enfrentados cotidianamente pelos assentados fez com que alguns técnicos, sem perder de vista a pretendida transformação política da sociedade, se comprometessem primeiramente com a

"melhoria da condição de vida daquelas pessoas..."

"Pessoal lutando por melhoria de vida! Então vou lutar junto!"

Para tanto, a assistência que estes técnicos se propõem prestar no assentamento visa, num primeiro plano, mais imediato, viabilizar economicamente o assentamento enquanto conjunto de projetos diferenciados de pequena produção agrícola e, num plano mais global, mas não menos importante, contribuir com o indispensável processo de construção da cidadania dos assentados.

Conforme seus discursos, não existe, por parte dos assentados, uma rejeição à tecnologia em si; eles querem economizar tempo, otimizar seu trabalho e não descartam a possibilidade de trabalhar com maior comodidade; mas, principalmente o que os assentados não querem é perder dinheiro (ou terra) como no passado.

"O que vier para melhorar a vida deles eles querem; o que vier facilitar... não só do ponto de vista econômico, mas também social, cultural... se tiver como tirar o sujeito daquela vida bruta no arado, com cavalo e colocar ele confortavelmente sentado num trator eles querem; essa resistência à tecnologia não existe. Existe resistência a uma tecnologia moderna se ele pensar que vai sair mais do que entrar, aí não aceitam mesmo."

Os técnicos reconhecem que é importante que ambos - técnicos e assentados - primeiramente percebam que, apesar de cientificamente reconhecido como válido, o conhecimento tecnológico não é neutro, não se propõe beneficiar indistintamente grandes e pequenos produtores; foi produzido em condições específicas para atender interesses específicos, ou seja, dominantes.

"Entender a tecnologia como resultado de relações sociais de produção, determinado por uma determinada relação, numa determinada época... Considerando o assentado como uma categoria específica, tem que ter trabalho numa tecnologia específica."

Então, para que os assentados também possam se utilizar do conhecimento tecnológico socialmente produzido, consideram indispensável a problematização deste em função das condições específicas de uma dada relação (momento político, constituição do grupo, localização geográfica do assentamento etc...)

"Não pode chegar ditando regras sendo que em cada lugar é diferente"

Consideram que também deve ser problematizada a especificidade intrínseca à condição daqueles assentados (história de exclusão, expropriação, trabalho agrícola parcializado, trajetória urbana etc...)

"Basicamente eu teria que fazer lá alguns estudos sobre a terra, que tipo de solo é aquele, que tipo de região é aquela, o que dá para plantar, o que não dá; que tipo de tecnologia usar, isso teria também que discutir com eles. Basicamente o que eu fiz foi me municiar destes dados e ir colocando eles nas reuniões. Juntava a isso a experiência deles enquanto agricultores. Todos têm uma origem rural, mas nem todos têm sua maior experiência profissional enquanto adulto, na agricultura. Um pouco era resgatar a história deles enquanto agricultores, o que aconteceu naquele período para que eles estivessem na situação que eles estavam na terra. Era pegar todos esses dados e conhecimentos e discutir com eles frente a nova realidade que eles estavam, porque eles também têm conhecimento de agricultura, era o caso de checar os dois, para que não fosse pensado a técnica, o conhecimento teórico agrônomo dissociado da realidade deles."

Se, genericamente, a condição de assentado - de ter pouca terra, ser descapitalizado e dispor de mão-de-obra abundante - implica numa demanda tecnológica específica, particularmente, o fato de cada assentado ser único, diferenciado dos demais quanto a sua história e seu projeto de vida, demanda do técnico empenho em conhecer as possibilidades e limites de cada um, para que sua intervenção possa contribuir mais efetivamente naquilo que o assentado tem dificuldade e quer transpor.

"Eu não tinha nada muito amadurecido (sobre proposta tecnológica), tinha apenas algumas idéias: partir do estágio que eles

estavam, dos recursos que eles tinham, evitar dependência dos insumos..."

Conforme um dos técnicos entrevistados era preciso reconhecer e respeitar as diferentes maneiras de querer, pensar e agir dos assentados.

"No início eram 36 famílias com três grupos nitidos: os que vinham do trabalho da igreja, militantes da igreja, com visão comunitária; outros com experiência urbana forte, mais econômico que comunitário; e outros que saíram mais recentemente da roça, que queriam ter o seu espaço."

Com isso, o técnico cria as condições indispensáveis para que as potencialidades e limites dos assentados possam ser trabalhados individualmente, de maneira diferenciada.

"Não adianta levar tecnologias que não respeitem sua lógica microeconômica, camponesa (...) não adianta uma técnica que priorize o rendimento por área quando a lógica, por exemplo, é a valorização do tempo de trabalho."

Para, a partir daí, técnicos e assentados poderem

"viabilizar, sobretudo economicamente, aquele sonho que cada grupo tinha."

Então,

"o que se podia fazer, era tentar acomodar essas contradições numa associação."

O que podemos salientar aqui é que alguns técnicos, mesmo sem perder de vista a totalidade em que se inserem historicamente os assentados, enquanto uma categoria social em construção (opressão, exclusão, identidade coletiva, compromisso com a transformação social e política...), representam conceber de forma mais democrática sua relação com os assentados. Isto porque, ao se referirem à concepção que têm da relação com os assentados, não desprezam a individualidade de cada um, pelo contrário, demonstram estarem comprometidos com a construção de cada

um enquanto sujeito, cidadão.

A cidadania a que fazemos referência está sendo entendida não só coletivamente, enquanto conjunto de direitos e deveres, como também individualmente, enquanto respeito às especificidades e diversidades de cada um dos assentados.

Coletivamente, estes técnicos pretendem contribuir com a construção da cidadania dos assentados promovendo a reversão da condição de "excluídos", ou seja, "incluindo-os" entre as ações de responsabilidade do Estado.

"vamos utilizar o Estado para resolver o problema desse povo!"

Deste modo, a postura de "aliado" dos assentados leva os técnicos a buscarem no Estado recursos que possibilitem a "inclusão" destes trabalhadores como beneficiários das políticas públicas. Um dos técnicos entrevistados já agia assim desde quando apoiava a luta pela terra.

"[Se é para] priorizar área de conflito social, então, vamos criar o conflito!"

Entretanto, um dos técnicos afirma que não deve atrair para si o papel de sujeito deste processo, ou seja, que não deve

"achar que é você que vai resolver tudo..."

Estar ao lado do assentado não é se responsabilizar pelo sucesso do assentamento ¹³⁸. Conforme já afirmamos anteriormente, cabe ao técnico, segundo eles próprios, democratizar seu conhecimento, problematizando-o frente à realidade do assentamento

138. Sobre os técnicos tornarem-se demandantes dos interesses dos assentados frente ao Estado ver Maria Conceição D'INCAO. "Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal" Redação preliminar para discussão interna, UNICAMP-FEAGRI, junho de 1992, p. 8.

"Eu volto ao papel do técnico, que é a coisa dele se ver como a pessoa que tem uma bagagem de conhecimento e tem que colocar isso à disposição, e saber problematizar isso na realidade que ele está e estar do lado [do assentado]."

Por outro lado, "estar ao lado" dos assentados significa também não "estar acima" dos assentados; uma noção de horizontalidade indispensável quando se concebe uma relação entre dois sujeitos. Indagado sobre o que imaginava que os assentados desejavam dele, um dos técnicos entrevistados afirmou que

"Eles esperavam que eu fosse igual a eles."

Nas reuniões os técnicos consideram importante incentivar a participação de todos.

"Deve procurar criar um ambiente de descontração; a presença do técnico não deve inibir o pessoal e a livre discussão, ao contrário, deve incentivar a participação deles, da maior parte; evitar que a reunião seja monopolizada por algumas pessoas..."

Além disso, deve-se também

"Tentar elevar o nível de questionamento e decisão, para que as decisões não sejam tomadas de forma emocional, sem muita discussão."

Estes técnicos sugerem também, que sua postura nas reuniões deve variar em função da demanda específica do grupo em cada reunião: oportunidade de confrontar e amadurecer atritos internos, demanda de orientação técnica etc...

"Eu acho que se a gente conseguir fazer isso aí [buscar participação e amadurecimento nas tomadas de decisão] já é uma colaboração muito grande que a gente dá para o crescimento do grupo; a não ser as outras reuniões (...) que depende do parecer da gente, da opinião da gente, daí a gente tem uma atuação mais incisiva."

Como vimos até aqui, difere bastante entre os técnicos e entre os assentados as representações que fazem a respeito de como gostariam que

fossem suas relações. Mas as ambiguidades, divergências e contradições se intensificam frente a representação que os sujeitos fazem de como, na realidade, teriam sido suas relações, como veremos a seguir.

2. EMERGÊNCIA DOS CONFLITOS NO PLANO REAL

A prestação de assistência técnica no assentamento foi definida por um lado, pelos trabalhadores, como um direito a ser reivindicado junto ao Estado; e, por outro lado, pelos técnicos, que buscavam no Estado que se democratizava naquele momento espaço para agir institucionalmente na questão agrária enquanto resgate da dívida social. Técnicos e assentados se encontraram então no assentamento acreditando compartilhar harmoniosamente seus "ideais democráticos".

Mas, os conflitos que passaram a emergir no dia-a-dia das relações colocaram em evidência a dificuldade que técnicos e assentados tinham para estabelecer entre si relações mais democráticas. Isto porque, por um lado, existia divergência entre o que os técnicos preconizavam como assistência técnica, bem como divergiam também entre si os assentados, a respeito de como queriam essa assistência técnica. Por outro lado, as divergências se acentuavam no plano concreto das relações quando, tanto técnicos como assentados, a despeito das "boas intenções" democratizantes, reproduziam em suas relações, o autoritarismo em que historicamente se constituíram.

Com o objetivo de melhor compreendermos as dificuldades que técnicos e assentados enfrentam para estabelecer entre si relações mais democráticas, escolhemos abordar, num primeiro momento, o exemplo da Associação de Produtores Rurais de Sumaré I, tanto porque ele é representativo do que tem acontecido em outros assentamentos rurais ¹³⁹, como também por nos oferecer valiosas contribuições para a construção de

139 A esse respeito ver Maria Conceição D'Incao, A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. In: *Revista Lua Nova*, N° 23, março/91.

soluções democratizantes; num segundo momento, abordaremos a questão do conhecimento enquanto principal mediadora da relação entre os técnicos e os assentados, tanto no que se refere a sua utilização como instrumento de dominação, quanto às possibilidades democratizantes de construir um saber libertador a partir do conhecimento que cada um é portador.¹⁴⁰

140. Para Poker, "a distinção entre ambos [técnicos enquanto intelectuais e assentados enquanto trabalhadores] reside no domínio do conhecimento que trazem consigo, de sua natureza e origem: o saber 'racional', 'científico' dos 'intelectuais' em relação ao 'informal', 'empírico', intuitivo, dos trabalhadores, o que os diferencia sobretudo no modo como vêem o mundo." Ver José Geraldo Alberto B. POKER. *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 55.

2.1 As dificuldades de se estabelecer relações mais democráticas: o exemplo da associação

2.1.1 Proposta dos técnicos: produção associativa

Quando vieram para o assentamento, os técnicos trouxeram suas propostas de organização da produção, ou seja, propostas do que eles queriam para o assentamento, ou ainda, do que eles queriam que o assentamento fosse.

"Tínhamos um grupo que tinha um projeto de como fazer um assentamento - e que não era aquilo que o INCRA fazia, que a CESP fazia - , e que passava muito pelas formas cooperativas de produção. Antes de eu chegar lá eles já tinham dado grandes passos na parte de cooperação e eu esperava contribuir com ferramentas nessa área de cooperação agrícola, de construir uma cooperativa de produção." (Técnico)

A exemplo do técnico citado, por motivos diversos, todos os técnicos entrevistados se mostraram favoráveis à formação de uma associação de produtores rurais no assentamento.

Por acreditarem ser o modelo empresarial a melhor saída tecnológica para a produção agrícola, vários técnicos entrevistados defenderam o modelo de produção associativa para que também os pequenos agricultores tivessem acesso à tecnologia empresarial e, com isso, pudessem viabilizar economicamente o assentamento.¹⁴¹

"Prá mim o importante era ter um nível de organização que permitisse entrar no mercado com mais segurança. Acho que a grande coisa alternativa da pequena produção acho que é a questão da

141. Poker afirma que em função da necessidade de integração dos assentamentos ao mercado, os assentados precisam metamorfosear-se em "empresários". Ver POKER, *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 74.

organização deles." (Técnico)

"A coisa da tecnologia é decorrência do ambiente que você está e de recursos que você tem à disposição... Eles só tinham trator por que tinham organização; se não tivessem organização provavelmente teriam um monte de burro com tração animal e quem olhasse pensaria que era opção por tecnologia alternativa, mas que não é isso. O nível de organização é que permite acesso a um ou a outro." (Técnico)

Em favor da adoção da tecnologia empresarial, os técnicos argumentavam também que a união dos assentados era uma força que contava a favor deles nas reivindicações de direitos, entre eles, o de ter acesso aos incentivos/benefícios concedidos pelo Estado à produção associativa.

Considerando que era através dos técnicos que os assentados poderiam ou não obter estes recursos do Estado, a "recomendação" de união deixava de ser um simples argumento para assumir conotação de pressão, já que era oficialmente que o Estado "incentiva(va) a forma organizada de produção, comercialização e uso de equipamentos financiados pelos agricultores." ¹⁴²

Por considerarem a gestão familiar da produção mais susceptível ao "fracasso" ¹⁴³, vários técnicos entrevistados defenderam o modelo de produção associativa enquanto estratégia política de fortalecimento do processo de reforma agrária.

"Era uma época que a gente tentava discutir modelos teóricos prá implantar nos assentamentos que estavam aparecendo (...) foi um período muito rico, inclusive, pude acompanhar, um assentamento que foi considerado modelo no começo, que foi o assentamento da Fazenda Pirituba, lá em Itacaré, Itapeva. E que houve um trabalho técnico muito intenso junto aos assentados e praticamente, ficou determinado que o

¹⁴² SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Coordenadoria Sócio-Econômica. ob. cit., p. 10.

¹⁴³ Fracasso aqui entendido como impossibilidade de permanecer na terra conquistada e consequente retorno à condição de sem-terra.

assentamento seria coordenado por uma associação dos assentados."
(Técnico)

Ao que parece, houve já nesta experiência piloto anterior, um empenho muito grande da parte dos técnicos (mas não só dos técnicos) em "convencer" os assentados de que este modelo associativo era a melhor coisa a ser feita. "Aceito" isso, era importante garantir que o modelo fosse aplicado corretamente, caso contrário, comprometeria seu papel multiplicador.

Lá não se admitiu que, famílias que não fossem associadas, participassem do assentamento. Então, a gente queria desenvolver uma experiência piloto dum assentamento totalmente associativo. Então, quer dizer, foi construído um modelo de associação, onde houve uma interferência grande dos técnicos, mas também discussão com os assentados. Em que, basicamente, todas as máquinas eram propriedade da associação. E, todos os investimentos eram feitos de forma coletiva e, no início, toda produção também era associativa. Quer dizer, ninguém teve a sua terra dividida, lote, seu pedaço de terra. Então, todos trabalhavam, produziam e, então, toda a produção era dividida proporcional ao número de famílias. Quer dizer, eles encontravam formas lá de dividir de uma forma justa, quer dizer... Mas no início não era permitido, assim... produção individual" (grifos meus). (Técnico)

E foi nesse contexto que o modelo de produção associativa chegou ao assentamento de Sumaré I.

"E esse modelo de associação foi também tentado em quase todos os assentamentos que estavam surgindo nessa época." (Técnico)

Mas, entre os técnicos entrevistados, houve quem conseguiu perceber a associação importante também enquanto união que reconhece e respeita as diferenças individuais de seus integrantes. Não negando a individualidade dos assentados e assumindo os conflitos daí provenientes, na visão destes técnicos,

"o que se podia fazer era tentar acomodar essas contradições numa associação." (Técnico)

A despeito do peso dos argumentos utilizados pelos técnicos em favor do modelo associativo de produção,

"na realidade, os trabalhadores também se dispuseram a experimentar esses modelos que eram propostos." (Técnico)

2.1.2 Adoção da proposta pelos assentados

Do lado dos assentados de Sumaré I, as primeiras decisões de uso coletivo da terra e trabalho coletivo foram tomadas em continuidade do processo de acampamento, ou seja, a união que havia conquistado a terra se impunha depois, como a melhor forma de conseguir ficar na terra.

"A experiência que nós tivemos para negociar essa terra, ela foi nascida de uma comunidade Nova Boa Vista que a gente frequentava. Tinha um contrato que a gente negociou com o governo da época, o Montoro, que já desempenhava um trabalho comum, o trabalho de uma horta, e uma pequena cooperativa que estava sendo fundada através daquela comunidade. Naquele contrato a gente conseguiu a negociação dessa área (...) e a nossa intenção era cumprir aquele contrato que nós mesmos tínhamos feito entre nós, uns por querer fazer como a vida dos primeiros cristão, outros pelo sentido prático que já vinham fazendo." (Assentado)

Eles haviam aprendido na luta pela terra que unidos eram mais fortes para conquistar benefícios e terem seus direitos respeitados.

"Existia um trabalho que todo mundo era consciente que nós sozinhos não conseguiríamos ter nada. Prá gente ter o apoio que nós temos, prá gente conseguir conquistar nossos direitos a gente tem que mostrar um trabalho de comunidade, um trabalho coletivo, um trabalho de mutirão." (Assentado)

Unir era então considerado pelos trabalhadores como a única possibilidade de enfrentarem as dificuldades iniciais do assentamento: pouca terra - 13 hectares para todos - e escassez, dos recursos

necessários para desmatar e preparar a terra para o cultivo.¹⁴⁴

"O início foi meio tumultuado, mesmo pelo fato de você não ter tido a terra toda, ficar com uma área menor de terra... a única maneira viável em todo esse início era você tentar trabalhar um trabalho junto mesmo, fazer com que o grupo ficasse todo integrado num processo de trabalho. A área era pequena e não tinha como você determinar, dividir grupo..." (Assentado)

"Trabalhamos 3 anos juntos (...) no começo era muito bravo aqui, muito toco para tirar (...) muita gente não ia ter recurso para trabalhar sozinho no começo." (Assentado)

E o fato da situação de assentamento ser desconhecida para a maioria, fez com que alguns assentados quisessem experimentar o trabalho coletivo na terra indivisa...

"Como eu não tinha experiência de trabalho junto, eu achava que estava certo". (Assentado)

Para a maioria dos assentados, a idéia de constituir uma associação foi decorrente da necessidade de conseguir e gerenciar recursos.

"Era mais fácil para pegar financiamento na Caixa." (Assentado)

"Um (assentado) sozinho não poderia comprar um trator, então juntando todos os associados foi comprado". (Assentado)

"Quando começou, com tantos maquinários, tinha que ter uma associação e uma diretoria para poder comprar, vender, discutir... Já pensou se todo mundo que quebrasse uma peça tivesse que ir comprar! Virava uma bagunça!" (Assentado)

Além disso, a associação visava também atender a necessidade de

144. Também para o assentamento Vitória da União-PR Regina Rocha e Marcelo Apel afirmam que "a necessidade de organizar a produção, de fazer a terra produzir, foi determinante para a formação das associações. A expectativa era a de que elas não só viabilizariam a orientação técnica necessária mas - o que foi absolutamente fundamental para a grande maioria dos assentados - criariam condições mais favoráveis para a captação de recursos." Ver Regina ROCHA & Marcelo APEL. Onde estão os nossos sonhos? um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. ob. cit., p. 27-8.

representar juridicamente a vontade do grupo, ou seja, fazer com que as demandas por mais terra e recursos fossem ouvidas e atendidas pelas autoridades; é o que afirma um dos líderes dos assentados da época:

"A gente sentiu necessidade de ser recebido nas reuniões como autoridade e a gente percebeu que representando uma entidade era mais fácil." (Assentado)

Porém, além de justificar a manutenção da união, essa escassez generalizada de recursos entre os assentados, aliada ao fato de não terem, no início, recebido toda a terra, tornou-os dependentes e submissos às pressões dos agentes externos que os apoiavam.

"[A gente] tentava fazer um trabalho junto. Porque na época, nós, por exemplo, não tinha nada. Tinha recebido a terra e não tinha como trabalhar com a terra. A verdade era essa. Aí a gente fez um apelo às comunidades e elas começaram ajudando com alimentação, com roupa, com calçado, com ferramenta, com diversos maquinários..." (Assentado)

Então, no momento de se definir a forma de organizar a produção os assentados tiveram, de um lado, as entidades religiosas pressionando a adoção do modelo comunitário em troca de apoio.

"Tinha uma parte da igreja que trazia alguma coisa para o assentamento, mas em troca disso exigia: olha! Tem que ser assim!" (Assentado)

"Mas daí você tinha que estar prestando conta também. Tudo que você ia fazer você tinha que estar discutindo junto com as comunidades." (Assentado)

E, de outro lado, os técnicos estimulando a produção associativa e o financiamento de equipamentos, a respeito do que, um dos assentados entrevistados afirma:

"que [os técnicos] tentavam mostrar que se você estivesse em grupo, desenvolvendo um trabalho junto, você tinha mais facilidade, você tinha mais peso para conseguir alguns recursos." (Assentado)

Então, o fato das idéias virem de fora do grupo (assessores), não serem bem discutidas e alguns assentados concordarem e outros não, impediu que a decisão de se associar fosse tomada de forma amadurecida.

"A gente percebia que dentro do grupo tinha várias pessoas que não concordavam. Não é que não queriam o coletivo... eles achavam - e isso era muito forte - que tinha que partir do grupo, que não tinha que partir de pessoas de fora." (Assentado)

"Veja só, a coisa era muito tumultuada (...) no início, às vezes, a gente tomava algumas decisões que não partiam muito do grupo, não era a idéia, não era intenção do grupo às vezes... era idéia de alguns assentados, não era idéia de outros, que tinha que ser mais bem discutida pelo grupo." (Assentado)

O que podemos depreender da experiência associativa do assentamento de Sumaré I é que o fato dos assentados, pelos motivos apresentados, terem constituído a associação sem o necessário amadurecimento da proposta não impediu que, num primeiro momento, os conflitos que aparentemente ameaçavam a união emergissem, nem que posteriormente, pudessem ser superados.

2.1.3 Emergência dos conflitos

O fato dos trabalhadores terem se organizado em torno do discurso religioso durante a luta pela terra fez com que, uma vez conquistada a terra, este discurso se impusesse como dominante.

"Palavra comunitário vem de uma linguagem religiosa e eu tive experiência de algumas famílias que vivem em sociedade e que me chamou a atenção o trabalho associado entre famílias; e quando pensamos em Reforma Agrária, já pensamos na experiência daquelas famílias, em viver aqui de forma coletiva, comunitária, associativa e pensamos que ia ser muito lindo." (Assentado)

Mas, ao "eleger" a comunitária como a melhor forma de organização, não se impediu que cada assentado mantivesse consigo - embora escondido dos demais - aquilo que o grupo - ou melhor, que o discurso que o grupo reproduzia - preconizava como errado, diferente, indesejável: a vontade de decidir individualmente o que melhor lhe aprouvesse.

Um exemplo disso é o uso da terra. O trabalhador que queria trabalhar individualmente a terra, por algum tempo aceitou o trabalho coletivo que as lideranças religiosas pregavam, mesmo porque, como vimos anteriormente, eles não tinham recursos suficientes para fazer valer o que queriam.

"Durante a minha vida eu acho que toda vida eu tenho me dado bem fazer as minhas coisas sozinho, assim, no meu trabalho, no meu serviço, mas eu gosto de estar no meio da sociedade, de ser sócio com a turma toda, mas eu quero ter o meu separado dentro da sociedade. Entenda bem, a sociedade que eu gosto é de amizade, me dar bem com todos, mas em parte de serviço eu quero fazer o meu só, porque eu faço do meu jeito e me corrijo eu mesmo." (Assentado)

Então, uma vez conquistada a terra, começaram a emergir as diferenças internas do grupo e, em função destas, os conflitos.

A terra conquistada - que era o que até então os unia - passou a se inserir de forma diferenciada - e quase sempre ocultada - nos diferentes projetos de que os trabalhadores eram individualmente portadores: terra para acumular, terra para comer, terra para fazer o que gosta, etc...

Quando o conflito não era ocultado, "explodia" contra os líderes religiosos da época; um deles nos relata um desabafo de um dos assentados:

"[Havia] pessoas que não aceitavam o coletivo, comunitário (...) diziam 'eu quero a minha terra! Eu reivindiquei terra para ter o meu sítio!'" (Assentado)

Além disso, a diferenciação financeira existente entre os

assentados levou os mais carentes a se submeterem mais, ou por mais tempo, às imposições da Igreja.

"Tinha uma parte da igreja que trazia alguma coisa para o assentamento, mas em troca disso ela exigia, olha, tem que ser isso; e aí, tinha de um lado o grupo que concordava e de outro os que discordavam, em função da situação financeira que era diferenciada..." (Assentado)

Conforme um dos técnicos entrevistados, embora o grupo demonstre ser unido, isso é só aparência, uma estratégia de sobrevivência para conquistar maior espaço. Para ele

"Muitas avaliações de Sumaré são equivocadas; não é um grupo unido, é minimamente unido prá conseguir um objetivo. O processo de resistência é o silêncio." (Técnico)

Sendo assim, embora a persistência de alguns "inimigos" comuns continuassem motivando a união dos assentados - pouca terra, falta de recursos, arbitrariedade do Estado na liberação de recursos, etc... o que, de certa forma, justificava a união dos assentados na associação -, a diferenciação dos projetos individuais passou a constituir uma ameaça à "harmoniosa" ou "ideal" união do grupo.

Cada assentado, em função do que queria para a terra conquistada e do que podia fazer com a terra conquistada, passou a ver no "outro" assentado uma ameaça à realização do seu projeto, isto porque, o projeto individual de um assentado invalida o comunitário do outro e vice-versa.

Em outras palavras, se antes se uniram para enfrentar um "inimigo" externo e comum, depois, passaram a se confrontar entre si ante uma ameaça interna que cada forma de pensar diferente significava.¹⁴⁵

145. "Há quase um consenso nos estudos em torno da conclusão de que uma das únicas possibilidades de a coletivização vir a ser aceita entre os camponeses e de produzir concretamente algum resultado 'satisfatório', reside em certas condições objetivas, quando os camponeses são colocados diante de ameaças que podem por em risco a posse ou modificar as formas tradicionais de seu acesso à terra. Isto é, aparentemente, a preferência pela

A liderança religiosa no assentamento, em defesa da proposta comunitária de produção afirmava que

"o importante é manter um sinal da igreja católica aqui dentro. Nós vamos fazer a nossa proposta nem que seja apenas com duas famílias." (Assentado)

O que inflamava os que começavam a demonstrar seu descontentamento com esta proposta:

"Todo mundo vai ter que usar a mesma roupa? O mesmo sapato? O mesmo chapéu? Meu filho vai ter que fazer isso? Não! Não admito!" (Assentado)

"Eu nunca quis assim; eu sempre quis o meu!" (Assentado)

"O melhor jeito de você avançar é você estar discutindo no coletivo, você estar agrupado e não você ficar isolado. Agora prá isso, eu achava que eu não tinha que bater martelo, registrar uma associação, que ele [qualquer assentado] tinha que estar obrigado num grupo. Eu sempre pensei um pouco nessa liberdade da pessoa estar ou não estar, da pessoa ter essa livre escolha." (Assentado)

A dificuldade dos assentados conviverem com suas diferenças individuais era tão grande que um deles descreve esta experiência como sendo

"de muita dor, com pouca experiência. Cada pai de família pensava de uma forma diferente..."

"É tão difícil quando você tem hábitos de berço, cada um tem sua referência de mão-de-obra de cada família..." (Assentado)

coletivização acontece entre os camponeses e é tolerada apenas nas situações em que se apresenta como 'estratégia', mostrando-se eficaz em ocasiões nas quais se faz necessária a resistência frente a um inimigo comum, cuja superioridade exija deles (dos camponeses) uma maior cooperação, uma ação conjunta reconhecida como única possibilidade de êxito no enfrentamento. Parece ser somente nessas condições que os camponeses mostram-se dispostos a aceitar a prática do trabalho 'comunitário' em detrimento do trabalho familiar, a interdependência ao invés da autossuficiência." Ver Poker, **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. ob. cit., p. 100.

Esta situação provocou a formação de alianças entre os diferentes grupos de assentados e os assessores ¹⁴⁶ (técnicos sucessivos e religiosos). Os assessores viam nessas alianças uma forma de viabilizar seus próprios projetos, que eram contraditórios:

Sobre a ação dos religiosos um dos assentados afirma que

"chegava o padre não sei o que, dava lá um saco de arroz, mas ele achava que tinha que interferir. Chegava o outro, dava lá um meio saco de feijão, mas ele também tinha que interferir. Então isso, foi criando assim uma arrogância dentro do grupo."

E sobre o desenvolvimento do "seu" projeto no assentamento um dos técnicos afirma que

"com o grupo como um todo nunca teve problemas, eu acho que tinha muito era com o pessoal de apoio. A igreja com essa coisa de comunidade, eles queriam implantar um modelo ali (...) Estava tudo pré-definido e chocava com a forma que eu estava desenvolvendo o projeto..."
(grifo nosso)

Os assentados polarizavam os conflitos nas figuras do técnico e dos religiosos. Isto porque, como a concepção de grupo ia além da identidade para conceber-se como homogeneamente iguais, era difícil para eles aceitarem-se como distintos, diferentes e mesmo divergentes um do outro.

Por um lado, para os assentados que começavam a perceber a situação de assentamento como uma nova condição, em função da qual teriam que ocupar aquela terra e fazê-la produzir e bem, a ação da igreja - e de seus representantes dentro do assentamento - passou a ser reconhecida

146. "Na pretensão de 'conduzir' o grupo muito mais que apenas contribuir com os camponeses em sua luta, o intelectual (neste caso autointitulado 'orgânico,' porque organizador, atribuidor de 'papéis e funções' a outros), quer seja travestido de mediador, assessor ou técnico do Estado, querendo levar o grupo a ajuizar 'corretamente', arrisca-se a tornar-se elemento indesejável, ao mesmo tempo em que 'ajuizando' sobre o grupo produz facções e animosidades entre os membros, o que pode vir a dificultar encaminhamentos de novas lutas necessárias e pertinentes à própria sobrevivência do assentamento." Ver Poker, **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. ob. cit., p. 84.

como autoritária por ser impositiva e assistencialista.

"Tudo que você ia fazer você tinha que estar discutindo junto com as comunidades (...) havia sim uma discussão muito pesada, marcante na questão do coletivo, do comunitário, e tinha que ser porque tinha que ser (...) 'Tem que ser coletivo, porque tem que ser coletivo, porque a comunidade, porque não sei o que, porque é bíblico (...) vinha os padres, vinha os coordenadores de comunidades e aquela coisa foi ficando muito maçante demais, e a gente percebia que dentro do grupo tinha várias pessoas que não concordavam.'" (Assentado)

Conforme o técnico que atuava na época,

"[um dos assentados] dizia que estava cheio de comer pata de galinha e que não era para isso que [os assentados] tinham ido para a terra; quer dizer que eles estavam lá para trabalhar e não para receber doação."

Por outro lado, como estes assentados procuraram (e encontraram) no técnico que atuava na época apoio a essas críticas, os assentados mais vinculados à proposta comunitária da igreja, bem como os demais que os seguiam, passaram a considerar a intervenção deste técnico como ameaçadora à "paz e harmonia" que os preceitos religiosos vinham garantindo aos assentados, haja vista a conquista da terra.

"A gente brigava com o [técnico da época] porque ele não esclarecia prá mim e o [assentado tal] que fomos a direção do movimento que conquistou a terra, em que ponto que ele queria chegar. Ele ficava falando com outros companheiros e eles não soltavam prá gente porque achava que a gente estava com os padres e não íamos nos abrir prá proposta deles, que não íamos entender o que eles estavam propondo." (Assentado)

Como consequência deste conflito generalizado, onde cada qual sente no "outro" a ameaça à concretização do seu projeto, assentados e técnicos passam a desconfiar uns dos outros, abalando a indispensável confiança que os assentados precisam ter entre si e com os técnicos para que possam se comunicar livremente e com isso aprender.

2.1.4 A solução criada pelo grupo

Na tentativa de reverter o "caos" em que as relações se encontravam, um primeiro passo tomado pelos assentados foi no sentido de tentar aliviar as pressões que os assessores externos exerciam sobre o grupo.

Nesse sentido, mesmo enfrentando os defensores internos dos padres e dos técnicos e não podendo dispensar o apoio que ainda era necessário tanto de um como de outro, foi pedido aos assessores religiosos que respeitassem a dinâmica interna do grupo e que deixassem de interferir nas decisões do assentamento.

"Como a gente não queria que a coisa se acabasse e a gente tava vendo uma divisão entre apoio e agrônomo, a gente passou por um processo de extermínio do grupo. E como fazer? Então foi isso, se afastou todo mundo e deixou nós pensando." (Assentado)

"Então chegou a ponto de chegar para alguns companheiros e dizer, olha, simplesmente não dá para vocês interferirem, prá ver se o assentamento caminha. Tem que caminhar com a decisão. Se todos nós acharmos que é interessante, ou a maioria achar que é interessante trabalhar no coletivo, vai trabalhar no coletivo, mas se achar que não dá certo, vai ter que respeitar os companheiros do assentamento, não vai dar prá ficar respeitando os companheiros de fora (...) foi a única saída que a gente achou prá fazer com que daí Então o assentamento começasse a tomar as suas decisões. Tinha que, ou acertar ou errar, mas com as suas decisões (...) E aí Então o grupo tomou uma decisão que, o que ia prevalecer seria a discussão nossa, dos trabalhadores, e que aceitaria idéias, mas não interferência. E Então o assentamento começou todo um processo de discussão, de tentar tomar suas decisões nas assembléias." (Assentado)

Conforme entrevista com o técnico que atuava na época, houve uma grande reunião, em que ele estava presente bem como todo o pessoal do apoio, ocasião em que

"houve um reconhecimento, pelo menos foi verbalizado isso, de

que o grupo tinha capacidade - já tinha demonstrado isso em todo processo de luta - de tocar o assentamento; que precisavam de tranquilidade."

Em seguida, a despeito dos temores que a ameaça da desunião suscitava em todos - técnicos e assentados -, houve o "racha" da associação e criação dos grupos independentes de produção.

Com isso, o que se verifica é que: ao se dividirem, os assentados assumiram que tinham potencialidades e vontades diferentes uns dos outros. Com isso abriram o caminho para que cada um pudesse vir a conhecer a "diferença" do outro e a considerasse tão importante como a sua própria maneira de querer, pensar e agir.

Não desconsiderando as inúmeras contribuições que a análise mais pormenorizada deste processo de divisão da associação poderia vir a fornecer, importa-nos reter o seguinte: frente à dificuldade de se interligar dinamicamente o plano "ideal" ao "real" relatada por estes e outros técnicos e assentados ¹⁴⁷, os assentados de Sumaré I, ao se dividirem em grupos de produção independentes, demonstraram serem capazes de fazer valer sua maneira de pensar,

"Prás comunidades a coisa tinha que ser um negócio coletivo, totalmente coletivo, bonitinho, e que tinha que ser exemplo, e que prá nós exemplo era uma outra coisa. Nós poderíamos dar exemplo mesmo sem fazer com que tudo fosse junto, bonitinho, do jeito que os outros queriam. E não era isso que o grupo queria. Então a gente achava que dava muito bem para a gente dar o exemplo da maneira da gente." (Assentado)

147 A este respeito vale destacar a experiência do assentamento Vitória da União pesquisada por Regina e Marcelo onde "união e organização não aparecem como algo a ser conquistado, nem como elementos de uma estratégia de atuação. União e organização são colocadas como um dado, uma convicção. O fato de o assentamento ter tido um modelo pré-estabelecido orientando sua instalação, modelo em que união e organização eram colocadas como peças centrais, parece ter levado a que se tomasse como certeza o que, na prática, se faz e se refaz a cada embate. Além disso, um encaminhamento foi definitivo: quando de sua instalação (e isso permanece), para enfrentar o jogo de forças existentes, o assentamento adotou como tática aparecer, sobretudo para o universo externo, como unido e forte. As diferenças e divergências internas eram ignoradas e, sobretudo, negadas. Criaram-se, assim, as condições para que algo que ainda estava a ser construído já fosse apresentado como real. A consequência previsível: união e organização perderam vinculação com a realidade do assentamento." Ver Regina ROCHA & Marcelo APEL. Onde estão os nossos sonhos? um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. ob. cit., p. 75.

Mesmo que a maneira de pensar dos assentados contrariasse a do técnico.

"E eu cheguei justamente nesta fase onde eles tavam discutindo, um grupo querendo se desligar da associação que existia. E no princípio, quando eu cheguei, eu não conseguia entender direito porque que tava tendo tanta briga. Inclusive, eu fiquei chateado e a minha intervenção, eu lembro, lá nas assembléias, era de forçar a barra prá superar as divergências que existiam entre eles, para ter um jogo claro, um espírito de crítica e autocrítica, já que todos eram trabalhadores, todos vinham da mesma luta. Eu não me conformava com eles não serem capazes de superar essas dificuldades e não manterem a unidade. Mas, toda a minha atuação lá, nesse sentido, não foi suficiente prá que eles reconsiderassem essa disposição de um grupo sair da associação, e acabou saindo mesmo." (Técnico)

E assim puderam experimentar a condição de sujeitos, de assumirem-se como indivíduos, separados, preparando-se então, para se unirem em torno do que realmente tinham em comum.

"Acho que não mudou muita coisa mesmo, você veja, tem duas associações, mas dentro da nossa associação não somos todas as coisas em coletivo, nós temos coisas que são individuais e coisas que são em grupo; em se tratando de grupo é quase que a mesma coisa." (Assentado)

"Nós estamos separados e não estamos... a gente troca óleo, hora de serviço, empresta qualquer coisa... com uma condição: estragou paga; tem que devolver consertada, e o mesmo para nós; acho que esse relacionamento tem vindo muito bem até agora". (Assentado)

"Muita coisa é junta; a farinheira que eles montaram, tem gente da nossa associação e da associação deles, já foi feito o projeto junto (...) as coisas para fora do assentamento são junto mesmo." (Assentado)

"Nós temos o nosso maquinário e eles o deles, mas tem coisa que a gente se junta para reunir as forças." (Assentado)

Os assentados criaram assim condições mais propícias ao estabelecimento de relações mais democráticas entre si.

"Parece até que foi bom. Não por eles (assentados que

constituíram um grupo de produção independente da associação) não terem ficado do nosso lado; mas bom porque ficou mais fácil para eles se entenderem, porque ficou um grupo menor e nós também. Como tinha as coordenações de grupo, eu me sentia até bem naquelas reuniõezinhas de grupo com os coordenadores, nós éramos só 8. Quando ia para assembléia era aquele monte de gente, você talvez ficasse mais tímido do que já era; e um fala daqui, outro fala dali; acho que ficou até melhor". (Assentado)

Esta maior "clareza" ou "transparência" facilitou também a comunicação entre assentados e técnicos, tornando ambos mais aptos a ensinar e aprender, pois, conforme o relato do técnico que atuava no assentamento na época da divisão da associação, os assentados puderam ser, além de educandos, também educadores.

"Mas daí, eu vi que foi um processo muito rico, que no fundo, eles não estavam querendo dividir, eles estavam querendo justamente separar prá possibilitar uma maior eficiência, quer dizer, eu aprendi com eles que tem horas que a divisão caminha prá união. Nem toda divisão é uma separação. Então deu prá entender, perceber isso com eles. Então com isso, os assuntos secundários foram superados, porque cada um passou a ter autonomia na sua organização, nas decisões de como produzir, de como administrar os bens, as máquinas, porque, cada grupo ficou com uma parte das máquinas que a associação tinha. E, de certa forma, houve até uma competição sadia, de cada grupo tentando mostrar que conseguia ser mais eficiente que o outro. E, aos poucos, as rixas pessoais, as disputas de liderança foram sendo esquecidas, ao ponto de hoje, haver um entendimento muito bom entre as principais lideranças que racharam." (Técnico)

2.1.5 Discussão e ampliação do exemplo

Retomando o exemplo da associação, ressaltamos primeiramente a "pressão" exercida pelos técnicos que atuavam no assentamento na época - embora outros agentes externos não contemplados neste estudo também tenham exercido essa pressão - para que o modelo de produção associativa fosse adotado pelos assentados.

Entre os motivos que os teriam levado a proceder desta maneira, destacamos a vontade resoluta de transformar politicamente a sociedade.

Ao considerarem a forma como a sociedade de classes está instituída como sustentação da injusta exploração das "massas", os técnicos "militantes" definem como "seu" projeto, o de transformá-la. Para tanto, querem fazer do assentamento - enquanto fruto de uma conjuntura democrática, oportunidade quase que única de promover essa transformação - germe difusor de seus projetos políticos.¹⁴⁸

Mas, para que o assentamento possa desempenhar esse papel com sucesso é imprescindível "acertar", o que leva os técnicos a se adiantarem aos assentados em defesa, por exemplo, de uma forma de organizar a produção - a associativa - que, conforme os argumentos teóricos, mais seguramente possibilitaria atingir esse objetivo.

"Toda a discussão final sobre a implantação de qualquer modelo ia ser discutida e aceita pelos trabalhadores. Então, é claro, havia uma certa elaboração teórica através de modelos já conhecidos, mas depois era discutido pelos trabalhadores." (Técnico)

Nesse sentido, uma das evidências dessa "pressão" é o fato dos técnicos terem não só usado, mas também "abusado" dos argumentos teóricos para sobrepôr "suas" idéias comprovadas cientificamente à aparente "fragilidade" e "inconsistência" dos diversos projetos dos assentados.

Além disso, como a conjuntura democrática da época podia a qualquer momento deixar de ser favorável à política de assentamentos, os assentados foram levados a apressar as tomadas de decisão no sentido de consolidar o assentamento o quanto antes.

Nessa "corrida contra o tempo", os técnicos tentaram cooptar

¹⁴⁸ Poker sugere que os técnicos precisam mais dos assentados do que o contrário, isto porque, por não poderem transformar a sociedade sozinhos, "necessitam de arregimentar 'parceiros' em outras classes para concretizar seus projetos políticos." Ver POKER, *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 126.

assentados - de preferência lideranças -, para que estes engrossassem o coro em defesa de seus projetos.

E os assentados, cujos projetos eram contemplados pelo discurso do técnico, faziam o mesmo: buscavam na aliança com o técnico, força para fazer passar suas idéias.

Cabe salientar que, um dos instrumentos largamente utilizado para apressar as tomadas de decisão no assentamento foi o voto que, apesar de consagrado como democrático, foi utilizado de forma arbitrária frente à diversidade de interesses em jogo.¹⁴⁹

"Os que impunham suas idéias iam logo para o canal da votação. Nós brigávamos 'vocês estão estuprando o grupo, acabando com o grupo!' Saía muita briga..." (Assentado)

"Às vezes 10-12 quer e 5 não quer; é onde a maioria ganha e quem não quer fica daquele jeito mesmo..." (Assentado)

Ampliando a discussão para além do exemplo da associação, como parte desta postura autoritária de se pressionar as tomadas de decisão em busca de resultados positivos, alguns técnicos consideraram suficientemente "democrático" o fato de abrirem sua proposta à discussão.

"Eu procurava nunca chegar sem uma proposta técnica, pensada, adaptada à realidade do grupo; ela era discutida, mudada, o grupo tinha autonomia; a decisão era deles." (Técnico)

Mas, o que podemos depreender da análise das entrevistas é que "consultar" os assentados não é por si só "democrático". Mais importante que discutir a proposta do técnico para resolver um determinado problema é

149. Com base no estudo do assentamento Vitória da União Poker afirma a esse respeito que "a instituição das assembleias como instâncias deliberativas e das comissões como instrumento de cooperação e divisão do trabalho por si só não são suficientes para garantir a participação plena dos trabalhadores nas decisões que envolvam o grupo (...) Apesar do caráter eminentemente 'democrático' que estes instrumentos sugerem, ainda sobra espaço para a existência de práticas autoritárias. É o que revela o cotidiano" Ver Poker, *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. ob. cit., p. 99.

discutir o problema que estão enfrentando para que através da construção da solução, os assentados possam, além de resolver aquele determinado problema, capacitarem-se para a resolução de novos problemas e a gestão mais ampla dos seus interesses.

Neste sentido, os assentados consideram importante o técnico trazer "propostas" ao assentamento, desde que ele não esteja comprometido com a adoção destas propostas e sim apenas em contribuir com o processo de discussão.

"Eu acho que [o técnico] deve lançar as idéias, que podem ou não ser aceitas." (Assentado)

Mas a questão da exiguidade do tempo e necessidade de acertar apontadas anteriormente para as tomadas de decisão se chocam com a noção de processo enquanto transformação, sucessão de mudanças que, independentemente de serem consideradas "certas" ou "erradas", necessitam de tempo para amadurecer.

Da parte dos assentados, esta "pressão" lhes provocava receio de serem rejeitados por aquilo que divergiam do discurso dominante no assentamento. Então se fechavam, se retraíam, ocultando e protegendo o que realmente pensavam e sentiam. Ao "silenciarem" nos debates, os assentados estavam apenas aparentemente facilitando a tomada de decisão, mas internamente, ao não reconhecerem seus valores contemplados nos projetos vencedores, sentiam-se cada vez mais "excluídos".

"Aquele povo discutindo, falando, e a gente ali no meio, quietinho e às vezes tem companheiro querendo que a idéia dele passe na votação; e a gente ali ouvindo, querendo falar, com medo, com vergonha; às vezes a gente quer falar uma coisa que não está achando certo... o cara está lá insistindo, fazendo a maioria apostar naquilo; e às vezes você ficava quietinho e passava; você se sentia obrigado, mas fazer o que? você não debateu..." (Assentado)

Também as "alianças" que os técnicos estabelecem com alguns assentados, por um lado estreitam laços e potencializam interesses e, por outro lado, promovem o isolamento e a exclusão de tantos outros e, conseqüentemente, resistência à comunicação, uma vez que compromete a confiança necessária à transparência nas relações.

Por último, ressaltamos que essa "pressão" exercida pelos técnicos desconsidera a capacidade dos assentados serem sujeitos do seu próprio processo de transformação, o que reduz os assentados à condição de "objeto", reproduzindo assim as "condenadas" relações autoritárias de dominação.

Essa desconfiança na capacidade dos assentados serem sujeitos do seu próprio processo aparece também numa outra forma de "pressão", que apesar de ser mais sutil - portanto mais difícil de ser identificada e combatida -, não é menos autoritária: o paternalismo.¹⁵⁰

Da parte dos técnicos, as ações ou atitudes paternalistas podem ser compreendidas no contexto da militância de esquerda, em função do que eles teriam se aliado aos assentados enquanto "oprimidos", e depois, na situação de assentamento, tenderiam a permanecer considerando-os como "oprimidos", ou seja, a reproduzir com os assentados relações autoritárias de dominação.

Da parte dos assentados, a demanda de ações paternalistas está

150 A esse respeito, a Profa. Maria Conceição D'Incao utilizou o termo "maternalismo" para dar a ênfase que considera necessária à maneira como percebe até onde pode chegar o paternalismo dos técnicos para com os assentados por ela pesquisados. Conforme palestra da mesma já citada anteriormente.

Em seu estudo de caso no assentamento de Porto Feliz-SP, a pesquisadora observou que a "mediação dos técnicos na demanda dos trabalhadores em relação ao Estado é geradora de dificuldades. Porque recria nestes os comportamentos baseados nos laços de favor a que estiveram historicamente submetidos. O aprendizado da participação e das negociações políticas experimentado por ocasião do movimento de luta pela terra, não encontrando o necessário reforço, tende a ceder lugar às antigas práticas baseadas nas relações estritamente pessoais. E ao direito conquistado do acesso à terra se sucede uma série de demandas percebidas como favor a ser concedido pelo representante do poder instituído, o técnico." Ver Maria Conceição D'INCAO. "Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal" Redação preliminar para discussão interna, UNICAMP-FEAGRI, junho de 1992, p. 8.

embutida, ou mesmo escondida, na demanda de "companheirismo".

Para os assentados, o técnico "companheiro" é aquele que além de "ensinar técnicas", se posiciona como aliado na busca de solução para os seus problemas.

"Além da experiência técnica [o técnico] tem que buscar alternativa para que o agricultor de pequeno porte como o sem-terra que, não tem espaço nenhum na comercialização, possa produzir e comercializar." (Assentado)

Além disso, os assentados buscam no técnico o conhecimento de sua história, a identificação com suas idéias e em função disto, o compromisso com suas lutas. Então, para um dos assentados entrevistados, o técnico se transforma em companheiro

"quando [o técnico] acredita na luta como forma de aceitar a gente (...), quando ele acredita na reforma agrária, na organização de povo, de massa..." (Assentado)

Mais especificamente, os assentados querem que, sem falsa neutralidade, os técnicos se posicionem em favor dos assentados nas negociações políticas.

"Diante das necessidades do assentamento, quando [o técnico] se identifica (...), a gente vai para uma mesa de negociação e fica mais fácil; e quando o técnico se esconde, porque tem medo da cabeça dele rolar, porque ele está reivindicando demais junto com o assentamento, então a discussão fica mais fácil do pessoal lá de cima driblar a gente." (Assentado)

Mais que "comprometido ideologicamente", os assentados querem que o técnico seja seu "companheiro", enquanto pessoa que se conhece e por isso se confia. Daí os assentados explicitarem que o técnico deve, ao chegar no assentamento, apresentar-se por inteiro, tornar-se "transparente" aos assentados.

"A primeira coisa que um engenheiro agrônomo tem que fazer é

chegar e expor o que ele é, o que ele quer no assentamento, prá poder ele se sentir amigo do povo e o povo se dizer amigo do cara (...) Isto gera um gesto de confiança de que é capaz de a gente fazer um trabalho em conjunto." (Assentado)

E o técnico que compartilhar de seus sonhos e lutas será merecedor de confiança e "afetos".

"[Um companheiro é] uma pessoa de confiança; uma pessoa que a gente pode sentar, comer e dormir junto, trabalhar junto." (Assentado)

Tais "afetos" sugerem a demanda de relações pessoais e não só com o grupo. Ao que parece, os assentados querem ser reconhecidos individualmente pelo técnico.

"[O técnico] também pode ser um companheiro desde que ele passe na casa da gente prá cumprimentar; se a gente tem algum problema ele vem saber se ele pode ajudar em alguma coisa; ele fazendo isso ele também passa a ser um companheiro e a gente passa a ter mais confiança nele, ter aquela amizade com ele; então eu acho importante isso aí; não só ele ir lá na reunião, falar e ir embora, desde que ele passe a conviver mais com a gente, passar aqui, tomar um café, bater um papo." (Assentado)

Mas a outra face deste mesmo "companheirismo" se revela na demanda de paternalismo, uma vez que os assentados, em alguma medida, continuam sentindo-se "oprimidos", incapazes de construir soluções para seus problemas e, portanto, dependentes dos técnicos. Então as questões técnicas-econômicas se misturam à afetividade dos "favores" individuais e comprometem a necessária criticidade que os técnicos e assentados devem manter a respeito de suas relações no conjunto do assentamento.

"[A técnica ¹⁵¹] era boazinha, pelo menos para mim. Eu falava as coisas com ela e ela via tudo certinho, negócio de adubo, de financiamento, da Caixa. Depois teve uma confusão aqui e não sei porque tiraram a mulher." (Assentado)

151 Refere-se à única técnica (assistente social) que, tendo trabalhado no assentamento, foi contactada mas não nos concedeu entrevista, o que não impediu que utilizássemos algumas

O assentado espera que o técnico seja tão seu amigo a ponto de encobrir seus erros, como por exemplo, nos casos em que os assentados contraem financiamento, deixam de cumprir as obrigações técnicas vigentes no contrato e querem que o técnico compactue com a infração.¹⁵²

Conforme um dos técnicos entrevistados, alguns assentados são tão dependentes que permanecem em "estado de petição" sem conseguir construir um caminho para solucionar seus problemas.

"Não tem problema pedir dinheiro; vamos fazer um projetinho e vamos atrás; mas que esse projetinho esteja dentro de um plano que eles têm. Você pegava determinados grupos ali que estavam indo prá cá, depois estavam indo prá lá, ao sabor de algum recurso que viesse. Esse não está se fixando a nada e se você fosse fazer uma série histórica da sua evolução você via que eles estavam numa série descendente, que eles vinham resolvendo só questões imediatas." (Técnico)

Esta confusão que se estabelece entre os vários papéis atribuídos ao "companheiro" pode dificultar que o técnico veja os assentados como sujeitos, capazes. Impossibilitado de estabelecer com clareza os limites da relação profissional, o técnico tende a ser paternalista "ajudando" os assentados, prestando favores.

"Se a gente precisa ir para São Paulo [o técnico] vem pegar a gente aqui e leva lá; tem vez que ele traz." (Assentado)

Conforme um dos assentados entrevistados, o técnico tende a fazer pelo assentado aquilo que ele poderia e deveria fazer por si mesmo.

"Depois chegou o [técnico tal] e todo mundo deixou ele encaminhar os problemas; é o [técnico tal] que mais faz reunião. De um lado é ruim porque o povo está deixando com que uma pessoa agrônoma vá lá e faça a reunião, buzone, chame, quer dizer, ele está dizendo que não está

referências feitas a ela pelos entrevistados.

152 Exemplo citado pela Profa. Maria Conceição D'Incao. em "Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal". redação preliminar para discussão interna, UNICAMP - FEAGRI, junho de 1992, p. 18.

mais acreditando no próprio companheiro, tem que ser o agrônomo; pelo que a gente vê é isso e é muito ruim (...) e o pessoal acostumou, o povo se sossegou (...) Sempre foi eu, o [assentado tal] ou o [assentado tal]; então diferenciou muito do que nós tínhamos antes. Isso foi o costume dado por alguém, e esse alguém quis que fosse assim." (Assentado)

Desta forma, por não conseguir vê-los como sujeitos, capazes, os técnicos muitas vezes assumem o "papel principal" desse processo.

"[O técnico] por conhecer a vida que [os assentados] levam, vai se sentindo responsável por procurar uma tentativa de achar uma solução para progredir..." (Técnico)

Dessa identificação e compromisso dos técnicos com a luta dos assentados decorre também o estabelecimento de laços afetivos.

"Afetividade é muito forte (...) por estar todo mundo no mesmo barco, então todo mundo precisa se ajudar" (Técnico)

"Amizade grande com alguns deles; todos eles acabaram me tocando aqui no coração; são pessoas importantes na minha vida..." (Técnico)

"[Companheiro] é um amigo, sempre pronto para servir a gente e a gente ao mesmo tempo pronto para servir ele." (Assentado)

Afetividade esta que freqüentemente confunde os limites da relação.

"Não consigo separar minha vida pessoal do trabalho até hoje" (Técnico)

"[O técnico] é uma pessoa que toma café com a gente. Um dia eu falei que ele precisava dormir aqui, apesar de que ele já faz isso; ele come aqui com a gente, toma café aqui com a gente, anda nas roças, vai nas lutas com a gente; está cem por cento com a gente. Ele é um sem-terra como nós, que defende a nossa causa." (Assentado)

Ao tomar para si as dores dos assentados, os técnicos se confundem com os assentados, se perdem entre seus problemas, assumem

suas responsabilidades, comprometendo assim seu desempenho profissional.¹⁵³

Desta forma temos por vezes - a despeito da proposição de serem democráticos -, de um lado, os assentados demandando ações paternalistas, e, por outro lado, os técnicos assumindo a condução do processo (que deveria ser) dos assentados, reproduzindo pois, relações autoritárias entre si.¹⁵⁴

"Cultura e experiências deles faziam com que não assimilassem certas propostas; por exemplo, eles sabem das vantagens do comércio coletivo, mas se alguém não ficar em cima, não sai..." (Técnico)

Talvez, mais difícil para os assentados que reconhecer a opressão no Governo ou no fazendeiro quando eram sem-terra, tenha sido reconhecer, enfrentar e se libertar da opressão do técnico, em quem se buscava encontrar o "companheiro"¹⁵⁵, isto porque, via de regra, técnicos e assentados se identificam politicamente e, não raro, estabelecem laços afetivos que dificultam o desvelamento dos aspectos autoritários de suas relações.

Mesmo considerando que os técnicos tenham, como no exemplo citado da associação, por vezes considerado os assentados como "objetos", a

153 A este respeito, uma das assessoras do assentamento Vitória da União entrevistada por Regina e Marcelo afirma: "Um problema que eu via como dificuldade também na atuação das assessorias era um envolvimento muito grande, político e emocional, com o trabalho. Isso, às vezes impedia que a pessoa exercesse uma atividade mais intensa dentro do processo, que pudesse contribuir um pouco mais como assessoria. No fim, o assessor virava um assentado também, enrolado dentro do processo todo que estava acontecendo. Porque também tinha o mesmo sonho, a mesma proposta e arcava com a mesma responsabilidade de construir o socialismo a partir do assentamento (rindo)." (Bia) Ver Regina ROCHA & Marcelo APEL. Onde estão os nossos sonhos? um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. ob. cit., p. 50.

154 Como afirma POKER, "a ação 'dirigista' do intelectual recria, em escala menor, as mesmas relações autoritárias e verticais que envolvem dominantes e dominados na sociedade envolvente." Ver POKER **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. ob. cit., p. 129.

155 "Em relação aos seus 'aliados'", ou companheiros, POKER afirma que "para os camponeses 'sem terra', a 'libertação' não acontece de fato quando conquistam a terra. A eles, a 'libertação' parece somente acontecer verdadeiramente quando conseguem se livrar dos mediadores e assessores com seus projetos, religiosos, políticos ou estatais, e construir o assentamento conforme as próprias idealizações." Ver POKER **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. ob. cit., p. 389.

análise das entrevistas (tanto dos técnicos como dos assentados) nos permite evidenciar que a dificuldade em estabelecer limites aos aliados (técnicos ou padres) não impediu o movimento dos assentados no sentido de imporem limites às relações tanto com os técnicos como com os demais assentados, bem como de tomarem as rédeas dos acontecimentos (ou discussões), rumo à construção da autonomia de seus projetos.

Ampliando a reflexão para além do exemplo da associação, apreendemos das entrevistas outros momentos em que os assentados foram experimentando mais e mais a condição de sujeito, e com isso, foram gradativamente conquistando maior confiança em sua capacidade de participar ativamente do seu próprio processo de transformação.

"No começo eu era meio tímido prá falar qualquer coisa, hoje ainda sou muito tímido mas já melhorei muitas vezes; numa reunião que a gente está discutindo alguma coisa, se a gente não concorda, mesmo que seja prá desabafar, a gente fala que não concordou com aquilo, qualquer coisa que está sendo aprovada e a gente não quer daquele jeito..." (Assentado)

"No começo era mais difícil, hoje ainda é difícil, mas no começo se sentia muito sufocado nas reuniões. Às vezes tinha vontade de falar alguma coisa ou então pelo menos perguntar alguma coisa e a gente tem vergonha, medo... Com o tempo vai acostumando mais, conversando com as pessoas, acostumando com o engenheiro, perdendo um pouco daquela timidez que eu tinha; numa reunião você pergunta uma coisinha pequenininha, na outra faz duas perguntinhas. Às vezes o cara fala com você, e você já responde; não chegar numa reunião e comandar, dirigir, mas perguntar alguma coisa que tem dúvida..." (Assentado)

Sobre o fato do técnico assumir o papel principal na condução do processo dos assentados, um dos assentados afirma que

"É o povo que tem que perceber que [o técnico] é o engenheiro agrônomo, que futuramente vai embora e o assentamento continua; que é nós que temos que fazer [as reuniões], que se preocupar com nossas causas, porque ele está aqui, está contribuindo como agrônomo, mas pode ser mudado. E se chega outro mais difícil da gente se entender aí complica. É o povo que tem que ver isso." (Assentado)

Também encontramos nas entrevistas técnicos particularmente comprometidos com a construção da autonomia dos assentados.

"Eu tinha consciência que o nosso trabalho era pedagógico, de que eles adquirissem confiança para andar com as próprias pernas, não ficar dependendo muito da gente, saber se virar (...) tanto que nas visitas ao Agrônomo eu tinha sempre a preocupação de levar alguém junto; se eu ia discutir crédito rural na Caixa eu tinha que ter alguém do grupo junto para eles aprenderem o caminho das pedras, porque quando eu não estiver mais lá..." (Técnico)

Para tanto, os técnicos reconhecem e valorizam quando os assentados assumem o papel de sujeitos.

Um exemplo disso é a referência que um técnico faz à maneira como os assentados conduziam as discussões, as reuniões.

"Todo mundo falava [o que queria do técnico], dava algumas dicas; era um grupo acostumado a falar, a brigar, não ia aceitar qualquer coisa goela abaixo." (Técnico)

"Quando [os assentados] vinham para a reunião já tinham muita coisa na cabeça para discutir; não vinham só para perguntar e ficar ouvindo." (Técnico)

Num outro exemplo é destacada a maneira como o assentado conduz a negociação da produção.

"[Os assentados] produziram feijão, estão vendendo e pagando as contas. Um dia eu chego, está tendo uma reunião (...) a questão da venda do feijão, por que haviam vendido para o primeiro atacadista e não levado na porta das comunidades prá fazer aquela ligação. E a resposta do [fulano] foi fundamental: 'a gente já está dando um duro danado aqui prá se organizar prá produzir. Agora, não dá prá gente sair daqui e organizar as pessoas para comprar nosso feijão. Nós temos conta prá pagar, juros no banco. Agora se vocês organizarem o grupo de compra antes da gente plantar, a gente pode dar uma previsão...' Foi uma demonstração de maturidade deles enquanto produtor rural e não enquanto uma pessoa que está vivendo de esmola da igreja" (Técnico)

Quando os assentados discordam do técnico, esta "desobediência"

dos assentados não deve ser avaliada nem como "fracasso" dos assentados, nem como "erro metodológico" dos técnicos.¹⁵⁶

Para um dos técnicos entrevistados, quando os assentados tomam uma decisão contrária a sua orientação, ele propõe uma

"Análise crítica dos acontecimentos; aproveitar essas coisas como motivo de crescimento do grupo." (Técnico)

"Tenho alguns princípios que me ajudam nessas ocasiões [de divergência]: quando, depois de toda discussão, o grupo decide contrário a minha posição, ela tem que ser respeitada, porque nem sempre a minha pode ser certa. Exemplo disso é a divisão do grupo. No nível do sentimento a gente fica meio frustrado por eles não terem percebido... mas tem que ter muita paciência, nem tudo é irremediável, mesmo a opção por um caminho que não seja o melhor, depois pode ser retomado e quando é retomado de uma forma consciente é um avanço muito grande. Isso me ajuda ter paciência." (Técnico)

E o técnico pode então chegar à conclusão que

"O que o grupo decidiu foi o melhor para aquele grupo..." (Técnico)

Um exemplo em particular nos mostra que, o técnico empenhado em democratizar suas relações com os assentados precisa estar muito atento, cuidadoso e crítico quanto ao processo de construção dos assentados enquanto sujeitos.

Na época em que acompanhávamos diariamente as atividades do técnico no assentamento, houve um dia em que ele devia comparecer em duas assembléias, uma em cada assentamento ¹⁵⁷, para tratar do mesmo assunto: recurso do PROCERA que já havia sido concedido, mas que, a demora na liberação sem correção da inflação impediria a realização dos projetos e implicaria em grandes prejuízos para os assentados. O que fazer?

156 Id., *ibid.*, p. 391.

157 O mesmo técnico prestava assistência aos assentamentos Sumaré I e II, que são vizinhos.

No primeiro assentamento houve intenso debate, oportunidade em que já foi possível observar que o técnico não se adiantou aos assentados com nenhuma proposta e que estava bastante empenhado em que os assentados construíssem uma solução. Os assentados definiram uma estratégia de ação que incluía nomes, local, data etc...

Em seguida, rumamos com o técnico para a assembléia do assentamento vizinho, que se propunha a tratar do mesmo assunto. Qual não foi nossa surpresa quando o técnico nem comentou que tinha estado discutindo aquele mesmo assunto até há pouco. E a discussão começou do começo. Ficou então evidente que, o técnico estava mais preocupado com o processo de construção da solução do que com especificamente aquela decisão que estava sendo tomada.

Um outro aspecto do processo de constituição de sujeitos, abordado por um dos técnicos entrevistados, diz respeito ao aprendizado dos limites entre os direitos e deveres de cada na relação. Por exemplo, o direito de estar na terra implica no dever de trabalhá-la.

"Aconteceu, enquanto estive [no assentamento], que uma pessoa não carpia, largava o lote abandonado e eu tive uma postura enquanto funcionário público, buscando o apoio do grupo - que afinal, em última instância quem decidiu foi o grupo -, mas a minha postura era de que aquele cara tinha que sair do assentamento. Isso é terra pública, é dada para produzir (...) você não pode largar essa terra aí no meio do mato." (Técnico)

Outro exemplo é a questão do crédito. Cabe ao técnico deixar claras as exigências do crédito, e ao assentado que contrai o crédito, cumprir com as obrigações assumidas. A respeito de sua experiência num outro assentamento o técnico conta que os assentados de lá

"não quiseram usar o adubo químico, quiseram usar esterco no café. Mas se não produzisse bem, o agrônomo não poderia ser acusado de não ter orientado corretamente, e o dinheiro do PROCERA teria que ser devolvido normalmente porque o dinheiro do crédito incluía compra de

adubo." (Técnico)

"Querendo ou não, quando chegamos lá, nós somos autoridade; nós somos funcionários do Estado, que é o dono daquelas terras; em última instância eles estão na terra do Estado (...) Tem hora que você tem que usar essa própria questão da autoridade como uma coisa meio tem que ser assim, que é a lei, que é o Estado, que é do Governo (...) Queira ou não você está embutido de uma autoridade pública; você tem que ter responsabilidades sociais as quais você não pode se furtar. Aí eu vejo muitos técnicos vacilarem nesse momento, os caras se envolvem por demais com o micro, com o grupo em si e perdem um pouco essa dimensão do público..." (Técnico)

É claro que algumas exigências do crédito podem ser interpretadas como coercitivas em favor de um modelo de produção, até mesmo injustas, uma vez que não incluem a necessidade de consumo da família. Mas quem assume um compromisso deve cumpri-lo. O que não impede de se discutir a adequação destas linhas de crédito e mesmo se organizar e lutar para que seus interesses sejam nelas contemplados.

No processo de amadurecimento, o técnico pode descobrir que apesar dos problemas do assentamento demandarem soluções (aparentemente) urgentes, ele não deve se antecipar aos assentados com respostas, mesmo que "corretas". Para melhor aprenderem a tomar decisões, os assentados precisam contar com disponibilidade de tempo e possibilidade de errar.

"No início era paternalista, até certo ponto; com o tempo, fui fazendo o pessoal assumir as atitudes deles; se o grupo não se dispunha a se organizar melhor eu desistia para q eles mais tarde percebessem a necessidade ou não daquilo. No começo eu ficava muito ansioso. Fui conhecendo limitações deles que não adiantava esperar evolução muito rápida."

"[O técnico] dava palpite, dava idéias; quando via que não ia, ficava quieto e deixava o pau comer. Sempre ele tentava ajudar as discussões, principalmente nas épocas de plantio, ele falava vamos fazer isso e o pessoal falava 'não, eu não quero' (...) e se não dava certo ele ficava quieto e o pessoal que decidia. Sempre o pessoal que decidiu." (Assentado)

A análise das entrevistas nos permite supor que somente se o técnico deixar de perseguir um "ideal" traçado para o assentamento conseguirá melhor se relacionar com os movimentos, as contradições, as aparentes incompreensões do "real"; e poderá então não só ensinar, mas também aprender com os assentados.

"Aprende[mos] com cada trabalho, com eles foi compreender a lógica camponesa; também a questão do Estado, de como um grupo fazer pressão nas brechas do Estado." (Técnico)

"Não adianta ter um ideal técnico de produção enquanto você não compreende a lógica dos camponeses (...) não impor modelos..." (Técnico)

"Uma grande bobagem tanta polêmica em torno disso [coletivização]. O que os assentados mostraram é que você pode coletivizar determinados processos na agricultura e outros não, sendo que isso depende muito da própria dinâmica do grupo, das condições que estão sendo dadas ou não." (Técnico)

A análise da experiência de Sumaré I aponta para a possibilidade de, por um lado, os assentados, vez por outra, perceberem criticamente quando um técnico adota uma postura autoritária e, diante disso, adotarem uma postura ativa no sentido de "ensinar" a esse técnico os limites a serem respeitados naquela relação; e, por outro lado, os técnicos irem "aprendendo" a confiar na capacidade dos assentados de tomarem suas próprias decisões, bem como de adiá-las, deixar de tomá-las e arcar com as responsabilidades dos seus atos.

E é mais especificamente da questão do conhecimento, enquanto principal mediadora da relação educativa entre técnicos e assentados, que nos ocuparemos a seguir.

2.2 A questão do conhecimento

Genericamente, os técnicos e assentados entrevistados reconhecem a validade do conhecimento tecnológico, a necessidade de avançar tecnicamente, não existindo portanto, rejeição à tecnologia em si.

"O que vier para melhorar a vida deles eles querem; o que vier facilitar... não só do ponto de vista econômico, mas também social, cultural... se tiver como tirar o sujeito daquela vida bruta no arado com cavalo e colocar ele confortavelmente sentado num trator eles querem; essa resistência à tecnologia não existe; existe resistência a uma tecnologia moderna se ele pensar que vai sair mais do que entrar, aí não aceitam mesmo." (Técnico)

"Até agora só plantamos essas lavouras que a gente está acostumado a plantar. Acho que tem que mudar, tem que fazer irrigação; só essas lavouras não dão grande coisa." (Assentado)

Mas, essa transformação tecnológica pretendida por ambos pode se dar basicamente de duas maneiras: pela modernização, enquanto substituição mecânica do saber empírico pelo conhecimento científico, ou pelo desenvolvimento, enquanto problematização do saber empírico à luz do conhecimento científico.¹⁵⁸

2.2.1 Modernização

Apesar de, como vimos anteriormente, técnicos e assentados desejarem transformar tecnicamente o processo produtivo no assentamento,

158. Cabe esclarecer que neste estudo estamos considerando que a diferença entre modernização e desenvolvimento se encontra no fato da decisão de transformar o padrão tecnológico do agricultor ser tomada "fora" do elemento que se transforma - por exemplo pelo técnico, caracterizando um processo de modernização - ou pelo próprio elemento que se transforma - pelo agricultor, caracterizando um processo de desenvolvimento. A este respeito ver o Capítulo IV.

nem sempre os assentados participam ativamente - como sujeitos - desta sua transformação, o que a caracteriza como processo de modernização.

Mas, se tanto os técnicos como os assentados entrevistados, de forma geral, demonstram-se conhecedores da necessidade de construir a autonomia dos assentados - "aprender a andar com as próprias pernas" -, o que os teria levado a, em algumas circunstâncias, "modernizarem" mais que "desenvolverem"?

Um primeiro aspecto a ser analisado é o preconceito (mais presente nas entrevistas com técnicos do que com assentados) quanto à inferioridade do saber camponês, ou seja, o fato do saber camponês ser concebido como incapaz de construir soluções satisfatórias para os problemas dos agricultores.

"Se o povo fosse tão sábio não tinha eleito quem elegeu..."
(Técnico)

Neste caso, responsabiliza-se este "saber inferior" pelas dificuldades pelas quais vêm passando os agricultores (expropriação, exclusão, etc...)

"Saber camponês, saber popular... se o povo fosse tão sabido não estaria tão fudido como está." (Técnico)

Quando um técnico ou assentado considera o saber empírico dos assentados inferior ou menos importante que o conhecimento científico dos técnicos, julga os assentados incapazes ou menos capazes de decidir (tecnicamente) o que melhor lhes convém.

"Se dependesse somente deles, sem agrônomo lá, tenho certeza que eles entrariam com cultura até nas minas d'água." (Técnico)

O que vale ressaltar aqui é que, supondo que este técnico tenha

se empenhado bastante em conseguir que as minas d'água fossem protegidas, coube a ele a decisão, a responsabilidade e o mérito de ter protegido as minas d'água. É possível pois deduzir que, pelo menos neste caso, a defesa de uma idéia considerada correta se superpôs ao (propalado) compromisso deste técnico com o processo de construção dos sujeitos-cidadãos. O que os assentados poderiam ter aprendido com este exemplo? No máximo, proteger as minas d'água, mas não enfrentar problemas, construir soluções e se sentirem por isso, capazes de serem sujeitos.¹⁵⁹

O outro lado da mesma "moeda" é o fato de alguns técnicos se considerarem - e serem considerados - como portadores da solução dos problemas dos assentados.

"Eu era um profissional lá, sendo pago pelo Estado para atuar no melhor sentido." (Técnico)

"Sob o aspecto técnico, o legal é se fazer o planejamento por cultura porque você tem características de solo e relevo que você pode dimensionar melhor... e outra coisa era a racionalização do uso de máquinas, economia de combustível, deprecia menos a máquina. Minha opinião era que se coletivizasse tudo você passaria a ter maior controle sobre o processo de trabalho. Além disso, outros fatores que dizem respeito mais ao controle de recursos, parte mais administrativa, econômica... enfim, eu descrevi o modelo coletivo..." (Técnico)

Quando os assentados acreditam nesta "superioridade" do técnico, tendem a obedecer suas orientações.

"Muitos [técnicos] mandaram pôr o adubo no risco do café. O que eu acho que está errado é ele mandar fazer conforme mandou e [o

159. Segundo POKER, "a desqualificação dos ideais dos trabalhadores e sua rotulação como algo não melhor que meras 'ideologias', é outro fator relevante a ser considerado nessa relação entre intelectuais/massa que se pretende 'orgânica'. Por não compreender essencialmente do que se tratam as 'ideologias' presentes na mentalidade dos trabalhadores, os intelectuais restringem as possibilidades de comunicação entre ambos, reduzindo as chances de um diálogo profícuo, onde a consideração das 'diferenças' poderia indicar caminhos alternativos para a superação das dificuldades existentes." Ver POKER, **A prática da vida e os desencontros da "libertação"**. ob. cit., p. 97-8.

assentado] jogar o adubo no chão. Eu fiz direito! Ele mandou passar 3 a 4 mãos de sulfato e tem gente que não passou nenhuma! Você acha que pode!" (Assentado)

Mas, ao que parece, quem obedece não constrói um saber próprio, não se capacita a construir soluções, não se capacita a tomar decisões, a ser sujeito.

No entanto, quando esta "superioridade" do técnico é percebida pelo assentado como "ameaçadora" aos seus interesses ou suas vontades, o assentado tende a resistir ao que sente como "imposição".

"Eu tentava convencer com argumentos técnicos, racionais, mas chegava num ponto em que você colocava todos argumentos e o cara não aceitava." (Técnico)

O assentado resiste também afirmando a sua maneira de ver as coisas.

"Um [assentado] quis cortar o pendão do milho, dizendo que ele tirava a força do milho, sendo que era responsável pela granação do milho, polinização. Ele acabou fazendo e o milho ficou todo falhado." (Técnico)

Outra possibilidade ainda de resistir é deixar de fazer o que o técnico recomenda. Por exemplo, em defesa da agricultura orgânica, um dos técnicos entrevistados promoveu uma

"ampla discussão para não queimar, limpar o terreno e fazer leiras." Mas, "quando eu cheguei lá estava tudo queimado." (Técnico)

O mesmo se dá quando a pressão vem do grupo.

"Às vezes 10-12 quer e 5 não quer; é onde a maioria ganha e quem não quer fica daquele jeito mesmo..." (Assentado)

"Às vezes tem coisas que a gente não apóia, então a gente não faz ..." (Assentado)

Esta pressão sobre o assentado para que este faça algo de que

discorda, leva-o a se retrair para proteger seus valores, o que gera um bloqueio na comunicação.

"Eu deixo sem fazer, mas não vou falar para [o técnico]"
(Assentado)

Enfim, como vimos até aqui, quando os assentados têm que preservar-se da imposição dos técnicos (mas não só dos técnicos), a comunicação entre ambos e o processo de aprendizagem ficam comprometidos, o que impossibilita a construção de um novo saber, que esteja a serviço dos interesses dos assentados.

2.2.2 Desenvolvimento: democratização "dos conhecimentos"

Retomando o que vimos anteriormente, ao processo de transformação tecnológica em torno do qual se relacionam os técnicos e assentados, associa-se freqüentemente a reprodução de relações autoritárias em que o conhecimento científico é dominante.

Entretanto, através das entrevistas realizadas em Sumaré I, apreendemos algumas "pistas" que nos apontam para a possibilidade de técnicos e assentados estabelecerem entre si relações mais democráticas que possibilitem a construção de um novo saber a partir do conhecimento de que cada um é portador.

Primeiramente ressaltamos a importância dos assentados assumirem o papel ativo de sujeitos na superação da condição do seu saber (ou saber-se) oprimido.

Para um dos assentados entrevistados, a base da relação mais democrática com os técnicos se encontra no processo de luta pela terra, no fato de terem entrado na terra na condição de sujeitos.

"Quando você fala da atuação do técnico (...) No nosso caso aqui, a gente já é um pessoal que já veio de um processo de discussão. Não é um pessoal que passou por um processo de seleção prá ir prá reforma agrária, que faz um cadastro e fica aguardando o momento de ser chamado prá ir prá uma terra, prá ganhar um pedaço de terra. Então a gente passou por um processo de discussão prá conquistar essa terra." (Assentado)

"Pelo fato da gente ter uma certa consciência, o pessoal já vir de um processo de discussão, o pessoal tem facilidade prá lidar com o técnico." (Assentado)

Além disso, o fato dos assentados discutirem também de que forma trabalhariam a terra, fez com que definissem, na condição de sujeitos, sua relação com a terra.

"E no momento que a gente conquistou ela [a terra], a gente veio prá cima dela discutindo como é que a gente ia trabalhar ela." (Assentado)

E a assistência técnica foi então definida como uma necessidade do grupo.

"Em toda essa discussão a gente exigia que a gente tinha que ter acompanhamento técnico, e a gente teve o técnico." (Assentado)

Necessidade esta que os assentados "aprenderam" - não por acaso, com um dos técnicos entrevistados, antes mesmo de entrar na terra - a reivindicar junto ao Estado.

"O [técnico tal] já dizia, o governo vai pôr vocês na terra mas a água está no córrego e vocês vão ter que se virar, ir para São Paulo, discutir, achar o caminho e exigir, 'nós precisamos de técnico prá isso, prá aquilo...'" (Assentado)

Então, os assentados não queriam "receber" "qualquer" assistência técnica.

Por um lado, "receber" assumia a conotação de alguém "dar" ou impor algo a alguém que o receberia de forma passiva.

"A gente estava chegando e ficou um pouco assustado de ter uma pessoa falando vocês vão plantar isso... O técnico indicava que todo mundo plantasse a mesma cultura na mesma linha, mas nem todo mundo se agradava disso." (Assentado)

Nesse sentido, o fato do técnico ser o representante do Estado no assentamento, era encarado com desconfiança por parte de alguns assentados.

"Eu até pensei que como a terra é do Estado eles [os técnicos] estão aí tentando o que pedem para ele lá em cima, mas nunca me abri com ninguém (...) Eu pensei isso com todos; não sei se é abobrinha ou não, mas fico pensando que a gente não tem nada aqui, a terra não é da gente, a gente tem um técnico mas não está pagando ele, isso tem alguma coisa... Maquinário vem de lá de cima fazer curva, quer dizer que nós somos o que aqui? Nada!" (Assentado)

O que os incentivava a manterem-se atentos e empenhados em salvaguardar o papel ativo de sujeitos que haviam conquistado.

"Mas a gente vê que não é bem assim, que às vezes o pessoal não aceita e [o técnico] não insiste." (Assentado)

"Nós tivemos uma posição que o técnico vinha para dar assistência técnica, e o destino da terra, a gente sabia o que ia fazer dela." (Assentado)

E, por outro lado, os assentados não queriam "qualquer" assistência técnica, principalmente, não a que eles consideravam ter sido elaborada para beneficiar o grande fazendeiro.

"[Os técnicos] tinham saído de suas escolas, e, talvez sendo acostumado muito mais a trabalhar com fazendeiro, só dar receita, mas eles não estavam acostumados a fazer um trabalho desse com pequenos produtores." (Assentado)

Resistir a "qualquer" assistência técnica oferecida pelo Estado significava também criticar a "consagrada" superioridade do técnico enquanto portador da solução dos problemas dos agricultores.

Sentirem-se ameaçados pelo técnico quando este propunha qualquer mudança na sua maneira de agir levou-os, pelo menos num primeiro momento, a retraírem-se, a não se comunicarem nem com o técnico, nem com aquilo que o técnico estava propondo.

"Teve uma coisa que eu não debati, mas não concordei, que era de deixar o mato crescer no meio da roça, que eu achei que não funcionava." (Assentado)

Mas, aos poucos os assentados foram aprendendo que suas experiências práticas constituíam conhecimentos igualmente valiosos. Por analogia ao "doutor", também com o técnico o assentado poderia então falar de igual para igual.

"Ai eu conversava com [o doutor] de homem para homem, porque aí você entende que ele sabe o que ele sabe, mas ele não sabe o que eu sei." (Assentado)

Poderiam também "descobrir" ou "aprender" algo de bom para si na proposta do técnico, e passar a fazê-la do seu jeito.

"Hoje eu acho que funciona, não assim deixar ele exagerado lá, mas até um determinado tempo o mato é bom prá não precisar carpir aquelas ruas largas." (Assentado)

"Uma técnica que a gente não usava era rarear o milho; antes a gente plantava mais distante e mais na cova e sempre via plantando assim. Agora, a gente aprendeu no assentamento que com espaço mais adequado o milho rende mais." (Assentado)

O assentado pode até assumir a postura ativa de querer experimentar o que de bom o conhecimento científico poderia trazer ao "seu" conhecimento, que desta forma, deixa de ser dominado pelo técnico para ser de domínio também dos assentados.

"Se eu estiver fazendo uma coisa, mesmo que eu estiver achando que está certo e o técnico falar para mudar, nem que seja só um pouquinho para experimentar, às vezes eu estou com dívida do que ele está

falando, nem que seja um tanto para experimentar o jeito dele, outro do jeito meu, eu faço para ver o resultado." (Assentado)

Mas, para que os assentados realmente assumissem o papel de sujeitos na relação com os técnicos, era preciso mais que valorizar "seu" saber empírico a ponto de "igualá-lo" (ou horizontalizá-lo) ao conhecimento científico; era indispensável criar mecanismos que impedissem que os técnicos os dominassem, ou seja, era preciso impor limites aos técnicos.

"Em todo esse processo, o técnico chegava e às vezes ele primeiro assistia muito mais do que ele interferia, do que ele podia interferir, porque ele não sabia nem como interferir; porque era muitas idéias e era, de certa forma, era uma briga de foice prá poder ele entrar no meio e dizer 'faz isso' ou 'faz aquilo'. Certo, porque o grupo já tinha uma posição. A discussão tinha que sair do grupo. A discussão não poderia ter interferência. Se o grupo errasse ou acertasse, mas era uma caminhada que o grupo estava fazendo e que o grupo ia continuar fazendo. Então, o técnico não tinha muita brecha..." (Assentado)

Conforme um dos assentados entrevistados, a postura autoritária de um técnico inclusive impossibilita sua permanência no assentamento.

"A gente teve lá um ou outro [técnico] que quando a gente percebeu que estava estrovando, a gente mandou ele embora do assentamento; e ele foi embora do assentamento." (Assentado)

Mas, se por um lado, a imposição de limites por parte dos assentados pode impedir que técnicos venham estabelecer com eles relações autoritárias, por outro lado, por si só, não garante o estabelecimento de relações democráticas.

Para tanto, os assentados reconhecem a necessidade de se relacionarem com técnicos que sejam motivados a democratizar suas relações com os assentados.

Um primeiro passo a ser tomado pelo técnico motivado a democratizar suas relações com os assentados pode ser questionar o próprio conhecimento de que é portador.

"Minha formação é limitada, falha; no tocante a alternativas, não valoriza algumas práticas com resultado mais a longo prazo, como o uso de matéria orgânica, não desperdiçar nada que possa voltar para a terra; mudar os costumes no uso de insumos e voltar a variedades mais rústicas e procurar um mercado para isso. A tendência tem sido ir pelo que o mercado está exigindo... mais fácil, mas que também é difícil, pois exige adubos, defensivos e frutos bonitos." (Técnico)

Isso contribuirá para que o técnico deixe de querer "ensinar" aos assentados o que acredita que lhes falta saber, preocupando-se primeiramente em respeitar o papel de sujeitos que os assentados estão assumindo na construção das soluções de seus problemas.

"A gente teve até essa sorte, algum técnico que procurou não estrovar muito a nossa caminhada, que procurou ter um pouco de sensibilidade e deixar com que a gente tomasse as decisões da gente. Às vezes, quando ele podia, o muito, ele dava uma sugestão, dava alguma idéia, e tentava não estrovar nossa caminhada, porque sabia que a coisa era um pouco séria, e que a gente queria caminhar com as próprias pernas." (Assentado)

Esta "sensibilidade" referida acima pode ser interpretada como a capacidade de perceber e respeitar os limites colocados pelos assentados.

"Acho que o técnico sabe a hora que ele entra numa discussão, e ele sabe a hora que ele pára, porque se ele não pára, o grupo tá sabendo... ele tá percebendo que o grupo vai pedir a ele prá parar." (Assentado)

Um desses "limites" a serem respeitados pelos técnicos é o tempo que cada assentado precisa para amadurecer uma determinada inovação tecnológica (ou qualquer outra idéia). Se o assentado for "apressado" ou "pressionado" a adotá-la, ele não estará decidindo se quer ou não adotar esta tecnologia, e sim, aceitando ou se recusando a obedecer o técnico.

"[Os assentados] pensavam que a adubação tinha que ser o mais perto da planta; só com o tempo é que viram que poderia queimar a planta (...) a assimilação vem com o tempo..." (Técnico)

Mas, além de respeitar limites, é importante que os técnicos

também "aprendam" quem são os assentados, o que eles já sabem, o que eles querem vir a ser e, em função disso, o que querem vir a saber.¹⁶⁰

Daí que, conforme um dos técnicos entrevistados, para atuar no assentamento deve-se conhecer a maneira dos assentados pensar a produção agrícola.

"Não adianta levar tecnologias que não respeitem sua lógica microeconômica, camponesa (...) não adianta uma tecnologia que priorize o rendimento por área quando a lógica, por exemplo, é a valorização do tempo de trabalho." (Técnico)

Nesse sentido, um dos técnicos entrevistados mostrou-se empenhado em conhecer a relação que os assentados haviam estabelecido anteriormente com a terra.

"Passei um questionário para todos os cabeça de família para ir resgatando parte da história de vida deles. Perguntava desde a primeira experiência dele com agricultura, e ele ia me dizendo todas as atividades dele com agricultura - dos 12 aos 18 anos eu trabalhava com meu pai, eu carpia o café; o outro já tinha experiência com plantio de algodão, foi arrendatário; o outro foi bóia-fria; o outro foi filho de pequeno produtor (...) A partir desse questionário eu tomava conhecimento da tradição deles." (Técnico)

Este procedimento possibilitou inclusive ampliar a reflexão para além da relação deles com a terra.

"E aí era interessante porque você podia reconstituir essa coisa do nordestino. Você tinha pessoas que saíram do Nordeste e foram trabalhar no café no Paraná, no norte do Paraná que se desenvolveu bastante com a coisa do café; depois acaba a história do café com geadas e tal e depois vem para São Paulo, uma parte vem prá cá, outra vai prá... o questionário procurava resgatar só a história deles enquanto agricultores mas você acaba pegando toda essa coisa da migração na medida que eles

160. "E me parece que uma coisa importante - já que a gente quer se identificar com o explorado, oprimido e tudo o mais... e acho que o importante politicamente - é resgatar plenamente o ponto de vista dele. Ou seja, fazer com que esse ponto de vista, a lógica do oprimido tenha lugar no mundo da reflexão científica, técnica, etc. Porque às vezes há pessoas muito bem intencionadas, mas a construção da interpretação que elas fazem é segundo uma lógica que não tem nada a ver com aquilo que está sendo vivido e interpretado pelo próprio oprimido." José de Souza MARTINS. *Expropriação & violência*. ob. cit., p. 181.

iam descrevendo a atividade." (Técnico)

Conhecer a história dos assentados anterior ao assentamento tinha como objetivo problematizar o conhecimento acumulado pelos assentados frente à nova realidade em que se encontravam, tanto no que se refere a deixar de ser "sem-terra" como de estabelecer uma nova relação com a terra, diferente da que experimentaram no passado.

"Todos têm uma origem rural, mas nem todos têm sua maior experiência profissional enquanto adulto, na agricultura. Um pouco era resgatar a história deles enquanto agricultores, o que aconteceu naquele período para que eles estivessem na situação que eles estavam na terra. Era pegar todos esses dados e conhecimentos e discutir com eles frente a nova realidade que eles estavam." (Técnico)

"O conhecimento deles é um elemento a mais que contribui no processo de desenvolvimento deles, mas como qualquer outra coisa, precisa ser problematizado (...) porque a vida deles está mudando o tempo todo como a nossa e o saber vai acumulando e você vai refazendo tudo que foi feito; você vai repensando tudo isso; é evidente que eles trazem uma bagagem de conhecimentos e a medida que entram no assentamento, isso vai sendo refeito. A gente alertava para a nova situação deles, que eles não continuassem a mesma trajetória; se trabalharem igual a 20 anos atrás há uma tendência de dar na mesma coisa..." (Técnico)

Houve técnico que conseguiu não se sentir premido pela "urgência de ter que dar certo" e considerou mais importante que "ensinar" o que considerava correto, primeiro conhecer a maneira como os assentados achavam que dava certo.

"Eles entram na terra e fazem o que já sabem, do jeito que sabiam antes. Dessa forma tomamos conhecimento da maneira deles de trabalhar, vendo como eles fazem. Exemplo, na primeira safra, você orienta como preparar a terra; eles preparam como sabiam, talvez assimilando uma pequena parte." (Técnico)

Aí, em função da discussão a ser feita em torno dessa experiência é que deve ser definido (ou construído) o que será feito no próximo plantio.

"Tenta-se avançar no próximo ano, a partir de como se deu no primeiro. Exemplo, semente selecionada, alguns adotam, outros observam os resultados." (Técnico)

Para isso, é indispensável que não só os assentados, mas também os técnicos reconheçam o conhecimento acumulado pelos assentados como sendo indispensável na construção de um novo conhecimento que venha beneficiá-los.

"Muitas soluções deles [assentados] são eficientes; há várias maneiras de se fazer uma mesma coisa." (Técnico)

"Os agricultores ensinam muitas coisas, por exemplo, nós estávamos fazendo uma barragem em Sumaré... e da construção daquela barragem em si eles conheciam muito mais que eu." (Técnico)

"Encontramos muitas soluções específicas para as condições de cada situação junto com eles. Você não tem uma determinada máquina ou implemento, Então como fazer? Dai sim a criatividade e a experiência deles às vezes é muito mais importante que o conhecimento da gente." (Técnico)

Nesse sentido, conforme um dos técnicos entrevistados, como o assentado - melhor que ninguém - conhece os tempos, as potencialidades e as limitações dos quefazeres agrícolas, ele deve participar ativamente do processo de construção de um novo saber, ou de uma "nova tecnologia". Para tanto, recomenda que

"a EMBRAPA [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] devia abrir as portas para que os agricultores viessem fazer pesquisa (...) deveriam montar laboratórios nos assentamentos, pois é lá que as coisas acontecem; campo experimental não tem sentido, não tem as variáveis do cotidiano." (Técnico)

Mas, se até aqui o "assentado" está sendo abordado, genericamente, como portador de uma lógica específica, que o distingue do grande produtor agrícola - e que portanto justifica a aplicação de uma tecnologia também específica etc... -, as entrevistas dos técnicos nos

apontam necessidades adicionais:

De um lado, que cada técnico, na relação com um determinado grupo de assentados, deve manter-se atento para as especificidades daquele grupo, ou seja, deve inteirar-se de sua história coletiva, de seus embates, suas conquistas, seus limites, para que sua ação se faça em consonância com essa realidade.

"Eu entro, ouço muito antes de falar, prá quando começar a falar, falar uma coisa que tem a ver. Não pode chegar ditando regras sendo que em cada lugar é diferente." (Técnico)

E, por outro lado, que o técnico deve se empenhar em conhecer os diferentes projetos que cada assentado tem para aquela terra, para sua vida naquela terra. Um dos técnicos entrevistados distinguiu haver pelo menos três lógicas diferentes entre os assentados:

"um vinha do trabalho da igreja, militantes da igreja, visão comunitária; outro tinha uma experiência urbana forte, mais econômico que comunitário; e um terceiro que saiu mais recentemente da roça, que quer ter o seu espaço." (Técnico)

Perceber cada projeto dos assentados como diferenciados um do outro era o primeiro passo para se respeitar os assentados enquanto indivíduos únicos, com valores, potencialidades e limitações também diferenciadas.

"O que se podia fazer era tentar acomodar essas contradições numa associação, mas que respeitasse essas três lógicas." (Técnico)

Mas, a análise das entrevistas nos sugere também que, mesmo que técnicos e assentados se empenhem em impedir o autoritarismo e promover a democratização de suas relações, isto por si só - e por mais difícil que seja - não garantirá que a relação que se estabeleça entre eles seja educativa, no sentido de impedir a reprodução de um saber dominante e de criar as

condições necessárias para que um saber libertador possa ser realmente construído.

É o que mostra o seguinte exemplo:

Um dos técnicos entrevistados expôs aos assentados a maneira que considerava mais adequada para organizar a produção:

"Minha opinião era que se coletivizasse tudo você passaria a ter maior controle sobre o processo de trabalho (...) controle de recursos..."
(Técnico)

Do que os assentados discordaram:

"e aí eles falaram que não dava certo por causa disso, disso e daquilo..." (Técnico)

Do confronto da proposta "individual" dos assentados com a "coletiva" dos técnicos surgiu uma nova maneira de organizar a produção:

"Ai eles optaram por uma coisa mais individualizada sob o aspecto dos tratos culturais, mas não sob o aspecto do preparo do solo."
(Técnico)

Podemos interpretar este fato como construção de uma solução, ou seja, de um saber solucionar determinado problema. Mas, se atentarmos para o âmbito das relações em que se deu esta construção vamos perceber que, por um lado, o técnico demonstra sentir-se "democrático" por aceitar a decisão dos assentados.

"Não era difícil [os assentados] decidirem contra minha orientação porque eram eles que iam trabalhar lá. Acho que eles tinham consciência daquilo que eu estava dizendo e quando eles optaram por outra coisa eles tinham elementos para avaliar isso..." (Técnico)

Mas, por outro lado, o técnico não interagiu o "seu" conhecimento com o dos assentados; ele continuou achando que a "sua" proposta era tecnicamente mais correta.

"Quando [os assentados] perguntaram prá mim eu disse que tecnicamente isso [coletivização] era melhor, mas que não era eu que ia trabalhar na terra." (Técnico)

É claro que não se espera das discussões (dos conflitos), o consenso, o pensar igual. O que queremos salientar é que, mais importante que o fato de coincidir ou não a solução que técnicos e assentados propõem para um determinado problema, é importante que cada um busque conhecer a relação que o outro tem com o problema.

No caso do exemplo citado acima, é de se supor que se o técnico conhecesse o projeto de produção familiar dos assentados, e respeitasse isso como importante para eles, não continuaria recomendando a coletivização enquanto via de acesso dos pequenos para o que considera como a melhor tecnologia disponível: a empresarial.

Ao que parece, o técnico não "aprendeu" - pelo menos desta vez - que, apesar de terem "coletivamente" conquistado a terra, o projeto de cada assentado para aquela terra era familiar. Talvez o técnico não conseguiu perceber que esse dado (entre outros) era importante para os assentados e que isso justificava que fosse contemplado na construção das decisões deles, ou seja, na construção de um saber que possa "libertá-los".

Mas, o fato de não ter "aprendido desta vez" não implica que não possa "estar aprendendo", mesmo porque, enquanto processo, aprender - tanto para os técnicos como para os assentados - demanda tempo. É o que nos mostra este outro exemplo:

Um dos assentados entrevistados relatou ter recebido a seguinte orientação técnica:

"era para deixar o mato crescer no meio da roça." (Assentado)

Mas na visão de mundo do assentado, retirar o mato da roça parecia ser tão importante, que a ele associava o seu próprio valor, e a

possibilidade de ser por isso reconhecido pelos demais.

"Eu sempre deixava minha roça limpinha, pode perguntar para os demais, minha roça sempre foi limpinha; nunca deixava mato ficar mais que isso, era chapeando, carpindo..." (Assentado)

Então, o fato do técnico falar "bem" da permanência do mato na roça, o que, na concepção do assentado, era "mal", pelo menos num primeiro momento, impediu que eles pudessem se comunicar a respeito.

"Eu não debati, mas não concordei (...) que eu achei que não funcionava..." (Assentado)

Assim, além de não ter debatido a respeito com o técnico, o assentado continuou limpando a roça a sua maneira; o que a um olhar mais impaciente, poderia ser bastante desestimulante, frustrante; poderia gerar reflexões como: "se eles não fazem como eu expliquei é porque eu não expliquei da melhor forma" ou pior ainda, "porque eles não têm capacidade de aprender o que lhes convém".

Mas, a análise das entrevistas sobre a relação entre os técnicos e os assentados nos mostra que esta "imobilidade" na relação - um fala, o outro não responde e não faz -, pode ser apenas aparente, exterior. Ao que parece, o que foi falado pelo técnico mobilizou internamente o assentado criando as condições para que ele questionasse aquilo que ele concebia como inquestionável: manter a roça limpa. Mas como esse processo interno normalmente não é percebido com clareza pelo assentado (na maioria das vezes, nem pelo técnico) ele afirma que

"pode ter sido sem eu querer; não deu tempo de carpir e aí eu prestei atenção... dizem que o mato é bom prá roça mesmo! Deixa ele aí, vamos ver no que dá..." (Assentado)

E quando, a partir de uma orientação do técnico (ou qualquer outra fonte de informação) o assentado promove ativamente a transformação

da sua maneira de pensar, a nova maneira de pensar não é mais "do técnico", mas sim "a sua", transformada.

"Matéria orgânica, isso aí a gente já sabia, sabia não! A gente viu isso com o técnico. (...) Acho que foi o [técnico tal] que falava que não era bom carpir muito o milho, só dar uma carpida quando era pequeno e depois deixava que o mato crescia e seria bom para a terra (...) Quando chovia a enxurrada corria e lavava tudo, saía todo aquele gordo da terra e agora que eu deixei no mato, e com esse temporal todo, você passa na minha roça e a terra está cheinha, com aquelas folhas amassadas embaixo do pé, chega a estar preta. Não sei se está muito boa, mas pelo menos não lavou o chão. Então tem que deixar um determinado tempo, não deixar direto..." (Assentado)

Mas, além de demandar tempo - demonstrado no exemplo anterior - as entrevistas nos mostram que o processo de aprendizagem demanda também compromisso com o próprio processo, ou seja, a necessidade de manter-se vigilante para impedir a reprodução de idéias - independentemente de serem "boas" ou "ruins" - e de buscar permanente e atentamente perceber o "outro" com o qual se relaciona, manter-se em movimento, aprendendo.

A esse respeito retomamos um exemplo já citado anteriormente ¹⁶¹:

Um dos técnicos entrevistados afirmou que não defendia nenhum modelo teórico de produção, e que portanto, considerava-se "aberto". No entanto, definia-se como

"militante da causa orgânica." (Técnico)

Então, na época de preparar o solo para o plantio, promoveu

"ampla discussão para não queimar, limpar o terreno e fazer leiras." (Técnico)

Discussão esta que ele considera ter sido bastante democrática.

161. Este mesmo exemplo já foi utilizado para evidenciar a resistência dos assentados à orientação técnica.

"Como vamos limpar essa área?" (...) Convencer, jamais!"
(Técnico)

Mas os assentados não fizeram como o técnico havia falado, e

"quando eu cheguei lá estava tudo queimado." (Técnico)

Primeiramente queremos salientar que, muito provavelmente, este técnico continua acreditando que a agricultura orgânica é uma boa proposta tecnológica.

A grande contribuição deste exemplo para o nosso estudo é que quando o técnico chegou no assentamento e viu que os assentados tinham feito diferente do que ele achava correto

"minha postura não foi de ralhar com eles, mas de tentar entender porque eles queimaram." (Técnico)

Isto porque, provavelmente, este técnico não considerava que havia uma forma de pensar que fosse a "correta" e outra que fosse a "errada", mas sim que eram apenas diferentes uma da outra.

Então, quando indagado se continuava considerando que a sua proposta de não queimar melhor que a solução encontrada pelos assentados ele respondeu que

"na minha lógica sim." (Técnico)

Ou seja, primeiro, o técnico não achou que porque ele se considerasse "certo" os assentados estivessem "errados"; ele pôde perceber que, pelo contrário, desconhecia o porquê dos assentados terem agido assim; e diante disso, assumiu uma postura de quem busca aprender o que lhe falta saber sobre o outro.

"Internamente tentei sacar porque eles tinham colocado fogo; eu é que não havia entendido a lógica deles (...) havia urgência de começar a trabalhar a terra e produzir..." (Técnico)

Mas também este processo de aprendizagem do técnico demandou tempo.

"Hoje eu tenho claro isso, na época não." (Técnico)

O que queremos ressaltar com estes exemplos é que parece ser indispensável que técnicos e assentados, além de aprenderem "sobre" si mesmos e sobre o "outro", se empenhem em aprender "com" o outro, ou seja, no movimento da relação.

"É claro que nesses 7 anos aí, os técnicos que tavam trabalhando com a gente, eles já aprenderam um pouco, também, aquilo que eles não conseguiram aprender na escola, que era a prática. Eles já conseguem hoje, viver um pouco, entender um pouco a terra. Que no início também eles não entendiam muito isso, era um processo novo, eles tinham saído de suas escolas, e, talvez sendo acostumados muito mais a trabalhar com fazendeiro, só dar receita, mas eles não tavam acostumados a fazer um trabalho desse com pequenos produtores, que tinha que ir pro campo mesmo e ver o que a terra produzia, diante de todas as necessidades do trabalhador. E a partir daí eles começaram se educar que eles também não sabiam de tudo, eles também tinham que aprender algumas coisas. Então eu acho que deu certo. O fato da gente estar num processo de educação e eles também, dependia de participar de um processo, deles também se educar um pouco..." (Assentado)

Nesse sentido, a relação entre os técnicos e os assentados em torno do conhecimento de que cada um é portador será tanto mais democrática quanto mais os assentados, não só buscarem ativamente o conhecimento, mas também puderem experimentar o papel de "educadores dos técnicos", e os técnicos, não só criticarem seu papel de "ensinar aos assentados", mas principalmente se empenharem em aprender com os assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer, nestas últimas páginas, algumas considerações que, sabemos, podem conduzir a novas indagações, retornamos ao ponto de partida deste estudo: as dificuldades vivenciadas por técnicos estatais para atender o que acreditavam ser os interesses dos pequenos agricultores, ou seja, democratizar a prática extensionista.

A proposta extensionista levava os técnicos a sentirem-se "portadores da solução dos problemas dos agricultores" e a achar que, através de sua "ação conscientizadora", os agricultores conheceriam os determinantes de sua condição de excluídos e poderiam assim transformá-la.

Mas, com o passar do tempo, os técnicos percebiam que muitos agricultores assistidos pela extensão rural permaneciam dependentes, mudos, passivos, resignados diante da miséria.

Isso levava os técnicos a sentirem-se "impotentes" frente às transformações que acreditavam ser possível promover e pelas quais sentiam-se responsáveis, e decepcionados com aqueles que não acatavam as "boas idéias" oferecidas para melhorar a qualidade de suas vidas.

Afinal, que contribuições a análise da relação entre técnicos e trabalhadores rurais na situação de assentamento pode trazer ao contexto mais amplo da extensão rural?

Uma primeira questão a ser destacada se refere à "condenação" que os técnicos e os assentados entrevistados fazem do autoritarismo presente nas relações sociais, de trabalho e com o Estado.

Observamos na pesquisa que, em seus processos de "desvendamento" da realidade, de maneiras diversas, eles foram

descobrimo-se historicamente nas relações sociais e de trabalho. Este processo geralmente mostrou o autoritarismo presente no "outro" - no fazendeiro, no patrão, no governante - sendo isto, motivo justo para condená-los.

Em função disso, geralmente os assentados ainda se percebem (e muitas vezes são percebidos pelos técnicos) como "vítimas" que precisam ser "libertadas" da opressão; e os técnicos se percebem (e muitas vezes também são percebidos pelos assentados) como "benevolentes" empenhados em promover a justiça social; tudo o que é condenável estaria assim limitado ao que está "fora" dos sujeitos, ao "outro", de quem devem se defender.

Isto pode ser explicado, ao menos em parte, pelo fato dos técnicos, em algum momento de suas vidas, terem se indignado com as injustiças sociais e se posicionado como aliados dos pequenos agricultores enquanto categoria oprimida. Depois, mesmo "aprendendo" e, em alguma medida, acreditando ser necessário que os agricultores se constituam como sujeitos autônomos capacitados a tomar decisões em função de seus interesses, muitas vezes os técnicos não conseguem deixar de vê-los como incapazes e dependentes, o que os leva a querer conduzi-los pelo "melhor caminho", protegê-los dos perigos e dos erros, ajudá-los prestando favores, etc.

A esse respeito, o que podemos observar a partir da análise das entrevistas é que, apesar de defenderem a democratização das relações entre os trabalhadores e o Estado, freqüentemente os técnicos reproduzem, em nome do Estado, relações autoritárias de paternalismo com os agricultores.

De forma geral, e guardadas as diferenças individuais, cada um dos sujeitos - técnicos e agricultores - apresenta grande resistência em

identificar a persistência, no presente, do autoritarismo que incorporaram a partir das relações familiares, sociais, de trabalho e com o Estado, sendo a prática mais comum negá-lo, não vê-lo. Mas isso não impede que ele exista e se manifeste, tanto no discurso quanto nas práticas cotidianas, o que gera grandes conflitos nas relações entre técnicos e agricultores.

Porém, a situação analisada mostra que os técnicos podem manter-se vigilantes quanto a reprodução do próprio autoritarismo. Mostra também que o empenho em descobri-lo em si mesmos, ao lugar de negá-lo, abre a possibilidade de elaborá-lo criticamente para que ele não se reproduza na prática extensionista.

Da mesma forma, no que se refere aos assentados, a pesquisa mostra que eles podem deixar de demandar proteção e ajuda dos técnicos, ou seja, podem deixar de colocar-se passivamente diante dos problemas. Mostra também que ao se constituírem individualmente enquanto sujeitos abrem a possibilidade de construírem ativamente os limites de cada papel na relação com os técnicos. Não que esta seja tarefa fácil, uma vez que é muito mais fácil defender-se dos "inimigos" do que dos "amigos", categoria em que os técnicos são identificados.

Assim, a responsabilidade de promover a democratização das relações entre técnicos e agricultores não repousa somente nos ombros dos técnicos, ou seja, não depende única e exclusivamente da competência dos técnicos para promovê-la; pelo contrário, só pode ser construída caso ambos os atores sejam sujeitos, o que significa que tanto os "fracassos" quanto os "louros" dessa empreitada devem ser compartilhados entre técnicos e agricultores.

Ainda uma última questão que vale ser destacada é a concepção de "fracasso" na assistência técnica. Quando os assentados percebem que os técnicos chegam aos seus quefazeres agrícolas "desrespeitando" sua maneira de pensar o mundo, a terra e de trabalhar a terra, os agricultores tentam proteger seus valores. Como se vêem "ameaçados", sentem necessidade de se defender, o que impede que em tais circunstâncias técnicos e agricultores se comuniquem e estabeleçam entre si um processo educativo, o que gera a impressão de fracasso.

No entanto, é importante considerar que quando os agricultores não adotam determinados procedimentos defendidos pelos técnicos, isso pode não ser uma simples reação de defesa contra o autoritarismo do técnico, mas sim, atitude deliberada de sujeitos que não só aprendem, mas também "ensinam" seus limites e podem assim construir com os técnicos uma nova extensão rural.

No mais, "minhas próprias observações são limitadas, pois só vi o que consegui enxergar, e só fixei como relevante aquilo que fazia sentido para mim..." 162

162. Klaas Axel A. WOORTMANN, "Com parente não se neguceia". *Série Antropologia*, nº 69, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. s/d, p. 25.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Progresso Técnico: a indústria é o caminho? *Caderno de Difusão de Tecnologia*. Brasília, 2(2):240, maio/ago., 1985.
- ANDRADE, Maristela et alii. *Coletivização: uma proposta para os camponeses - Primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias trabalhadoras rurais para fins de reforma agrária*. PROTER - CEDI - São Paulo, março/89 (versão preliminar)
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *Agricultura e assistência técnica no Estado de São Paulo*. Botucatu-SP, Faculdade de Ciências Agronômicas da UNESP, área de Sociologia e Extensão Rural do Departamento de Economia Rural, 1983. (Tese de Livre-Docência).
- _____ et alii. Assentamentos em Balanço: A Roda Viva de seu Passado/Presente. In: *XII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambú (MG), 24 a 27 de outubro de 1989.
- BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. 6ª ed. SP, Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 1983.
- _____ Comunicação e educação: o que Deus uniu o homem não separa. In: Jorge WERTHEIN & Juan Díaz BORDENAVE (orgs.). *Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 239-47. (Coleção Educação e comunicação: v. 5).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da educação fundamental ao fundamental da educação. In: *Concepções e experiências de educação popular, Cadernos do CEDES*, Cortez editora/Autores Associados/CEDES, ano I, nº 1, 1980.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Marco Geral de Referência: Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho*. Brasília, 1975 (Documento, 3).
- _____ *Políticas e diretrizes de formação extensionista*. Brasília, DF, julho/1986.
- CALAZANS, Maria Julieta C. et alii. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Díaz (orgs.). *Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 161-98. (Coleção Educação e comunicação: v. 5).
- CANUTO, João Carlos. *Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER*. Santa Maria-RS, 1984. (Dissertação de Mestrado)
- CORNEJO, H.A.A. et alii. Assentamentos: concepções em mudança. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, realizado em Piracicaba, SP, 24 a 28 de julho de 1989.

- COUTO ROSA, Sueli de Lourdes. *Investigação das formas de assentamento em áreas de colonização*. Pimenta Bueno-RO, 1985. (mimeografado)
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 2ª ed. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1986.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri & LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo, Ed. Loyolla, 1985.
- DINCAO, Maria Conceição. *Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal*. Redação preliminar para discussão interna, UNICAMP-FEAGRI, junho de 1992.
 _____ A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. In: *Revista Lua Nova*, Nº 23, março/91.
- FAO. *Potencialidades del desarrollo agrícola y rural en América Latina y el Caribe; Informe principal*, Roma, 1988.
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. *Extensão Rural, Extensão do Capitalismo? Análise do Sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)*. projeto de tese, 1980 (mimeo para discussão - disciplina Extensão e Desenvolvimento Rural - FEAGRI - UNICAMP)
 _____ Extensão Rural no Brasil: novos tempos. In: *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 15(4), julho/agosto, 1984.
- FRANCO, M. L. P. B. O "Estudo de Caso" no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa. (mimeo).
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª ed. São Paulo, Moraes, 1980.
 _____ *Educação como prática da liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
 _____ *Educação e mudança*. 13ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
 _____ *Extensão ou Comunicação?* tradução de Rosisca Darcy de Oliveira/ prefácio de Jacques Chonchol, 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
 _____ *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo, Cortez, 1992.
 _____ . Movimentos sociais, cidadania e educação. *Revista de Educação Municipal*. nº 5, s/d. (mimeo)
- GRAZIANO DA SILVA, José Por uma Nova Política Agrícola In: *Revista de Economia Rural*, Brasília, 24(3):283-292, jul./set., 1986.
 _____ *O que é Questão Agrária*. 14ª ed. SP, Brasiliense, 1987.
 _____ Os velhos debates da nova agricultura brasileira. In: *Textos de Estudos sobre Economia Agrícola*. (mimeo para os alunos do Instituto de Economia da UNICAMP), s/d.
- GRZYBOWSKI, Cândido. O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos In: *Revista Proposta*. (mimeo para uso interno da EMATER-RO) s/d.
 _____ Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 2ª ed. Petrópolis, Vozes e FASE, 1990.

- GUEDES PINTO, João Bosco. Reflexões sobre as estratégias educativas do Estado e a prática da educação popular - prática da educação popular no contexto da ação institucional. (publicação interna da EMATER-RO em 1986).
- IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, o. (orgs.) *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- KAGEYAMA, Angela A. & GRAZIANO DA SILVA, J. Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. In: *Textos sobre Economia Agrícola* (mimeo para os alunos do Instituto de Economia da UNICAMP), s/d.
- KÄRNEN, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1986. p. 19-34.
- LEITE, Sérgio Pereira. A política de assentamentos no Estado de São Paulo: 1983-1987. In: *Anais do 12º encontro do P.I.P.S.A.*, Campinas, 6 - 9/4/87. p. 1136-1180.
- LOPES, Juarez Brandão. A cultura política do mando: subserviência e nossas populações pobres. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS*. São Paulo, 25:37-41, jun./1994.
- LOUSA DA FONSECA, Maria Teresa. *A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital*. São Paulo, Loyola, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação & violência - a questão política no campo*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS*. São Paulo, 25:42-4, jun./1994.
- POKER, José Geraldo Alberto B. *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- QUEDA, Oriowaldo & SZMRECSÁNYI, Tamás. O papel da educação escolar e da assistência técnica In: QUEDA, Oriowaldo & SZMRECSÁNYI, Tamás. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979. p. 216-233.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 59ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- REYDON, Bastiaan P./GRAZIANO DA SILVA, J. Impactos do Progresso Técnico na Agricultura Paulista, 1960/1980. In: *Textos de Estudos sobre Economia Agrícola* (mimeo para os alunos do Instituto de Economia da UNICAMP), s/d.

- RIBEIRO, J.P. Programa de Extensão. *Revista CERES*, Viçosa/UFEMG 10(56): 83-9, jan/jun. 1957.
- ROCHA, Regina & APEL, Marcelo. Onde estão os nossos sonhos? um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. *Cadernos de Educação Popular* 20. Rio de Janeiro, Vozes-Petrópolis e Nova, 1992
- ROSEMBERG, Fúlvia. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. *Cadernos CERU*, nº 16, nov., 1981.
- SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de de virtù. In: WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da política*. São Paulo, Ed. Ática, 1989, vol. 1 (Série Fundamentos 62).
- SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS*. São Paulo, 25:26-37, jun./1994.
- SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA. Coordenadoria Sócio-Econômica, Departamento de Assentamento Fundiário. *Metodologia operacional para implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais*. DAF, dezembro de 1990.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1986. p. 35-53.
- TARELHO, Luiz Carlos. *Da consciência dos direitos à identidade social: OS SEM TERRA DE SUMARÉ*. Psicologia Social da PUC-SP, 1988. (Dissertação de Mestrado).
- TELLES, Vera. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS*. São Paulo, 25:45-7, jun./1994.
- TERESO, Mauro José de Andrade. *O ensino da Engenharia Agrícola*: UNICAMP. Faculdade de Educação da UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado).
- VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1986. p. 102-188.
- WOORTMANN, Klaas Axel A. W. "Com parente não se neguceia" *Série Antropologia*, nº 69, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, s/d.